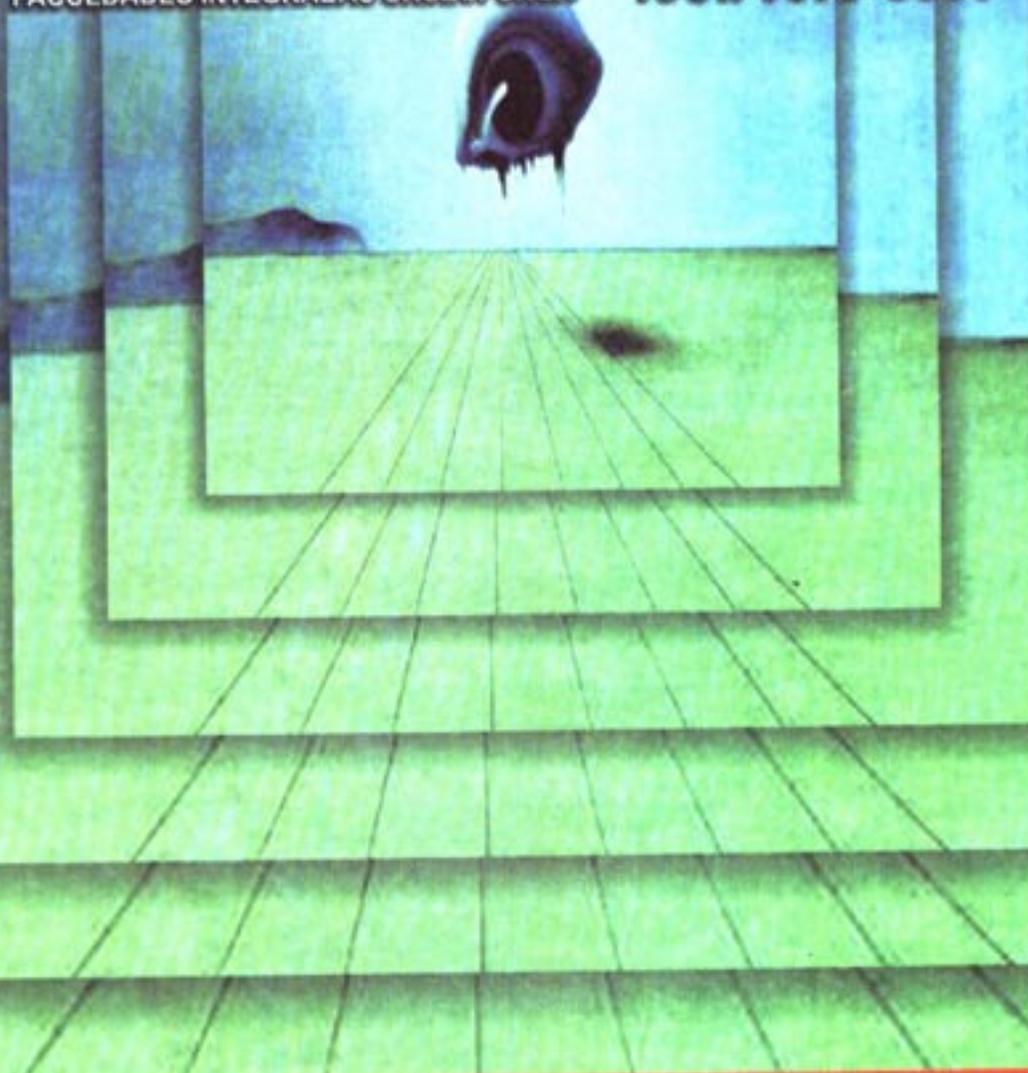


FUTURA MENTE

Revista Científica FIU
FACULDADES INTEGRADAS URUBUPUNGÁ

edição nº 6 / 2010
ISSN 1679-9305



Faculdades Integradas Urubupungá
PEREIRA BARRETO - SP

FUTURA MENTE

REVISTA CIENTÍFICA FIU



6ª EDIÇÃO DA REVISTA CIENTÍFICA DAS
FACULDADES INTEGRADAS URUBUPUNGÁ
ANO 2010

FUTURA MENTE

ISSN 1679-9305

Revista Científica FIU

Edição nº 06 / 2010

Os artigos apresentados pela revista são de responsabilidade dos orientadores dos cursos das FIU e de seus respectivos autores

Conselho editorial

Professores das FIU

Gizelda Maria Almeida de Oliveira

Marcos Luiz Berti

Idealização e coordenação

Pro^{fa} Gizelda Maria Almeida de Oliveira

Revisor de textos

Prof. Marcos Luiz Berti

Capa

André Cese Arantes

Impressão

Diagramação e arte-final
elabora design & publicidade

CNPJ 04.725.261/0001-20

Tiragem

500 exemplares

FIU - Faculdades

Integradas Urubupungá

Av. Jonas Alves de Mello, 1660

CEP 15.370-000 Pereira Barreto - SP

Tel: (18) 3704-4242

Fax: (18) 3704-4222

Índice

Pag.

■ Letras

- 05 **Olhai os lírios do campo. Análise dentro dos padrões da estética literária da obra e o momento histórico ao qual está relacionada.**
Vanessa Andréia Oliveira Costa
- 08 **"A ambiguidade como estratégia do discurso publicitário"**
Adrielle Batagim Soares
- 10 **Tendências simbolistas em Cecília Meireles**
Tiago César Duranti

■ Pedagogia

- 13 **A importância que a creche exerce sobre o desenvolvimento da criança**
Levina Gonzaga, Priscila S. Mendonça
- 17 **A indisciplina e seus fatores sociais**
Angélica Cristina Dias e Ana Paula Alves de Matos Nascimento da Silva

■ Ciências Contábeis

- 24 **Controle de custos como fator competitivo para as organizações**
Mariana Rodrigues dos Santos
- 28 **Gestão da motivação do colaborador nas organizações**
Josiane de Oliveira Bezerra, Marcos Antônio Neves da Silva e Valeria Monteiro Felix Polloni
- 32 **Planejamento estratégico: um estudo de caso em Pereira Barreto**
Fernanda Rodrigues de Souza Broccoli e Joice Reis de Souza
- 35 **Uma análise da implantação do ciclo PDCA na Pioneiros Bioenergia S/A**
Camila da Silva Ferreira e Carlos Eduardo Gonzaga da Silva
- 39 **A administração das empresas familiares**
Daniela da Silva Macedo e Graciana Hirao Kono
- 43 **Responsabilidade Social Corporativa na visão dos maiores empregadores do município de Jales**
Fernanda Rodrigues de Souza Broccoli
- 50 **A importância da Responsabilidade Ambiental dentro das Organizações**
Anderson Bomfim de Menezes e Eliane Yoko Morobosi Viana
- 53 **Orçamento público: Um instrumento de gestão**
Fabrício Pereira dos Santos e José Ronaldo Pereira Lacerda
- 57 **Automação comercial, um processo irreversível no setor varejista**
Fabrício Pereira dos Santos e José Ronaldo Pereira Lacerda
- 61 **O Profissional da Área Fiscal**
Ademir da Silva, João Paulo Cardoso Correa e Tiago Adorno de Abreu
- 68 **Fluxo de caixa - ferramenta importante no planejamento e controle financeiro para o desempenho empresarial.**
João Paulo Cardoso Correa, José Carlos Franco Farinha e Silvana de Souza Redoval Moura
- 73 **Análise da Contabilidade à luz dos princípios fundamentais**
Carlos Eduardo Gonzaga da Silva e Camila Silva Ferreira

EDITORIAL

As Faculdades Integradas Jribupungá através da Coordenação do curso de Letras tem a satisfação de trazer ao público e particularmente aos estudantes e pesquisadores mais uma edição da Revista FUTURA MENTE destinada a mostrar produção de iniciação científica dos cursos que formam a nossa escola. É o resultado de reflexões, pesquisas e experiências de vários professores e alunos. A revista propõe uma integração entre os cursos no trabalho escolar como deve ser na sociedade em geral. Seu propósito é fornecer aos docentes e alunos textos de referência para a preparação científica, técnica e pedagógica.

Na sociedade brasileira contemporânea novas exigências são acrescentadas a todos em suas atividades. Esta revista investe na valorização da capacidade de nossos professores e alunos e assim propõe a discussão de temas que colaborem nas adequações das mudanças que estão acontecendo. É com a idéia de propor a discussão, o diálogo, o debate, o aceitar o outro que estamos juntos na busca do conhecimento e da verdade.

Prof. João de Altayr Domingues
Diretor Geral das FIU

OLHAI OS LÍRIOS DO CAMPO

**Análise dentro dos padrões da
estética literária da obra e o momento
histórico ao qual está relacionada.**

Autora: Vanessa Andréia
Oliveira Costa

Filiação científica: Associação de Ensino e Cultura Urubupungá/ Faculdades Integradas Urubupungá.

Orientadora: Gizelda Maria de Oliveira

Resumo: "Olhai os lírios do campo" obra de Érico Veríssimo, publicado em 1938, na segunda fase do modernismo. É narrado na terceira pessoa, com narrador observador e onisciente. Nela estão implícitas as mazelas do capitalismo, o existencial versus o "ser", o progresso da metrópole Porto Alegre e nela o "mundo" e o "submundo", fragmentos do capitalismo, onde as personagens vivem. É dividido em duas partes, o momento é presentificado, dando brechas à literatura digressiva. O ambiente do romance urbano é a cidade de Porto Alegre, que está sujeita às inovações modernas.

Olhai os lírios do campo, pertence ao Modernismo focado ao "real", da década de 30. Fora construído sob influência da literatura inglesa, respectivamente, Katherine Mansfield, na atmosfera existencial e de Somerset Maugham, quanto a semelhança de um jovem mé-

dico, Philip Carey, na busca da realização do "ser" numa sociedade materialista.

Palavras-chave: literatura digressiva, romance urbano, onisciência narrativa, existencialismo, ambição, epifania, pobreza, zoomorfização e antropomorfização, intertextualidade bíblica e simbologia.

"Olhai os lírios do campo", obra de Érico Veríssimo, faz parte da Segunda geração modernista. É um título bucólico e metafórico, cujo sentido culmina na revelação das cartas de Olívia a Eugênio, está dividida em duas partes, com doze capítulos cada uma e narrado na terceira pessoa.

O clímax fica em torno da morte da protagonista Olívia anunciada no último capítulo da primeira parte, cuja personalidade é conhecida a partir do subjetivismo de Eugênio e pelas cartas e gravuras em diários desvendadas, na segunda parte do livro.

A primeira parte surge numa tragédia:

"...sobreviveu uma hemorragia..." (...) Ela sabe que vai morrer...pediu para vê-lo..." (p.20)

Olívia vai morrer Eugênio,

então parte de Santa Margarida itinerante ao Hospital Metropolitano, inicia-se a partir deste momento, em três horas de viagem a presentificação, o psicológico complexado de Eugênio vai tomando espaço da narrativa, e como num "trailer" desenvolve a vida dele em linearidade, sua infância, a família, os traumas, estudos no Columbia College, difícil aceitação da própria mudança biológica, formação profissional médica, relacionamentos com Olívia, casamento com Eunice, atuação profissional, tudo inserido na narração por meio da literatura digressiva. Essa retrospectiva, Eugênio caracteriza sentimentalmente como expiação das culpas:

"De novo o silêncio, e uma sensação de remorso, a certeza de que vai começar a pagar os seus pecados, a expiar as suas culpas." (p.21)

Nestes doze primeiros capítulos, a narrativa projeta a formação da identidade de Eugênio, a obsessão à ascensão social via profissão médica e casamento com Eunice, a vontade seca de romper com a determinação social, de ter um nome, Dr. Eugênio Fontes:

"...Eugênio se imaginava doutor e rico...Esquecia o pai, a mãe, o Dr. Seixas, os gorilas

do submundo..." (p.55)

"Imaginou-se dentro de um daqueles autos. Dr. Eugênio Fontes, genro de Vicente Cintra..." (p.113)

Os zoomorfizados são aqueles que Eugênio vê em promiscuidade, os pobres, inclusive ele:

"As criaturas da zona pobre eram animais e não homens." (p.53)

"Ele e o cachorro, as duas figuras centrais do mundo naquele momento. O cachorro era mais bonito, mais bem cuidado e mais feliz que ele. Eugênio Fontes, menos que um cachorro! Gente pobre: vida de cachorro." (p.41)

O fundo deste painel está pintado por coadjuvantes distintos de camadas sociais, os zoomorfizados versus a aparência:

"E de súbito, na mente de Eugênio, a imagem da filha é trespassada pelas palavras frias de Eunice, numa voz convencional: "Não quero ter filhos. Esses mamíferos esfalmados nos deformam o corpo". (...) Ela não podia dissociar a lembrança do parto da idéia de dilaceramento. Ter filhos era quase o mesmo que fazer baraquiri." (p.109)

A aparência esta interligada aos anseios egoístas:

"Como vai o monopólio de leite?" (p.130)

"Filiação e Tecidos Cintra, Companhia Arrozreira Cintra e Cia., Companhia Imobiliária Cintra..." (p.112)

"_ Nós somos homens, Filipe, e vivemos como quase como que máquinas. Essa ânsia de progredir, de acumu-

lar dinheiro, de construir, faz a gente esquecer o que tem de humano." (p.200)

"_ Na tua filha, na Dora. Quem ocupa maior lugar em teu coração? Ela ou o Megatério?" (p.201)

Mas, o foco mostra-se naquele que sofrerá com a mudança de identidade paradoxal a qual é exposta na primeira parte, Eugênio, por causa da personalidade persuasiva de Olívia, é uma epifania melodramática, sentimentalista, provinda da imagem dela num tom subjetivista, e duma herança hereditária que ajuda Eugênio a se ver com esperança de ser um humano, a filha Anamaria:

"Eram olhos para os quais ao cabo de algumas reflexões Eugênio só achou um qualificativo: humanos." (p.69)

E, quando lado a lado desceram as escadas devagar ele sentiu como nunca que esta perto de um ser humano, de alguém que era, que existia, de maneira profunda, integral, que não constituía apenas uma soma de vaidades, de atitudes, de desejos de parecer." (p.72)

"A revelação da existência da filha lhe dera a sensação indescritível, semelhante à que ele tivera aos treze anos ao descobrir a primeira paixão. Depois daquele reencontro com Olívia, sua vida mudara por completo. De repente ele se achava um motivo para ter confiança o mundo em si mesmo. Tinha uma filha. Uma filha! Era humano. Não estava perdido." (p.148)

Mas, a epifania de Eugênio ocorre. Vem, então, a harmonia de si para si e dele para com seu

redor:

"Eugênio se sentia pequeno diante do drama numeroso da vida. Tomava por ele interesse médico e ao mesmo tempo humano. Como homem sentia desejos de compreender, de ser útil ao próximo, de confortar, de ajudar. Como médico queria dar o remédio que cura ou pelo menos alivia." (p.235)

"Sim, não bastava que ele se sentisse feliz, que tivesse Anamaria a seu lado corada, alegre, bem vestida e bem alimentada... Era preciso pensar nos outros e fazer alguma coisa em favor deles... Por que não começar algum trabalho em benefício das crianças abandonadas? Dar-lhes alimentação adequada, boas roupas, higiene, instrução, assistência médica e dentária, colônias de férias, oportunidades de se divertirem, de se alegrarem... Ai estava um grande plano." (p.273)

A mudança de Eugênio se deve, primeiramente, ao próprio exame de consciência:

"No fundo ele sabe que pertence mais a classe de Honório que a de Eunice. Nunca o pôde tratar com superioridade com que a mulher e sogro lhe dão ordens, como se ele fosse feito duma matéria mais ordinária, como se tivesse nascido exclusivamente para obedecer." (p.23)

"Poucos anos de vida matrimonial tinham sido o bastante para lhe mostrar o engano em que caíra. Fizera um casamento de interesse." (p.113)

Eugênio é o único persona-

gem que passa por mudança de personalidade na obra, e Olívia é quem o instrui para esse fenômeno, por meio de cartas ocorrem as influências do Sermão da Montanha e a metáfora dos lírios do campo são as raízes dessa transfiguração, é um extrato político, que faz Érico tachar sua obra de "parábola moderna", isto por que através das citações bíblicas Olívia apresenta ao companheiro novo modo de viver, isentado de um poder ganancioso, mais influente no tempo capitalista, e repleto dum poder de servidão às necessidades do próximo:

"Quero que abras os olhos, Eugênio, que acordes enquanto é tempo. Peço-te que pegues minha Bíblia que esta na estante de livros, peto do rádio, leias apenas o Sermão da Montanha. (...) Os homens deviam ler e meditar esse trecho, principalmente no ponto em que Jesus nos fala dos lírios do campo que não trabalham nem fiam, e no entanto nem Salomão em toda a sua glória se vestiu como um deles.

(...)

Precisamos, entretanto, da sentido humano às nossas construções. E quando o amor ao dinheiro nos estiver deixando cegos sabemos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu." (p.153)

Na obra, está contida também a presença da literatura digressiva machadiana, os momentos em que Eugênio lê as cartas e também, nelas, a epifania de Olívia:

"O tempo passava. Senta-

do debaixo da lâmpada acesa da mesinha do centro, Eugênio relia as cartas que Olívia escrevera de Nova Itália, as cartas que nunca lhe mandara. E a cada releitura elas lhe ofereciam novas revelações. Era doloroso que só agora ele começasse na verdade conhecer Olívia. Toda aquela bondade, toda aquela compreensão da vida tinham permanecido escondidas para ele." (p.169)

Há a presença da simbologia da obra, restrita ao das estrelas, do sino e espelho. As estrelas carregavam símbolo de pureza, esperança, distância:

"Olha para o céu. As estrelas agora estão mais nítidas. Olívia fala na sua memória: "Olha as estrelas. Enquanto elas brilharem haverá esperança na vida"." (p.101)

"Tinham um misterioso sentido. As estrelas eram símbolo de pureza, qualquer coisa inatingível que as mãos dos homens não havia ainda conseguido poluir." (p.101/102)

O sino, musicalidade, memorialismo:

"Os sinos começaram a tocar. O som musical enchia o ar, parecendo aumentar-lhe a luminosidade. Eugênio passou a sentir aqueles sons com todo o corpo. Estremecia e ficava vibrando a cada badalada. lembrava-se de outros sinos, de outras igrejas, em outros tempos. Viu e ouviu mentalmente a sineta do seu primeiro colégio. Sentiu na memória s ecos tristes

daqueles mesmos sinos que dobraram finos no dia em eu morrera de tifo um dos alunos do colégio. De repente teve vontade de chorar. Os sinos lhe traziam tantas recordações... (...)

Os sinos estavam nos seus ouvidos, na sua memória, na sua epiderme, nos seus nervos." (p.40)

O espelho, revelação íntima da matéria e essência:

"Sim, não existia a menor dúvida: estava ficando homem. Agora se examinava com frequência no espelho_ de longe, de perto, de soslaio_ com fúria de analista obstinado. Achar-se feio e rude, e isso o angustiava." (p.36)

"Com surda cólera Eugênio contemplava a imagem do espelho. Era como se estivesse diante dum inimigo_ inimigo perigoso que lhe conhecia todos os segredos, todos os pecados, até os mais sórdidos e escondidos." (p.36)

Portanto, está aqui a análise da obra principal de Érico Veríssimo, dentro dos padrões estético-literários que o influenciaram no redigir da obra e o momento histórico ao qual ela está relacionada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VERISSIMO, Érico, 1905-1975. Olhai os lírios do campo/ Érico Veríssimo; ilustrações Paulo von Poser; prefácio Flávio Loureiro Chaves. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

“A AMBIGUIDADE COMO ESTRATÉGIA DO DISCURSO PUBLICITÁRIO”

Aluna: Adrielle Batagim Soares
/3º LETRAS

Palavras chave: ambigüidade, estratégia, propaganda.

Este trabalho tem como objetivo mostrar que a ambigüidade é uma estratégia do discurso publicitário, e cria uma relação entre o ver e o pensar através do autoconhecimento.

Ambigüidade é um aspecto lingüístico utilizado para a construção de sentido, mas especificamente a construção da duplicidade de sentidos encontrada em textos, mas quando falamos de texto, refere-se ao texto verbal e o texto não-verbal, o texto verbal é aquele que é preciso interpretar signos, (palavras, símbolos, sinais), já o texto não-verbal (imagens) normalmente é aquele texto onde é feita uma leitura direta, instantânea.

Quando é resultado de má organização de idéias, do emprego inadequado de certas palavras ou ainda da inadequação do texto ao contexto discursivo, ela provoca falha na comunicação, o que resulta uma ambigüidade estrutural, porém se empregada, intencionalmente, a ambigüidade pode ser um importante recurso de expressão

chamada de ambigüidade lexical

A ambigüidade lexical é um dos recursos mais utilizados como meio de comunicação publicitário, faz com que o leitor pense e faça uma associação entre a imagem, o texto e seu autoconhecimento. Qualquer tipo de texto pode ser analisado, não é um comentário sobre o texto, mas sim um estudo profundo das estratégias de um autor.

Vejamos alguns exemplos de ambigüidade lexical:

Exemplo 1



A ERICSSON FEZ UM TELEFONE COM TUDO EM CIMA.

Com o lançamento do modelo A Ericsson criou o primeiro aparelho a ser usado apenas para falar e ouvir e a linha de conexão GPRS, que garante uma conexão mais rápida e eficiente. O novo modelo também possui uma câmera de vídeo, e suporte de games. A Ericsson também lançou o novo modelo de telefone para o mercado de luxo, o A710, que possui uma tela de 2,2 polegadas e uma câmera de 2 megapixels.

“A ERICSSON FEZ UM TELEFONE COM TUDO EM CIMA”

Neste exemplo, há uma conotação da expressão tudo em cima, que ocasiona uma ambigüidade, sugerindo uma dupla interpretação, já que tudo

em cima dá a idéia de legal, e/ou o fato dos botões do novo telefone ser do lado de cima.

Exemplo 2



“A MODA AGORA VAI PEGAR NO SEU PÉ”.

Aqui também podemos encontrar uma expressão conotativa com um duplo sentido pegar no seu pé que transmite a noção de fixação de apego, “de não deixar sossegado” e a relação com o produto, por se tratar de meias.

TENDÊNCIAS SIMBOLISTAS EM CECÍLIA MEIRELES

autor: Tiago César Duranti
Especialista em língua, lingüística
e literatura.

Resumo: Aventurar-se na literatura é uma imprevisibilidade fascinante. Poder conhecer e desvendar as experiências passadas pelos autores é um encanto sem fim.

Assim, analisaremos a escola literária do simbolismo, seus códigos estéticos e o que os poetas da época defendiam, intertextualizando com Cecília Meireles, propiciando um estudo analítico e comparativo entre a escola simbolista e a autora modernista.

Palavras chaves:

Simbolismo, lirismo, musicalidade, subjetivismo, e transcendentalismo.

O simbolismo

O simbolismo é um movimento literário essencialmente poético que surgiu dentro da crise social, existencial e cultural, no fim do século XIX. Foi

uma ruptura artística radical com a mentalidade do realismo e do naturalismo, buscando fundamentalmente retomar o primado das dimensões não-racionais da existência.

Redescobrir e redimensionar a subjetividade, o sentimento, a imaginação, a espiritualidade, buscando desvendar o subconsciente e o inconsciente nas relações misteriosas e transcendentais do homem consigo próprio e com o mundo.

Oficialmente, na França, o início do movimento ocorreu em 1886 com a publicação no jornal *Le Figaro*, de um manifesto do poeta Jean Moréas, nesse texto, o poeta pronunciava o surgimento de uma nova estética idealista e transcendente, e que o definia como "não tanto em seu tom decadente quanto em seu tom simbólico".

O primeiro autor simbolista foi Baudelaire com a publicação de *As flores do mal*, e que ao lado de Verlaine, Rimbaud e Mallarmé inscreveu o simbolismo como um dos grandes movimentos da literatura.

A estética simbolista

De La musique avant toute chose – A música acima de tudo – afirma Paul Verlaine.

A musicalidade é um dos códigos estéticos mais marcantes do simbolismo, onde os poetas buscam uma junção da poesia com a música. Utilizam recursos como assonâncias e aliterações para construir versos delicados, sensíveis, extremamente sonoros e cheios de sons, como mostra o exemplo abaixo do poeta português Eugênio de Castro.

Um sonho

*Na messe, que enlourece,
estremece a quermesse...*

*O sol, o celestial girassol,
esmorece...*

*E as cantinelas de
serenos sons amenos*

*Fogem fluidas,
fluindo a fina flor dos fenos
(Obras Poéticas)*

Outra característica fundamental do simbolismo é o subjetivismo, onde fica evidente a adoção da intuição como forma de aproximação da realidade fazendo com que o eu líri-

co tenha uma visão centrada em si próprio tornando-se altamente individualista.

...

O céu é todo trevas:
o vento uiva
Do relâmpago
a cabeleira ruiva
Vem açoitar o rosto meu
E a catedral ebúrnea
do meu sonho
Afunda-se no caos
do céu medonho
Como um astro
que já morreu

E o sino geme
em lúgubres respostas:
Pobre Alphonsus!
Pobre Alphonsus!

(Alphonsus de
Guimaraens. *Antologia dos poetas brasileiros: poesia da fase simbolista*).

Para explorar a realidade, o mundo visível, racional e objetivo, os simbolistas se valem da intuição e dos sentidos humanos (visão, tato, olfato, paladar e audição) provocando assim as sinestésias como forma de percepção da essência humana. Não utilizam a razão ou o óbvio, preferem o vago, o indefinido ou o impreciso.

Ligam-se com a fé num misticismo difuso, relacionado ao cristianismo por meio de cores claras, brancas e celestiais e num nefelibatismo alto e pungente.

Antífona

...

Indefiníveis músicas
supremas,
Harmonias da Cor

e do Perfume...
Horas do Ocaso,
trêmulas, extremas,
Réquiem do Sol
que a Dor da luz resume...

...

(Cruz e Souza,
Obra Completa)

A essência lírica

O lirismo poético é uma experiência individual intuitiva e solitária. Decorre de uma profunda meditação do poeta sobre o mundo exterior associado a um estado de espírito. Nesse sentido, o poema lírico é a expressão material da experiência vivenciada pelo eu imaginário, em contato com o outro real, que ao fundir-se cria uma nova atmosfera.

Cecília Meireles

Passadas mais de três décadas desde o início do movimento modernista brasileiro, Cecília não busca uma ruptura com o passado, mas uma modernização contínua, assentada no passado e reticente quanto ao futuro.

Presença marcante na literatura, deixou uma obra poética única, que traz prazer e indagação. A poesia que a artista constrói expressa na melancolia a busca por uma outra realidade, em que seja possível a comunicação entre os seres e a primazia dos sonhos, partindo de um distanciamento do real imediato e passando pelos processos imagéticos para a

sombra, o indefinido, quando não para o sentimento da ausência e do nada.

E aqui estou cantando.

Um poeta é sempre irmão
do vento e da água:
Deixa seu ritmo
por onde passa.
(Discurso)

Tendências simbolistas em Cecília Meireles

A vertente intimista como a chama o crítico Alfredo Bosi em História Concisa da Literatura Brasileira diz que Cecília não tem ligação com o neo-simbolismo que pregava a fórmula para enconjurarmos o perigo modernista, mas sim que prestava um culto a Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaraens.

Assim, não podemos dizer que Cecília é simbolista pois, o movimento literário ao qual pertence é o modernismo, desse modo, vamos intertextualizar seu lirismo com a estética simbolista.

Cecília Meireles estreita a relação da poesia com o imaginário popular no que ele tem de mais expressivo: sua musicalidade. A poeta avança devagarzinho impondo-se não pela grandiloquência, mas pela linguagem apurada, pela construção de versos com sonoridade intensa e emoção contida melodicamente, sutil, e, ainda assim, cortante. Até o título de um de seus livros é em relação à musicalidade, Vaga Música, e é desde livro que temos um belíssimo exemplo.

Canção nas águas

*Acostumei minhas mãos
A brincarem na água clara:
Porque ficarei contente?
A onda passa docemente:
Seus desenhos – todos vão.
Nada para.*

...

Outra importante característica do simbolismo é o subjetivismo, que em Cecília é super valorizado, onde todos os fatos e acontecimentos são em função do eu. A maioria dos verbos são em primeira pessoa e os pronomes possessivos meu, meus, minha e minhas aparecem com bastante frequência.

Canção

*Assim moro em meu sonho:
Como um peixe no mar.
O que sou é o que vejo
Vejo e sou meu olhar*

Aqui, observamos também a adjetivação subjetivista onde a autora atribui características ao eu lírico.

*Água é o meu próprio corpo
Simplesmente mais denso
E meu corpo é minha alma
E o que sinto é o que penso*

...

Adiante, na escola simbolista, vem o transcendentalismo, isso em Cecília Meireles, fica claro diretamente na sua lírica, no imagético, na solidão, na oniricidade, e, principalmente, nos símbolos, como nuvens que podem-se metaforizar no

nefelibatismo, oceano como profundidade, espelho e transparência – “Quem sou eu?”, no etéreo, em espectros e no caráter existencialista entre a ausência e a presença.

Aceltação

*É mais fácil pousar
o ouvido nas nuvens
E sentir passar as estrelas
Do que prendê-lo a terra
e alcançar o rumor
dos teus passos*

...

Também em:

Epigrama n°5

*Gosto da gota d'água
que se equilibra
Na folha rasa,
tremendo ao vento.*

*Todo o universo,
no oceano do ar,
secreto vibra:
E ela resiste,
no isolamento.*

...

Conclusão

Essencialmente poético, o simbolismo é a redescoberta da subjetividade, do sentido, da imaginação e da espiritualidade que busca desvendar o subconsciente e o inconsciente nas relações misteriosas e transcendentes do homem.

Grandioso, formou poetas fabulosos e admiráveis, que

nos proporciona uma grande mudança por meio da experiência de seus poemas.

Assim, Cecília Meireles, escritora do movimento modernista teve influências, deixando uma obra poética única, que nos proporciona prazer e indagação, fazendo-nos refletir sobre nossa existência tão frágil e efêmera, por meio de imagens e símbolos, e principalmente pela construção de versos com intensa sonoridade e imensa delicadeza, levando-nos a nos aproximar de uma sublimidade incomensurável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDELAIRE, Charles, *As flores do mal*. São Paulo. Abril S. A. Cultural, 1984.

MEIRELES, Cecília, *Canções*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2005.

MEIRELES, Cecília, *Viajem e Vaga música*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

ABAURRE, Maria Luiza, PONTARA, Marcela Nogueira, FADEL, Tatiane, *Português língua e literatura*. São Paulo, Moderna, 2000.

WELLEK, René, WARREN, Austin, *Teoria da literatura*. Nova Iorque, Publicações Europa-América, 1949.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1987.

A IMPORTÂNCIA QUE A CRECHE EXERCE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Trabalho apresentado à disciplina de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) como exigência para obtenção de nota para o 3º Bimestre, sob a orientação da Profª Marialba Garcia da Glória Carneiro.

Discentes: Levina Gonzaga, n°11
Priscila S. Mendonça, n°17
3ª Série de Pedagogia, 2009.

Autoras:

Levina Gonzaga
Priscila de Souza Mendonça
Alunas do 3º Ano de Pedagogia-
2009.

Professora Orientadora:

Marialba da Glória Garcia Carneiro

Palavras Chave:

Criança, desenvolvimento, conhecimento, cuidados, educação, brincar, necessidades, limites e afetividade.

Resumo:

A Creche exerce uma função importante no desenvolvimento da criança, pois é o lugar onde passa

a maior parte de seu tempo, sendo assim, o conhecimento e a capacitação dos profissionais da educação infantil é algo essencial para que o desenvolvimento para a criança ocorra plenamente e da maneira mais saudável e prazerosa possível.

Introdução

Sabemos que no início, a Creche surgiu apenas para "guardar" as crianças que tinham pais trabalhadores, então, as crianças chegavam à Creche e lá ficavam o dia todo, apenas para que os pais pudessem trabalhar fora e terem onde deixar os filhos.

Com o passar do tempo, a Creche passou a ter função assistencialista, em que as crianças recebiam todo o amparo e cuidado necessário, desde higiene pessoal até educação.

Hoje, a Creche passou a ser um direito da criança, como é direito a educação, ensino infantil, fundamental e médio. Podemos constatar isso consultando a LDB (Lei de Diretri-

zes e Bases), Lei Federal n° 9.394 de 20/12/1996 e alterações posteriores, em sua SEÇÃO II, artigo n° 29 diz: 'A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade'; e artigo n° 30, 'A educação infantil será oferecida em:', inciso I, 'creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;' Visto que a Creche é direito de qualquer criança, e que a mesma passa a maior parte do tempo de seu dia nela, é importante que os educadores desenvolvam um bom trabalho, a fim de que se alcance o melhor desenvolvimento possível da criança, em todos os aspectos, desde o desenvolvimento físico, motor, intelectual e emocional.

Por meio desta pesquisa e estudo, aprofundaremos nosso conhecimento a respei-

to dessa área e vamos decifrar detalhes de cada aspecto do desenvolvimento da criança na fase em que é freqüentadora de Creche.

1- O Pleno Desenvolvimento da Criança

De acordo com as novas diretrizes, os cuidados e a educação da criança devem caminhar juntos, pois consideramos o indivíduo como ser holístico, assim os cuidados com seu desenvolvimento devem também ser encarados assim.

Quando a criança vai para a creche, necessita tanto de cuidados para sua formação intelectual, moral e social, quanto cuidados com o seu físico. Por isso, devemos tratá-las como um todo, pois, quando fragmentados a ação do cuidar e educar, se torna ineficaz.

'A consciência de qualquer ser social, só se forma e adquire existência através das múltiplas relações que ele estabelece no mundo com o outro...' (Bernard Lahire, p.p. 349).

'Para que seja efetivo o cuidado com a criança, o comprometimento com o outro, se faz necessário a partir das responsabilidades e do vínculo construído entre quem cuida e quem é cuidado. Ter respeito ao desenvolvimento individual, de acordo com suas necessidades, compreensão de sua

singularidade, é interessar-se pelos sentimentos da criança, vendo-a como ser pensante, capaz de ampliar seus conhecimentos e habilidades, assim torna-se independente...' (John Dewey, p.p.37).

A criança, tendo experiência diária, que permite ser cuidada e educada, simultaneamente chega satisfatoriamente ao objetivo maior de seu pleno desenvolvimento.

Nessa fase de desenvolvimento, é comum vermos crianças fantasiando a respeito da realidade, é um misto que fazem entre realidade e ficção.

Em um artigo para a Revista Nova Escola, Thais Gurgel relatou que: 'Ficção e relato de experiências vividas são gêneros diferentes, mas, nos primeiros anos de vida, é comum que se combinem nas narrativas infantis, como apontou a lingüista Maria Cecília Perroni no livro Desenvolvimento do Discurso Narrativo. Segundo ela, no entanto, esse recurso não deve ser entendido como um problema de falta de clareza entre o real e o imaginário. Ao contrário: é preciso encará-lo como um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos pequenos.'

Por isso, é importante que como educadores, tenhamos conhecimento a respeito das fases do desenvolvimento das crianças, o que ocorre nesse período e como devemos nos portar diante disso.

Precisamos acompanhar

nossos pequeninos com muito conhecimento e sabedoria, para não mancharmos essa fase do desenvolvimento que é tão importante, mas enriquecermos mais ainda o amadurecimento e o potencial que cada um deles possui.

2- O Brincar e o Desenvolvimento da Criança

Dentro da construção do conhecimento, o ato de brincar, sendo espontâneo ou coordenado, proporciona a criança uma rica oportunidade de aprendizagem. Por ser algo natural, característico na maioria dos seres vivos, a brincadeira é uma ação despreendida, voluntária, onde em um primeiro olhar, percebemos apenas o prazer que esta ação proporciona a quem a pratica.

Em se tratando do contexto educacional, a brincadeira infantil é uma maneira de expressão da criança. Brincando, ela consegue perceber o mundo adulto, usando-o como uma forma de se adaptar ao meio pela qual poderá resolver suas dificuldades e ansiedades internas.

Winnicott diz que o ato de brincar é natural, e quando a criança não está brincando, é porque algo que parte de uma patologia está acontecendo, e precisamos investigar.

Se a brincadeira é uma ferramenta pela qual a criança expressa seus sentimentos, o ato de não brincar também é uma

expressão, mas de algo que não está bem, e como educadores, isso não deve de maneira alguma passar despercebido aos nossos olhos. Quando a criança não brinca, está ansiosamente pedindo por nosso socorro, e devemos estar atentos e prontos para ajudá-la e intervir positivamente nessa situação.

A fase da brincadeira é caracterizada por Piaget como atividade simbólica, onde a criança se aproxima da realidade do adulto, através da imitação e do faz de conta, como exemplo: ela brinca de ser mãe (pai), professor (a), transforma objetos em bebês, alimentando-os e fazendo-os dormir, etc.

Devemos valorizar cada relato da criança, pois o 'faz de conta', faz parte do desenvolvimento e até amadurecimento dela. Segundo Thais Gurgel, 'A oralidade é, dessa forma, um dos principais motores do desenvolvimento na primeira infância e aspecto-chave da creche e da pré-escola. A postura do professor ou da família na interlocução com os pequenos, por sua vez, faz toda a diferença... Segundo a especialista, o adulto não deve questionar se o que ela conta é verdade ou invenção, mas embarcar na aventura e pedir mais detalhes.'

Os relacionamentos sociais são enriquecidos por meio da comunicação existente no ato de brincar, fazendo com que os esquemas representativos aproximem cada vez mais a criança de seu meio social.

No ato de brincar, a criança se descobre e constrói suportes emocionais próprios, preparando-a para a vida.

Dentro da brincadeira, a criança pode ser o que quiser, exteriorizando seus sentimentos (medos, ansiedades) quanto ao desconhecido, pode sentir-se livre da pressão e exigências da vida real.

Ao observarmos um grupo de crianças brincando, é possível verificar a manifestação dos sentimentos e das fantasias, sendo esta a função tão importante do brinquedo para o desenvolvimento da criança, '...Mesmo que a situação que causa uma emoção não seja aparente, isso não quer dizer que ela não exista, podendo ser até mesmo um pensamento, uma lembrança, uma música, uma palavra, etc.' (M. B. Moreira e C. A. de Medeiros, p.p. 26)

Diante dessas afirmações, constatamos que a função do educador de Creche é também observar com cautela e sensibilidade as atitudes e comportamentos das crianças, mesmo quando aparentemente estão "só brincando", e se algo lhe parecer fora do natural, é importante que saiba interferir da maneira correta.

3- Os Limites no Desenvolvimento da Criança

Sabemos que toda criança precisa de liberdade para viver, brincar e se desenvolver, mas

é de nossa ciência também que criança precisa de limites.

Por meio de seu comportamento, a criança "nos pede" limites, pois nem mesmo ela suporta tanta liberdade, que, na verdade, às vezes, pais e professores a confundem com libertinagem.

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Liberdade significa: 'Direito de proceder conforme nos pareça, contanto que esse direito não vá contra o direito de outrem'; e Libertinagem é: 'Devassidão, depravação de costumes'.

Explicando melhor, a liberdade faz bem, desde que não exclua o direito do outro, já a libertinagem é algo que extrapola e vai além do que aquilo que faz bem.

Perante essa explicação, entendemos que os limites na vida de nossos alunos, é algo imprescindível, indispensável, essencial.

Moreira e Medeiros afirmam que '... Sem dúvida, a criação sem limites é quase tão prejudicial quanto a criação extremamente rigorosa. De fato, alguns comportamentos de nossos filhos precisam ter sua frequência reduzida; entretanto, se tivermos outras alternativas à punição, estas devem sempre ser as escolhidas'.

O que esses autores nos ensinam, é que se agirmos com autoritarismo, o desenvolvimento e a aprendizagem serão prejudicados, e o mesmo acontecerá se não soubermos impor

limites e permitirmos muita liberdade.

Em seu livro "Educação: a solução está no afeto", Gabriel Chalita diz que *'... é necessário que a liberdade seja considerada não como poderdominação, mas como poder-autorização de fazer o que nossa alma pede, sem restrições, a não ser as dos limites íntimos colocados pela consciência.'*; ou

seja, a liberdade não é algo que nos dá um poder de dominar e decidir tudo, mas oferece um direito de autorizar as realizações dos desejos de nossa alma, sem ferir nossa consciência e nossos princípios.

Sabendo lidar com esse aspecto do limite na vida da criança, a aprendizagem será conduzida para os melhores caminhos do desenvolvimento, e da mesma maneira o desenvolvimento para a aprendizagem, e isso se tornará uma constante em sua vida. O professor de Creche tem a função de cuidar e educar a criança, mas é apenas um "coadjuvante", o "protagonista" é a família, porém atualmente, em algumas vezes, esse papel têm sido melhor desenvolvido pelos educadores do que pelos pais ou responsáveis pela criança.

Chalita cita o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), que nos fala a respeito da Educação, *'Lembra-vos que a finalidade da educação é formar seres aptos para governar a si mesmos e não para ser governados pelos outros'*. Spencer

defende a idéia de que a educação deve formar cidadãos críticos, inconformados com ideologias impostas, idéias prontas, devem ser capazes de se governar, mas é muito importante para o desenvolvimento do ser humano, saber relacionar-se com o outro, trocar experiências e construir conhecimentos juntos, *'... poderíamos definir genericamente aprender como relacionar-se de novas formas com o mundo que nos cerca e com nós mesmos. Definindo assim, talvez consigamos expressar de uma forma relativamente adequada a importância da aprendizagem na compreensão do indivíduo em interação com seu ambiente.'* (Moreira e Medeiros)

Constatamos a importância de o educador de Creche saber dar liberdade aos alunos sem que a confundam com libertinagem, impondo limites que farão com que essas crianças se desenvolvam e juntamente com os que as rodeiam, alcancem a aprendizagem.

Conclusão

A Creche é direito da criança, não podemos negar que qualquer criança a freqüente, sendo assim, o mínimo que devemos fazer como professores e educadores, é receber, cuidar e educar essas crianças da melhor maneira possível.

O relacionamento entre quem cuida e quem é cuidado é de extrema importância, o professor oferecendo o carinho,

o afeto, o respeito que as crianças merecem, receberá o mesmo dos pequenos.

Presentear as crianças com nossa atenção no momento do brincar, ter zelo por elas, saber identificar se algo está errado e se desdobrar para lhes proporcionar o bem, não passa de nosso dever, assim como "viajar" com eles em cada uma de suas aventuras do faz de conta, ao mesmo tempo, com muito carinho e respeito, impor limites, para que sua aprendizagem aconteça no tempo e medida certa, que é a medida do pleno e constante desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LDB- (Lei de Diretrizes e Bases), Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996 e alterações posteriores.

ESCOLA, Nova. Como trabalhar os gêneros. Ano XXIV, Ed.224,2009.

MOREIRA, Márcio Borges, MEDEIROS, Carlos Augusto de. Princípios Básicos de Análise do Comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CHALITA, Gabriel. Educação: A solução está no afeto. São Paulo: Editora Gente, 2001.

www.dicionariopriberam.com.br

A INDISCIPLINA E SEUS FATORES SOCIAIS

autores:

DIAS, Angélica Cristina
SILVA, Ana Paula Alves de Matos
Nascimento da

RESUMO: Falar de indisciplina escolar é percorrer os caminhos da educação pelo longo dos séculos e anotar as variações nas manifestações de casos de indisciplina, mas onde o palco é sempre o mesmo: a escola.

Em pleno século XXI, era da informática a todo vapor, tempo de mudança no ensino tanto público como privado, na inclusão social, explosão de saberes, ainda assim o que se vê são hábitos errôneos que provocam cenas de vandalismo e desamor à vida. A indisciplina que antes acontecia em sala de aula onde os baderneiros eram corrigidos com algumas punições como ficar de costas para o restante da turma, levar bilhetes para casa, agora, reflete-se nas atitudes de adultos que desejam se tornar ótimos profissionais, mas desprezam vários princípios na hora do trote, onde muitos têm seu sonho interrompido momentânea ou eternamente. A indisciplina está presente em todas as áreas sociais independente de cor, credo, posição social ou econômica, ela acontece a todo momento.

PALAVRAS-CHAVE: indisciplina, escola, aluno, violência.

1 - INTRODUÇÃO:

Em uma atual explosão de informações televisivas, eletrônicas, multiculturais ou até mesmo através de bate papos informais, vê-se que há uma manifestação tamanha a respeito do comportamento adequado para certos tipos de ambientes. Talvez, pelo que se denomina globalização, as relações de um modo geral têm enfrentado uma espécie de "confronto", onde cada um necessita de um espaço, um horário, um modo de expressar seu jeito particular de ser.

Dai, já não bastasse a desigualdade social, a diferença de sexo, de raça, de credo religioso, tem-se o tema que não cessa de ser comentado: a Indisciplina escolar. Famílias, professores, gestores, especialistas entre outros procuram as causas que levam um aluno a ter comportamentos não condizentes com uma sala de aula. Mas, seria o fato deste mesmo aluno conseguir conversar com várias pessoas ao mesmo tempo na "net"? Ou a falta de relacionamento familiar? Talvez a própria crise de existência pessoal? As transições de criança para adolescente, para jovem e para adulto? Por que em alguns lugares a figura do professor é tida como um profissional altamente respeitado enquanto em outros não se quer um salário digno? As escolas precisam ser mais atrativas?

Seguindo estes pontos, esse artigo tem por finalidade responder as essas perguntas, porém ressaltando o convívio social entre aluno-família-escola, apresentado aspectos que possivelmente possam gerar uma crise de disciplina.

Sabe-se, igualmente, que do ponto de vista do alunado, não se trata de um fenômeno nitidamente demarcado por variáveis de gênero nem de etnia, credo, orientação sexual, situação econômica ou coisa que o valha. Isso significa que independentemente das características de sua clientela, toda escola parece ter que se defrontar, de quando em quando, com embates entre professores e alunos, mais comumente, entre os próprios alunos. Outra evidência é de que a idade dos implicados não se apresenta como um nítido divisor de águas: os eventos disciplinares podem ocorrer desde a educação infantil até a universidade. (Aquino, Julio Groppa, Indisciplina – O contraponto das escolas democráticas, p. 9)

2 – A história da disciplina escolar:

Para saber o que conceitua a indisciplina é necessário entender o que é disciplina. O perfil de uma classe disciplinada seria aquela onde não há conversas paralelas à explicação do professor, onde os alunos chegam, se sentam e

passam toda uma aula com os olhos grudados no quadro ou em suas apostilas, que saem quietinhos para o intervalo e voltam com sorrisos no rosto sem apresentar nenhuma revolta ou um "que" de descontentamento com a próxima matéria a ser-lhe apresentada? Diante dessas declarações, pode-se dizer que se essa sala existe ainda nos dias atuais está fora dos "padrões" em que vivemos. Como diz Celso Antunes, "conversar é, afinal de contas, gostoso, necessário, útil, essencial como diagnóstico de muitas inteligências" (Antunes, Professor Bonzinho = aluno difícil, p. 13, 2002).

A escola já teve sua participação na sociedade como instituição responsável pela domesticação dos sujeitos, isso acontecia através do poder disciplinar exercido por ela. "A disciplina fabrica corpos submissos, dóceis, úteis e também normalizados, ou seja, produz nos sujeitos condutas dele esperadas" (Indisciplina Escolar, p. 12, 2007). Os castigos corporais como o uso de chicote estendeu-se a população escolar até os séculos XVIII, onde a preocupação em humilhar a criança levaria a mesma a uma considerável melhoria, além de servir de exemplo para outros.

Outro mecanismo que também fez história foi a "palmatória", o ajoelhar em grãos de milho, o cheirar a parede, o levar bilhetes para casa, ir para a diretoria, olhar repreensivo do professor. Tudo contribuiria não só para com vexame físico como também psicológico, o que em um outro contexto contribuiu para a formação dos chamados "heróis da turma", aqueles alunos campeões em receberem castigos, mas que nunca mudaram de comportamento.

Um dos objetivos do poder disciplinar segundo Foucault é a produção de corpos dóceis e úteis ao capital, ao bom andamento das instituições. Corpos dóceis, pois são esvaziados da capacidade de resistência e úteis porque são adaptados e condicionados de forma a potencializar o máximo de sua capacidade de produção. (...) Segundo Durkheim (1978), a sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade. (...) O ideal de aluno e educação é marcado pela normalização e homogeneização. A uniformidade é a qualidade a ser alcançada, com muito trabalho e fé. (Indisciplina Escolar, p. 13, 14, 2007)

Pode-se citar como algumas das características do poder disciplinar o controle do indivíduo em fila, controle das atividades orgânica (como o ir ao banheiro em horário definido), ajustamento de tempo para atividades, o tempo menor que alguns usam para realizar tarefas servirá de referência para medir a capacidades de outros.

Sem deixar de mencionar o fator vigilância (o que o aluno faz dentro e fora da sala de aula poderá ser usado como punição na hora da aplicação do exame).

O aluno indisciplinado é considerado um transgressor da ordem, da disciplina, do bom andamento das atividades escolares. Mas a indisciplina também pode ser entendida como uma manifestação do aluno contra a estrutura disciplinar no espaço escolar. Pode ser um manifesto de descontentamento com o que está presenciando e ao mesmo tempo participando.

A indisciplina tem sido considerada um dos grandes males atuais, podendo ser um reflexo da pobreza, dos programas de TV ou mesmo um traço da personali-

de do aluno. Cabendo então entender quem é o aluno, de onde ele vem e qual a sua formação social. "Por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca a escola vai suprir a carência deixada por uma família ausente." (Chalita, p. 17, 2001).

É na família que a criança tem os primeiros conceitos de mundo. Se existe uma busca por uma sociedade melhor e reestruturada é importante que isso comece pela reestruturação da própria família, pois esta tem papel fundamental na formação do caráter do indivíduo. Isso não é apenas crença, nem costume, mas também o cumprimento da lei, lembrando que o Estado deve lhe dar condições para tal: "a família, base da sociedade tem especial proteção do Estado." (Constituição Federal, art. 226). No entanto, a família tem responsabilidade de envolver-se com a evolução em todos os âmbitos referentes à formação do indivíduo social: "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (Constituição Federal, art. 227).

No ambiente familiar, não há lugar para disfarces, panos quentes e remendos. Se antes bastava um olhar de repreensão e a criança já se sentia corrigida, hoje cabe uma boa explicação e o diálogo sobre o acontecido. "A preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família. (...) Eis a

família e sua difícil tarefa. A convivência diária pode ser desgastante. É preciso criatividade. A convivência diária pode ser penosa. É preciso amor" (Chalita, p. 21, 25, 2001).

Sendo assim, a história da indisciplina escolar nunca será bem contada se não passar pela história da família.

3 – Uma pequena conversa e de repente surge a bagunça:

O ser humano tem seu grande destaque entre os outros seres por sua capacidade de falar, e ainda, falar o que deseja. Isso pode lhe trazer vantagens ou, em muitos casos, lhe colocar em situações pouco agradáveis. Pensando assim é, que muitas vezes, o professor dá uma certa liberdade para que aquela conversinha com o colega aqui e ali aconteça. Só que quando ele menos espera, tudo fica sem controle. A ordem então é: "todos quietos!... atenção...!". Mas, por quanto tempo você conseguiria ficar ao lado de alguém com tantas coisas comuns. Considerando a explosão de assuntos comuns, as curiosidades, as fases de desenvolvimento físico e psicológico, seria normal alunos nesta situação permanecerem em silêncio todo a aula? Segundo Antunes (2002):

cuidado com o silêncio humano. Este muitas vezes esconde disfunções agudas, problemas emocionais terríveis. (...) use a conversa do aluno, que é o que ele tem de mais valioso em sua vida, como instrumento para um trabalho pedagógico essencial. Converse com seus alunos e deixe os alunos conversarem entre si. Aprenda a ser um administrador de conversas, expositor de desafios, instigador de perguntas. (Antunes, Professor Bonzinho = aluno difícil, p.14, 2002).

O professor deve sempre transformar a conversa do aluno em instrumento que lhe sirva de apoio para seu próprio trabalho. Para que o aluno receba algo novo é necessário que o professor também saiba o que este aluno já conhece. Muitas vezes, é preciso resgatar esse conhecimento. Aulas que sejam somente expositivas podem se tornar massantes, não causando o mínimo interesse, por mais que o professor tenha se preparado para isso. É preciso ter estratégias. "A aula torna-se interessante, muito mais interessante e nada exressante. Nem para você e nem um pouco para seus alunos" (Antunes, Professor Bonzinho = aluno difícil, p.16, 2002).

O aluno também gosta de pensar, de desafios, de dilemas. É só prestar um pouco de atenção nos telefonemas intrigantes que recebem, nos jogos que praticam, nos segredos que querem desvendar. Eles gostam de desafios é só aproveitar.

Antunes (2002), diz que a existência da indisciplina na escola é como um incêndio na mata, onde raramente o foco é único, assim, na maior parte das escolas não é diferente, a indisciplina quase sempre emana de três focos: a escola, muitas vezes, por sua organização interna, por seu sistema de sanções, pela integração e união entre a equipe docente e administrativa ou pela ausência de clareza como encara a questão disciplinar e ainda que a escola prepara o indivíduo para o êxito, para o sucesso e não para a felicidade. Para que a escola deixe de ser esse foco é necessário ousadia, disposição e mudanças. Outro foco é o professor. "Existem médicos, motoristas, garçons, farmacêuticos, dentistas mal preparados. Às vezes, apáticos, desinteressados, desanima-

dos. Professores também" (Antunes, Professor Bonzinho = aluno difícil, p.23, 2002). Assiduidade, pontualidade, estruturação da aula, vontade própria de evoluir e jeito para lidar com problemas, muito colaboram para que o professor deixe de ser este segundo foco. O terceiro foco é o aluno. Este até parece assustador e terrível, transforma-se em intenso e preocupante, mas com soluções previsíveis. Com referência ao aluno e o agir do professor para que este não seja mais o foco de incêndio, Antunes (2002) escreve:

dê aula com um olhar no quadro e dois nos alunos. Os olhos nos olhos não é apenas síndrome de paixão, é procedimento didático de imenso valor (...) bobagem dar aula olhando apenas para alguns alunos, para a turma da frente ou para o pessoal do "fundão" (...) um risco de indisciplina muito grande é o professor ficar sempre sentado (...) engula fundo, conte até dez, mas preserve a calma. (...) A alegria contagia, envolve, seduz. (...) É importante os alunos necessitem se esforçar um pouquinho para ouvir melhor. (...) O aluno precisa ouvir NÃO e, muitas vezes, a palavra firme do professor substitui a fragilidade com que as negações são trabalhadas na família. Não hesite em usar o Não. (...) a autoestima não se compra na cantina e nem mesmo constitui talento que se tem ou não se tem. O professor é, muitas vezes, bem mais que o pai ou a mãe, quem pode desenvolvê-la. (Antunes, Professor Bonzinho = aluno difícil, p. 27-31, 2002).

A revista Nova Escola, edição nº 226 (outubro, 2009), traz uma reportagem especial em que trata especialmente do conceito de indisciplina, suas origens e também seu aproveitamento. "Pesquisa realizada por NOVA ESCOLA e Ibope em 2007 com 500 professores de todo o país revelou que 69% deles apontavam a indisciplina e a falta de atenção entre os principais problemas da sala de aula. Doce ilusão! O comportamento inadequado do aluno não pode ser visto como uma causa da dificuldade para ensinar. Na verdade, ele é resultado da falta de adequação no processo de ensino." (Nova Escola, 2009, p.79). Através das tirinhas de humor, mas que proporcionam uma reflexão, a revista traz as principais causas da indisciplina e um alerta aos educadores no que diz respeito a impasse, como pode-se observar abaixo:



FALTA DE AUTORIDADE O que se espera da escola é conhecimento. É isso que faz o aluno respeitar o ambiente à sua volta. Se a aula está um tédio, ele vai procurar algo mais interessante para fazer. (Nova Escola, 2009, p.80,81).



DIDÁTICA INADEQUADA Não adianta exigir que os alunos cumpram as tarefas se a estratégia de ensino e o tema não dizem nada a eles. (Nova Escola, 2009, p.80).



REGRAS IMPOSTAS Quando a conversa é sempre proibida, você perde a chance de favorecer a troca de ideias. Nova Escola, 2009, p.81).

O professor, o servidor, o gestor, enfim, todos que participam diretamente da educação na escola devem conhecer a causa e não já produzirem as conseqüências

da indisciplina. Ler nas entrelinhas do que o aluno quer dizer, observar e investigar qual o motivo de sua conversa com o vizinho, pois nem sempre são lero-lero e sim uma maneira divertida de discutirem o assunto do dia a dia escolar.

4 – Quando a indisciplina e a violência andam juntas

A conversa na sala durante aula, o celular ligado, um palavrão e aí a violência. Esta não está apenas no apelido maldoso, no riso irônico, como também nos pontapés, murros e até juras de morte.

Para Lucinda, Nascimento e Candau (2001), a violência na escola não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas como parte de um processo amplo, ido além dos muros da escola e implicando uma série de fatores relacionados ao contexto social como um todo. Na escola, as autoras citadas, identificam diferentes formas de violência como a influência do narcotráfico; os atos de vandalismo ocasionado pela depredação escolar; as brigas entre os alunos e adultos e a violência familiar. Aliado a todos esses fatores, encontra-se ainda, a crise na identidade da escola marcada pela desvalorização da educação e do magistério ao lado do baixo investimento do Estado e de políticas educacionais, contribuindo desta forma para o aumento da violência escolar. (Indisciplina Escolar, p. 50, 2007)

4.1 – Alunos que não valorizam o ambiente escolar:

Quem nunca foi amado, quem nunca foi responsabilizado por suas atitudes, quem jamais

observou limites, de maneira alguma poderá dar valor aquilo que possui. Exemplos:

a) **Vandalismo em escolas paranaenses vai parar na internet – 29/07/2009**

Vídeos mostram jovens depredando móveis de instituições de ensino.

Muros e paredes foram pichados e portas foram quebradas. A pichação enche muros e paredes. Algumas portas foram quebradas. Uma foi arrancada inteira, e os bebedouros também. Na escola, não há segurança e os professores se sentem impotentes.

O descaso com o patrimônio público continua. Em três semanas de férias, outra escola em São José dos Pinhais (PR), foi invadida 18 vezes. O último ataque ocorreu na sala dos professores, que foi revirada. A escola tem apenas dois anos e oito boletins de ocorrência com casos de vandalismo. "A pergunta é: que mal a escola está fazendo a esses jovens para eles tratarem com tanta falta de respeito um local onde passam boa parte de suas vidas?", questiona a diretora da Secretaria de Educação, Ana Lúcia Schulhan, diretora de gestão da secretaria. (acesso em: 24/08/09, <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil>, às 15:12 horas)

b) **Jovens destroem escola e creche onde estudaram no interior – 19/05/2009**

Em Botucatu, um grupo de cinco crianças e adolescentes, entre 8 e 13 anos, invadiu uma escola e uma creche onde já tinha estudado. Eles causaram uma grande destruição que revoltou pais de alunos.

Para entrar na escola, os vândalos

quebraram uma janela. Os armários foram arrombados e todo o material jogado no chão. Alimentos armazenados na cozinha ficaram espalhados pelas salas. Os brinquedos do pátio foram incendiados.

Depois de destruir a escola, onde estudam 102 alunos, o grupo depredou a creche ao lado, que atende 68 crianças. O computador da secretaria foi quebrado e os brinquedos do berçário destruídos. As fotos foram tiradas por quem chegava para trabalhar na manhã dessa segunda-feira. "A cena era horrível, triste", disse a atendente da creche, Andréia Cássia de Oliveira.

Abalados, os professores passaram o dia fazendo faxina. As aulas foram suspensas e, por enquanto, não há previsão de retorno. Para reforçar a segurança, grades foram instaladas nas janelas.

Cinco ex-alunos de 8 a 13 anos de idade confessaram o crime. "Isso doeu muito, saber que são crianças que foram alunos nossos", afirma a diretora da escola, Elizete Comin.

A comunidade, na periferia de Botucatu, ficou revoltada. "Um absurdo, sem dúvida", disse a dona de casa Elisabete Lino. "Jamais aconteceu isso em uma escola aqui, vandalismo desse não, principalmente de crianças", conta a mãe de um aluno, Lúcia Jerônimo.

A direção da escola acionou o Conselho Tutelar. Os ex-alunos passarão por acompanhamento psicológico. Os pais deles também vão ser ouvidos. O caso será encaminhado à Vara da Infância e Juventude.

Não é a primeira vez que escolas e creches são depredadas, na região. Aqui em Bauru, há menos de uma semana, uma escola também foi atacada por vândalos.

Os fios da rede elétrica foram arrebentados e as salas de aula utilizadas como banheiro. Os autores ainda são desconhecidos.

Já, em Pederneiras, no fim do ano passado, o alvo foi uma creche. Material escolar foi inutilizado e as paredes foram pichadas. No grupo havia um adolescente de 15 anos e três crianças, de 5, 6 e 9 anos. Os pais deles foram advertidos pela Justiça. (acesso em: 24/08/09: <http://g1.globo.com/jornaldaglobo>, às 15:24).

4.2 – O trote aos calouros nas faculdades: brincadeira ou violência?

O que era fácil conter na adolescência, como as brincadeiras de mal gosto, agora torna-se um fato criminoso. Alunos que dedicaram anos de suas vidas em aprimorar seus conhecimentos, vindos de escolas públicas ou até mesmo as mais bem pagas do país, mostram-se incapazes de ao menos respeitar a opinião do outro. Participar do "trote", após ter passado no vestibular, não é mais uma simples brincadeira é como uma senha para ser bem aceito no novo meio escolar.

Alunos que desejavam ser conhecidos como célebres, de repente, são conhecidos como vândalos ou como vítimas de violência.

Observe:

Trotes violentos no começo do ano letivo, 11 de Fevereiro de 2009



Todo ano é a mesma coisa. As aulas começam nas universidades e faculdades brasileiras e as notícias de trotes violentos aplicados por alunos veteranos em calouros começam a aparecer. Alguns estudantes sentem-se constrangidos em recusar a participar das brincadeiras, mas há alternativa para aqueles que querem dizer não.

Em alguns casos, as brincadeiras ficam apenas no habitual constrangimento, mas são comuns os relatos de tratamento violento que acabam resultando em danos físicos, intoxicação por uso de substâncias tóxicas, queimaduras e até afogamento.

Na última semana, no município paulista de Santa Casa do Leme, um estudante do curso de medicina veterinária foi parar no hospital por coma alcoólico, depois de ter sido obrigado a ingerir bebida alcoólica e ser amarrado em um poste.

Houve relatos de que os calouros teriam sido obrigados a nadarem em lama e a tomarem banho com animais mortos e estrume. No dia seguinte, as fotos da brincadeira foram parar na internet.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde as aulas só começam em março, já trabalha com a possibilidade de que problemas possam surgir. Segundo o diretor para Assuntos Estudantis, Seme Gebara Neto, a partir deste ano, os calouros poderão relatar casos de humilhação. "Não terá caráter de polícia, os alunos poderão procurar o DAE (Diretório para Assuntos Estudantis) e falar do caso, sem se expor.

A partir daí, a universidade vai verificar o melhor caminho a ser tomado". Seme admite a dificuldade de encontrar alunos dispostos a denunciar os maus tratos, já que muitos temem represálias dos

mais antigos.

Para tanto, a universidade dá apoio aos Diretórios Acadêmicos que organizam trotes solidários. "Os trotes abusivos não recebem apoio dos DAs. São movimentos de grupos isolados de estudantes, que acabam tomando força".

O diretor ressalta, no entanto, a importância de que o aluno que se sentir constrangido, denuncie. "Ele precisa ter a consciência de que ele tem todo o direito de dizer não". (acesso em: 24/08/09: <http://jps-sc.blogspot.com/2009/02/trotes-violentos-no-comeco-do-ano.html>, às 16:22 horas).

Trote na Escola Politécnica da USP inclui rolar na lama – 09/02/2009



Estudantes da Escola Politécnica da USP rolam na lama durante trote na Cidade Universitária. Matrícula para os aprovados na primeira chamada da Fuvest deve ser feita nesta segunda-feira (9) ou terça-feira (10). (Foto: José Luis da Conceição/Agência Estado)



Calouros da Poli passam por trote na Cidade Universitária. Segunda chamada dos aprovados no

vestibular da Fuvest será divulgada na sexta-feira (13). (Foto: José Luis da Conceição/Agência Estado)



No primeiro dia de aula, calouros de publicidade e propaganda da Faculdade Cásper Líbero fazem pedágio na região da Paulista (Foto: Fernanda Calgaro/G1)



Nem os passageiros dos ônibus escaparam dos calouros, que depois iriam gastar o dinheiro arrecadado com os veteranos num bar da região (Foto: Fernanda Calgaro/G1), disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular>.

Calouro vítima de trote é socorrido em coma alcoólico no interior de SP 09/02/2009

Jovem de 21 anos foi medicado e está em observação. Testemunhas relataram que calouros

beberam e foram humilhados.



Um calouro do curso de medicina veterinária foi levado nesta segunda-feira (9) para a Santa Casa de Leme, cidade a 188 km de São Paulo, em estado de coma alcoólico, de acordo com a polícia. O estudante de 21 anos participava de um trote aplicado por veteranos do Centro Educacional Anhanguera.

Segundo informações de estudantes que presenciaram o trote, alguns veteranos teriam agredido os alunos e dado um banho nos calouros com animais mortos e estrume de animais. Os estudantes também teriam sido obrigados a comerem ração de cachorro, a nadarem na lama e a ingerirem muita bebida alcoólica.

À polícia, as testemunhas contaram que o jovem estava desacordado e sentado em uma cadeira amarrada a um poste. A vítima foi chutada, caiu no chão e bateu a cabeça. Foram os alunos quem socorreram o calouro, que foi medicado e permanece em observação.

A Polícia Civil informou que vai investigar o caso e procurar os

autores do trote. A diretora geral do Centro Educacional Anhanguera, Viviani Gomes, informou que repudia o que aconteceu e também vai abrir um processo administrativo para averiguar o caso e identificar os autores, que poderão ser expulsos do centro. (disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo>)

5 – CONCLUSÃO:

Há algum tempo, estar na escola, passar pelas séries iniciais e alcançar o tão sonhado diploma era sonho de muitos e realidade de poucos.

A escola contemporânea sofreu mudanças significativas, especialmente, no que diz respeito ao número de alunos que hoje têm acesso a este bem inigualável. Mas o que se torna preocupante é que imaginando que o convívio escolar, o viver com diferenças, a manifestação de várias concepções trará uma contribuição totalmente positiva na formação do cidadão de bem e profissional capacitado fica devendo vários pontos que não se consegue esclarecer. A pergunta ainda soa: Por que a indisciplina tem seus adeptos, e por que ela se torna um desafio injusto que, por muitas vezes, gera atos de vandalismo e desrespeito?

A resposta para essa pergunta está na preocupação e ao mesmo tempo ação da escola atual como um todo: professores, equipe pedagógica, gestores, alunos, comunidade, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Julio Groppa. Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas/ Julio Groppa Aquino. São Paulo- SP. Ed. Moderna. 2003- Coleção cotidiano escolar.

ANTUNES, Celso. Professor bonzinho = aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula/ Celso Antunes. 3ª edição. Petrópolis, RJ – Vozes, 2002.

CHALITA, Gabriel. Educação: A solução está no afeto/ Gabriel Benedito Issaac Chalita – São Paulo: Editora Gente, 2001.

Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal. Atualizados até 01.01.2003-organizador: Luiz Flávio Gomes, 5ª edição – revista, atualizada e ampliada. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2003.

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil> - acesso em 24/08/2009

<http://g1.globo.com/jornaldaglobo> - acesso em 24/08/2009

<http://ips-sc.blogspot.com/2009/02/trotes-violentos-no-comeco-do-ano.html> - acesso em 24/08/2009

<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular> - acesso em 24/08/2009

<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo> - acesso em 24/08/2009

Revista Nova Escola, Ano XXIV, edição nº 226 – editora Abril, outubro/2009.

CONTROLE DE CUSTOS COMO FATOR COMPETITIVO PARA AS ORGANIZAÇÕES

Autora: Mariana Rodrigues dos Santos

Filiação Científica: Faculdades Integradas Urubupungá – FIU, Pereira Barreto-SP

Resumo: Vivemos numa economia de mercado onde a competitividade empresarial é presente e constante. As organizações precisam oferecer produtos com qualidade a preços viáveis para se manterem no mercado. É neste cenário que o Controle de Custos apresenta-se como ferramenta que visa contribuir com informações financeiras e estratégicas que conduzirão a produtividade e permanência da empresa no mercado.

Palavras-chave: Custos; controle; atividades.

1-Introdução

A Contabilidade de Custos surgiu com a finalidade básica de avaliação de estoques, porém com a evolução/crescimento das empresas e de suas necessidades a Contabilidade de Custos tornou-se mais abrangente e importante

em sua finalidade maior que é o auxílio no controle e tomada de decisão.

Deste modo, a Contabilidade de Custo é uma área da Contabilidade que busca fornecer informações ao processo decisório; facilitando a coordenação, o acompanhamento e a otimização de todos os processos de uma organização.

O intuito deste trabalho é mostrar a importância do Controle de Custos nas empresas, o quanto ele é decisivo neste mercado tão competitivo.

2 - Custos

Custos é o objeto da Contabilidade de Custos.

Segundo Martins (2000:25) "Custo é um gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços". E o custo é reconhecido no momento de sua utilização.

Na produção de um bem ou serviço utilizam-se diversos recursos como: mão de obra, insumos, máquinas, serviços de terceiros, entre diver-

sos outros; todos esses recursos humanos, materiais, ou tecnológicos tem um custo, já que nada é de graça, logo, devemos contabilizá-los, adequadamente, utilizando os princípios da Contabilidade de Custos a fim de incorporar cada custo em seu devido lugar, permitindo assim uma correta análise do custo do produto, dos processos e das atividades internas, ou ainda de um departamento da empresa.

Cabe ressaltar que os custos estão sob domínio, ou seja, sob gerência da organização, sendo ela capaz de controlá-los, estando-lhes facultado interferir no que necessário for para torná-los cada vez mais competitivos. Situação inversa a do valor das receitas, onde o preço do produto ou serviço, principalmente, no ramo de commodities, não está nas mãos da organização, ou seja, ela não tem domínio sobre esse preço, que é ditado pelo mercado.

Sintetizando, a empresa pode e deve atuar onde é possível interferir que no caso é no controle de seus custos.

2.1 - Sistema de custos

Segundo Martins (2000:28) "O sistema representa um conduto que recolhe dados em diversos pontos, processa-os e emite, com base neles, relatórios na outra extremidade".

Ter um bom sistema de custos é importantíssimo, imagine com seria complexo e até mesmo inviável coletar, registrar e processar um grande volume de dados? Além disso, se não existissem filtros e regras que pudessem contribuir a fim de evitar que quaisquer informações fossem coletadas e processadas?

Os sistemas de custos modernos permitem configurações visando diminuir as incoerências nas informações utilizando-se de bloqueios e normas no ato da inserção de dados, já que as pessoas que inserirão os dados estão sujeitas a cometerem falhas.

Daí se percebe o quanto é imprescindível que o sistema de custos escolhido seja configurado e estruturado aos moldes e objetivos da empresa que ele atenderá, seguindo é claro o que é permitido pela lei.

Logo ter uma boa ferramenta em si não é suficiente para existência do controle de custos, já que para isso é imprescindível ter comprometimento, alinhamento e aceitação das pessoas, pois são elas peças fundamentais na estruturação e alimentação do sistema buscando seu efetivo funcionamento que, ajudará na execução

dos passos e métodos necessários para que haja realmente controle de custos.

2.2 - Onde ocorrem os custos?

Os custos ocorrem nos coletores de custos, ou seja, são recolhidos nesses coletores que coleta os custos agrupando-os em centros de custo, atividades, processos entre outros que forem definidos como coletores, identificando assim a qual área, processo, produto ou serviço pertence tais custos.

Centro de Custo: Segundo Martins (2000) Centro de Custo é um local de homens e máquinas que desenvolvem atividades homogêneas que podem ser divididos em áreas de responsabilidade, localização, necessidades funcionais, critérios de alocação e/ou fornecimento de atividades e serviços.

Atividade: Segundo Martins (2000:100) "Uma atividade é uma combinação de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros para se produzirem bens ou serviços. É composta por um conjunto de tarefas necessárias ao seu desempenho".

Processo: Segundo Martins (2000:100) "Processo é uma cadeia de atividades correlatas, inter-relacionadas". Logo processo é um conjunto de atividades que se relacionam com um fim específico.

Conhecendo tais conceitos, devemos estruturar a coleta de custos de modo a não

deturpá-los, já que isto causaria análises errôneas, distorcidas e, certamente não conseguiremos bons resultados.

2.3 - Métodos de custeio

Segundo Martins (2000:41) "Custeio significa Método de Apropriação de Custos".

Portanto, quando dizemos que a contabilidade de custos nos permite custear um produto ou serviço, isso significa que iremos apropriar os custos desse produto ou serviço; e, para tanto, utilizamos métodos de custeio que nos permitem realizar esta tarefa.

Neste trabalho veremos três métodos muito conhecidos e empregados em várias empresas que são: Custeio Direto ou Variável, Custeio por Absorção ou Integral e o Custeio Baseado em Atividade (Activity-Based Costing - ABC).

2.3.1 - Custeio direto ou variável

Custeio Direto é um método de custeamento onde somente os custos diretos são apropriados ao produto ou serviço.

Este método considera apenas os custos variáveis de produção e comercialização do produto ou serviço como matéria prima, mão de obra direta, serviços de terceiros aplicados ao produto, tributos sobre vendas, comissões de venda

etc. Os demais gastos são transferidos para a apuração do resultado como despesas, sem serem apropriados aos produtos fabricados (WERNKE, 2004:29).

Esse método de custeio é muito viável para tomada de decisão, já que com ele é possível saber a rentabilidade de cada produto sem distorções, já que os rateios dos custos fixos podem penalizar alguns produtos ou serviços e beneficiar outros, logo o custeio direto prioriza o aspecto gerencial, porém ele não é aceito pela legislação tributária.

2.3.2 - Custeio por absorção ou integral

O Custeio por Absorção atribui todos os custos de produção aos produtos ou serviços tanto os custos diretos quanto os indiretos. Ele é permitido pela legislação, porém em termos gerenciais não é tão adequado quanto o Custeio Direto.

O método de custeamento por absorção é falho em muitas circunstâncias, como instrumento gerencial de tomada de decisão, porque tem como premissa básica os "rateios" dos chamados custos fixos, que, apesar de se aparentemente lógicos, poderão levar a alocações arbitrárias e até enganosas (SANTOS, 1990:34).

Apesar do Custeio por Ab-

sorção ser falho em várias situações com ele é possível apurar os custos por centros de custo, acompanhando o desempenho de cada área e apurando o custo total do cada produto ou serviço.

2.3.3 -Custeio baseado em atividade (activity-based costing - ABC)

Custeio ABC é um método que também atribui todos os custos de produção (custos diretos e indiretos) aos produtos ou serviços, porém esses custos são apropriados, primeiramente, às atividades e essas por sua vez a processos de negócios, produtos e serviços. Para isso, são utilizados direcionadores de custos que vão medir quanto cada produto ou serviço utilizou de cada atividade apropriando, assim, somente a parte que cabe a cada produto ou serviço.

Um sistema de custeio baseado na atividade oferece às empresas um mapa econômico de suas operações, revelando o custo existente e projetado de atividades e processos de negócios que, em contrapartida, esclarece o custo e a lucratividade de cada produto, serviço, cliente e unidade operacional (KAPLAN e COOPER, 1998:94).

Assim, como o Custeio por Absorção esse método é aceito pela legislação e também tem o problema dos rateios.

3 - Controle e sua importância

Controle é segundo Ferreira (2000:183) "Fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, para que não se desviem das normas preestabelecidas".

Numa organização o controle de custo não deve apenas fiscalizar para que os custos não se desviem do que foi estabelecido. O controle tem que ser muito além, ele deve estabelecer metas, verificar se os custos desviaram-se dessas metas, e se o desvio aconteceu, verificar as diferenças e o porquê, é também analisar, entender e praticar ações afim de corrigir os acontecimentos não estabelecidos e, ainda, se necessário, rever/adequar os objetivos estabelecidos a princípio. Cumprindo todos esses passos podemos dizer que há um controle efetivo de custos na organização.

A importância do controle é vital para a sobrevivência da empresa tanto que segundo Santos (1990:19) "O controle dos custos representa o cérebro ou o pulmão ou o coração ou o espírito sem o qual uma entidade não sobreviveria".

Logo, controlando efetivamente os custos conseguiremos prever a aplicação e captação de recursos; comparar, medir a eficiência das atividades realizadas e identificar quais delas agregam ou não valor aos produtos/serviços e como proceder para a sua eli-

minação; qual e quanto de cada produto ou serviço produzir; também qual deles é mais rentável ou não; a que preço devemos vendê-los; entre outras indagações.

Lembrando que segundo Marion (1996:140) "O controle efetivo requer os seguintes elementos: o gestor, a controladoria, um sistema de informações adequadamente desenhado para a empresa, organização efetiva e bem definida ou um conjunto de normas e procedimentos disseminados com critérios de avaliações consistentes".

Portanto existindo esses elementos e o cumprimento de todos os passos, com certeza sua empresa pode dizer que controla seus custos.

3.1 - Quem são os responsáveis pelo controle?

São todos os envolvidos no processo de tomada de decisão que podem ser: gerentes, supervisores, coordenadores, líderes entre outros envolvidos. Cabe ressaltar que os responsáveis devem ter autonomia, não sendo aqueles que somente planejam, apuram os desvios, analisam mais que, acima de tudo toma decisões, pratica ações sendo elas corretivas ou adequadoras, logo é necessário que eles possuam autoridade para isso.

Ainda cabe aos responsáveis prestar contas dos custos de seus processos, atividades ou departamentos de atuação.

Utilizando assim do sistema de custos como ferramenta afim de emitir relatórios, gráficos, fluxos, enfim, informações que servirão para análises e reuniões de prestação de contas, já que tais reuniões são necessárias para analisar, cobrar e definir metas.

3.2 - Quem ganha com o controle?

Todos ganham, clientes, funcionários, fornecedores e sociedade. Os clientes que terão acesso a produtos com qualidade a preços viáveis. Os funcionários que trabalham em um empresa que se estabeleceu num mercado competitivo, garantindo assim empregos, sustento e qualidade de vida. Os fornecedores que receberão nos prazos acordados. A sociedade, já que uma organização influencia o meio/lugar em que ela se encontra através de projetos, produtos e serviços.

Logo, garantindo-se a perpetuidade de uma empresa, garantem-se também empregos, geração de renda e desenvolvimento social onde a organização está introduzida.

4 - Conclusões/resultados

No decorrer do trabalho foram apresentados alguns pontos sobre a Contabilidade de Custos e como utiliza - lá no Controle de Custos, ainda o que é necessário para que efetivamente exista controle.

Métodos de Custeio foram expostos a fim de mostrar van-

tagens e desvantagens dos mesmos, porém o foco deste trabalho é mostrar o quanto o Controle de Custos é importante e, muitas vezes, decisivo nesse mercado tão competitivo. Logo, sabendo o que se ganha com essa ferramenta, ela deverá ser utilizada não somente para fins legais, mas utilizá-la em toda sua potencialidade, buscando seu auxílio no processo decisório.

Com base nas informações, certamente reduziremos os custos operacionais e financeiros, oferecendo produtos com qualidade a preços viáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KAPLAN, Robert S. & COOPER, Robin. Custo & Desempenho: Administre Seus Custos Para Ser Mais Competitivo. São Paulo: Futura, 1998.

MARION, José Carlos. Contabilidade e Controladoria em Agribusiness. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos: Inclui o ABC. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Joel José dos. Análise de Custos: Um Enfoque Gerencial com Ênfase para Custeamento Marginal. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

WERNKE, Rodney. Gestão de Custos: Uma Abordagem Prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GESTÃO DA MOTIVAÇÃO DO COLABORADOR NAS ORGANIZAÇÕES

Artigo premiado em 4º lugar no VIII SIAR & VI SIACC, Ilha Solteira, SP em 2009.

Josiane de Oliveira Bezerra

jos_1844@hotmail.com

Marcos Antônio Neves da Silva

Mleom23@hotmail.com

Valeria Monteiro Felex Polloni

valpolloni@fiu.com.br

RESUMO:

A motivação possibilita a harmonia entre desejos e aspirações individuais com as necessidades do bem comum. Na teoria e na prática administrativas, poucas vezes, pode se encontrar uma área de preocupação tão acentuada e constante quanto à motivação para o trabalho. Este artigo tem a intenção de verificar se seus colaboradores são motivados no ambiente de trabalho de acordo com suas necessidades. Conhecer a si próprio não é uma tarefa fácil, é um processo que não termina nunca. A busca constante do conhecimento e aprimoramento em um ser humano conduz ao desenvolvimento de sua capacitação. A partir daí, surge uma contribuição que uma empresa espera de um colaborador. Sabedores que somos de que a motivação surge com incetivo, determinação e desempenho, temos sempre que passar essas características a um subordinado, ou seja, regar sua auto-estima para que ele possa sentir-se competente ao desenvolver um determinado

trabalho ou uma função exercida dentro de uma organização.

Palavras Chaves: Motivação. Administração. Gestão de Pessoas.

1 Introdução

O administrador deve induzir o colaborador a contribuir com o seu esforço para o desempenho da atividade, conhecendo as condições sob as quais os colaboradores podem ser motivados para executarem as atividades dentro da empresa. A implicação para o administrador é que o primeiro passo para motivar seus colaboradores está no reconhecimento de que estes agem de acordo com seus próprios interesses, do modo que for determinado por suas necessidades. Cabe ao administrador fazer com que os interesses dos indivíduos se confundam com os da empresa.

Para os colaboradores se tornarem positivamente motivados a realizar suas tarefas, é necessário uma atenção constante a vários fatores como reconhecimento, responsabilidade e desenvolvimento individual, além da definição correta da própria tarefa. Isso deve ocorrer nas empresas para que seus colaboradores estejam motivados a desempenharem de maneira eficaz as suas funções.

Cada vez mais o mercado de trabalho exige constante motivação no mundo dos negócios, ou seja, precisa ter muito dinamismo, perseverança, jogo de cintura e

criatividade, para estar sempre alcançando o objetivo desejado.

Segundo Spector (2005, p. 188) "a motivação é geralmente descrita como um estado interior que induz uma pessoa a assumir determinados tipos de comportamento". Somente motivada interiormente a pessoa conseguirá alcançar no exterior seus objetivos, pois todos nós temos potencial suficiente para vencer na vida.

Este trabalho está direcionado a Motivação, Administração e Gestão de Pessoas, com a intenção de verificar se seus colaboradores são motivados no ambiente de trabalho de acordo com suas necessidades.

1.1 Metodologia

Este artigo foi elaborado através de pesquisas metodológicas e bibliográficas, onde a metodologia vem em auxílio dos estudantes e profissionais na elaboração de projetos de pesquisas, dando suporte para investigação nos mais diversos campos do conhecimento.

Segundo GIL (2007, p.44) "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos". Esse método possibilita a comparação de opiniões e a elaboração de novas teorias sobre um mesmo assunto, aonde, posteriormente, poderá ser usada como uma nova visão e referência bibliográfica.

1.2 Como extrair uma boa motivação dentro da organização

Uma pirâmide hierárquica pode ser uma grande forma de barrar algumas influências negativas que possa trazer a desmotivação de um colaborador, exemplo, um local de trabalho que tenha duas ou mais pessoas que tomam conta do mesmo setor dentro da organização deixa o colaborador confuso na hora de tomar uma decisão que pode ser crucial para a organização. A exigência de um bom desempenho de um colaborador dentro de uma organização está na capacidade de lidar e enfrentar as diversidades da vida, dessa forma, a organização identifica o colaborador vencedor e o vencido.

O salário de um colaborador também é um fator motivador, pois quando o colaborador recebe um aumento percebe que está desempenhando sua tarefa com sucesso, com isso vai procurar desempenhar suas tarefas cada vez melhor para alcançar suas necessidades.

1.3 Justificativa

Funcionário motivado é sinal de produtividade. Por isso, o treinamento profissional também faz parte da motivação, e deve ser adotado por todas as empresas, independente do ramo de atividade.

Só que nem todos os administradores pensam assim, em algumas empresas ainda encontramos uma administração antiga, com colaboradores sem preparo e sem motivação. Há empresas que ainda não visam como lucro o incentivo da capacitação do colaborador, classificam esse investimento como prejuízo, e acabam não percebendo que esse tipo de atitude

de pode provocar perda de produtividade, matéria prima, além de vários acidentes de trabalho.

1.4 Objetivos

O presente artigo tem como objetivo desenvolver um estudo para verificar se há motivação no trabalho realizado pelos colaboradores e propor condições de acordo com as necessidades que estes apresentarem em seus setores de produção, verificando os fatores que causam desmotivação.

Para esta finalidade foi realizada pesquisa bibliográfica acerca dos fatores que interferem na motivação com base na análise situacional.

2 Motivação

O termo motivação geralmente é empregado como sinônimo de forças psicológicas, desejos, impulsos, extintos, necessidades, vontade, intenção. De fato, é válido salientar que todos esses termos, utilizados em conjunto, indicam movimento de ação, em que ao se estudar o comportamento de um colaborador descobre-se que certa força impede as mesmas de agirem, mesmo que seja no sentido de buscar ou fugir de determinadas situações. Certos fatores são internos ao indivíduo, inscritos desde seu nascimento.

A motivação acontece a partir da necessidade, ela impulsiona o indivíduo a um objetivo, então ele está motivado a alcançar esse objetivo e persiste nisso. "Embora algumas atividades humanas aconteçam sem motivação, praticamente quase todos os comportamentos conscientes são motivados ou possuem uma causa". (DAVIS; NEWSTROM, 1998, p. 46).

Segundo BERGAMINI (1997,

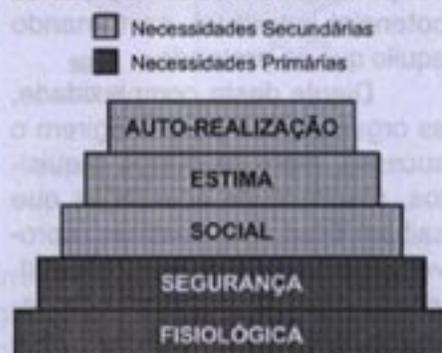
p. 23) "a motivação é considerada como aspecto essencial às pessoas"; ninguém pode, por isso mesmo, motivar ninguém, sendo que a motivação específica para o trabalho depende do sentido que se dá a ele. A motivação humana acontece a partir da necessidade, ela impulsiona o indivíduo a um objetivo, então ele está motivado a alcançar esse objetivo e persiste nisso.

MINICUCCI (1995, p. 227) afirma que "um empregado poderá estar dotado generosamente de todas as qualidades necessárias ao desempenho do cargo", então ter ferramentas necessárias, ter um bom ambiente de trabalho, não irá garantir, de antemão, que ele executará a contento sua tarefa.

Isso prova que os indivíduos precisam de uma série de elementos que venham ao encontro de suas necessidades.

2.1 A hierarquia das necessidades segundo Maslow

O modelo da hierarquia das necessidades de MASLOW propõe essencialmente, que as pessoas tenham necessidades de satisfazer seus desejos e que, aquelas que já foram satisfeitas não tenham mais a força motivacional da necessidade não satisfeita. (SPECTOR, 2005, p. 200).



FONTE: SPECTOR (2005, P. 200)
 Figura 1.2 HIERARQUIA DAS NECESSIDADES, SEGUNDO MASLOW

MASLOW, (apud MAXIMIANO, 2005 p. 268), define cinco necessidades básicas:

a. Necessidades fisiológicas: são as necessidades básicas para a sustentação do ser humano (alimento, água, vestuário, abrigo, repouso e satisfação sexual), necessidades que precisam ser satisfeitas para manter a vida em harmonia.

b. Necessidades de segurança: estas são relacionadas a proteção, ou seja, risco a integridade física, medo de perda de um emprego e a sobrevivência.

c. Necessidades sociais: necessidades de afeto, amizade, dentro de um grupo, ao qual o indivíduo está inserido, ou pretende se inserir.

d. Necessidades de estima: são as necessidade relacionadas com a auto-estima, que envolve o respeito a si próprio e aos outros, e também recebe o reconhecimento de outras pessoas, e, com isso produz satisfação que leva ao status de prestígio.

e. Necessidades de auto-realização: é a necessidade mais elevada na hierarquia. Neste nível, refere-se à satisfação dos objetivos pessoais e o alcance pleno do potencial individual, se tornando aquilo que se pretende.

Diante desta complexidade, as organizações para atingirem o sucesso, além de outros requisitos, precisam de lideranças que saibam lidar com pessoas, aproveitando assim a máxima produtividade desses colaboradores, fazendo com que eles tenham prazer no trabalho, não apenas trabalhando por necessidade, fazendo assim só o necessário. Por isso, é

muito bom que administradores saibam como motivar. "o conhecimento das forças motivacionais ajudam os administradores a compreenderem as atitudes de cada empregado no trabalho" (DAVIS; NEWSTROM, 1998, p. 49).

De acordo com o autor, o conhecimento acerca das aspirações dos colaboradores é imprescindível para se atingir a motivação dos mesmos e, conseqüentemente, a melhoria no clima organizacional da empresa.

Por causa dessa situação complexa, é que se torna muito difícil motivar a mente humana. "o conhecimento dos sistemas de valor dos empregados é de grande utilidade à administração no tocante à elaboração de programas de pessoal" (MINICUCCI, 1995, p. 228).

Conhecendo estes sistemas descobrem as necessidades que produzem motivos que impelem o indivíduo à ação. Embora alguns motivos sejam inatos e outros adquiridos, a maneira pela qual se responde a todos eles é modificada pela aprendizagem e influenciada pela cultura na qual vive.

3 Gestão de pessoas e competências

Os seres humanos executam suas tarefas acreditando em algo como recompensa. Por isso os colaboradores devem receber incentivos motivacionais, por exemplo: receber homenagens periódicas, publicações de fotos na organização do funcionário do mês, premiações, gratificações, ajuda de custo, convênios médicos, além de outros que venham a suprir as suas necessidades, são fatores que podem gerar retornos positivos para a organização.

Segundo CHIAVENATO (1999) as empresas devem estar

preocupadas e avaliar constantemente o desempenho de seus funcionários. Em épocas passadas, isso não era preciso, mas atualmente com as mudanças, transformações e instabilidades, o padrão burocrático cedeu lugar às inovações, entre outras coisas as necessidades de agregar valor à organização, aos colaboradores e aos clientes que dela se servem.

Assim, os colaboradores vão executar suas tarefas com mais dedicação, auxiliando a organização a alcançar suas metas, tomando decisões que maximizarão os resultados, com isso os mesmos vão se sentir mais felizes e capazes, atingindo aquilo que foi previamente determinado.

De acordo com OURELHAS e MORGADO (1993), a participação e o envolvimento dos trabalhadores é uma questão de estratégia, valores e competências gerenciais, pois dando voz à classe trabalhadora, há chances de aumentar a satisfação, a motivação no ambiente de trabalho, desvelando a percepção do trabalhador sobre a organização.

Já, acerca dos colaboradores externos o tratamento também deve ser priorizado, com procedimentos que os valorizem, como por exemplo, a realização de promoções em conjunto com outras instituições, onde a empresa além de se promover, agrada o cliente proporcionando a ele a oportunidade de participar de eventos, e sorteios de brindes, carros, motos, eletrodomésticos, viagens etc.

4 A satisfação total dos colaboradores externos

Aponta-se a organização de uma empresa como uma das buscas mais importantes, já que este resultado garante a satisfação dos clientes, e ainda, alcança outros

inúmeros benefícios, entre eles o aumento das vendas, fator primordial para se manter dentro do mercado, e o melhor, manterem-se de forma competitiva.

Os clientes devem ser vistos como a razão de existência da empresa e suas necessidades devem ser plenamente atendidas ou até superadas. A empresa deve avaliar de forma sistemática o grau de satisfação de seus clientes.

Para que os clientes fiquem mais satisfeitos, a empresa pode adotar algumas medidas, usando os dados cadastrais, como data de aniversário, produto de sua preferência, time do coração, telefone para contato, e-mail, e tudo mais que venha a ser útil para comunicação, para facilitar a transmissão de comunicados de interesse do cliente, como por exemplo, promoções, chegadas de novos produtos de sua preferência, felicitação por seu aniversário e tudo mais que venha alegrar o cliente, melhorando a relação cliente e organização o mais próximo possível.

O diretor da empresa precisa adotar processos que visam às melhorias da qualidade do atendimento, diferenciando assim de seus concorrentes, precisam também melhorar a comunicação, podendo fazer uso, por exemplo, da caixa de sugestões, sem a necessidade de identificação, desta forma a empresa poderá obter informações úteis para melhorias em seus processos, uma vez que o cliente tem certa dificuldade de "reclamar".

A empresa precisa pensar na melhoria da qualidade do atendimento ao cliente, desta forma, a empresa poderá fidelizar seu cliente, mas para isso, seus colaboradores necessitam de treinamentos de capacitação para essa nova conjuntura globalizada, sendo oferecidos cursos sobre todos os as-

suntos pertinentes ao ramo desenvolvido, desde técnicas de vendas, autonomia na tomadas de decisões, conhecimento dos produtos, uso da informática, e muitos outros e, fundamentalmente, curso acerca do relacionamento com os clientes.

A organização tem que transmitir confiança, nela mesma, nos seus produtos, seus serviços (entrega, financiamento, orientações técnicas etc.) e, principalmente, cumprir com os acordos firmados com os clientes.

5 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo estudar a motivação dos colaboradores, dos administradores, e os pontos positivos desta motivação, de forma que vejam estes pontos a fim de estar melhorando o que estiver deficitário e aprimorar os que estiverem sendo bem executados.

E, também buscar a excelência no atendimento, como ferramenta imprescindível para o sucesso das organizações, focando gestão de pessoas e gestão de clientes, uma vez que são estas gestões aliadas a outros fatores que fazem uma organização competitiva, num mercado cada vez mais difícil de atingir bons resultados.

O administrador deve, ser capaz de criar ambiente propício à integração e ao trabalho coletivo, fazendo com que o grupo sintam-se disposto e estimulado em buscar um determinado objetivo.

Diante do que foi exposto acima, observou-se que a organização que apresentar um ambiente de trabalho satisfatório poderá sim alcançar este objetivo que é a motivação, e que os colaboradores tem que se sentir bem em trabalhar na organização. Mas apesar de se encontrar numa posição con-

fortável em relação a sua imagem junto aos funcionários, sempre devemos estar aprimorando cada vez mais essa motivação entre as duas partes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMINI, Cecilia Whitaker. *Motivação nas organizações*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. *Comportamento Humano no Trabalho: uma abordagem psicológica*. São Paulo: Pioneira, 1998.

FIORELLI, José Osmir. *Psicologia para administradores: integrando teoria e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

HELLER, Robert. *Como motivar pessoas*. São Paulo: Publifolha, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINICUCCI, Agostinho. *Psicologia Aplicada à administração*. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira, 2000.

VERGARA, Sílvia Constant. *Gestão de Pessoas*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO DE CASO EM PEREIRA BARRETO

Fernanda Rodrigues de Souza
Broccoli ferbrockollina@hotmail.com
Joice Reis de Souza
joice_s3twear@hotmail.com
Profª Eliane Vargas Garcia de Oliveira
Faculdades Integradas Urubupungá
(FIU) - Pereira Barreto

RESUMO: A aplicação do planejamento é importante para a sobrevivência de uma empresa, garantindo a estabilidade no mercado competitivo e atendendo às necessidades sem comprometer a capacidade de suas gerações futuras. O objetivo deste trabalho é levar ao conhecimento do profissional a necessidade de entender e utilizar as técnicas organizacionais e o processo estratégico para se posicionar e manter-se no mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas; Planejamento; Mercado; Estabilidade.

1 - Introdução

Para superar os impactos e atender às necessidades que o mercado atual representa segundo Cruz (2002, pg185) "planejar é antes de qualquer coisa prever com apurado grau de precisão quais as conseqüências para cada atitude que iremos assumir".

Há também a preocupação

com a sobrevivência no mercado competitivo, assim as empresas garantem a sobrevivência no mercado, dependendo efetivamente da qualidade das decisões que envolvem principalmente o seu Capital.

Para poder competir e enfrentar os desafios de um mercado cada vez mais exigente, as empresas têm que ter metas para serem cumpridas, e verificar os riscos que podem afetar e prejudicar o desempenho de seu negócio.

O planejamento é à base de tudo para as empresas onde elas definem os objetivos globais que pretendem alcançar a longo prazo e estabelecer a ordem de importância e prioridade, em uma hierarquia de objetivos. Portanto, é interessante analisar como a falta de planejamento pode afetar pequenos empresários da cidade de Pereira Barreto.

A identificação dos problemas que afetam as empresas do município pode ajudar outros empresários no futuro a não cometerem os mesmos erros e assim diminuir o número de empresas que não dão continuidade as suas atividades. Com base nesse levantamento, podemos apresentar soluções futuras aos empresários da cidade.

2 - Objetivos do planejamento estratégico

O planejamento estratégico tem por objetivo normalmente, de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa e diz respeito tanto à formulação de objetivos quanto à seleção dos cursos de ação a serem seguidos para sua consecução, levando em conta as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada também considerada as premissas básicas que à empresa, como um todo, deve respeitar para que o processo estratégico tenha coerência e sustentação decisória.
OLIVEIRA (2005, pg. 48)

Podemos dizer que é algo prático que auxilia fortemente o empresário em seu processo de resultados da empresa.

3 - Referenciais teóricos

O planejamento nada mais é do que anteceder acontecimentos, qual a atitude tomaremos no futuro, planejar tudo que venha acontecer com antecedência e, assim, diagnosticar a tempo e solucionar problemas que possam afetar a empresa, pois quando percebem a falta do planejamento, já estão em crise e, muitas vezes, já será tarde.

Segundo Cruz (1998, pg. 162) "a primeira atitude é planejarmos qual tecnologia será utilizada". Deve-se analisar qual planejamento e colocar em prática, não basta apenas planejar as coisas de qualquer jeito, tem que elaborar tudo de acordo com o que a empresa necessita e o que ela espera alcançar.

Uma das questões importantes a ser analisada é a percepção da empresa em relação a sua necessidade de um planejamento, que muitas mesmo em crise, acham que não necessitam de elaboração de um planejamento que atenda suas necessidades.

Segundo Morgam (1996, pg. 48) "os grupos e as organizações têm necessidades que deve ser satisfeitas, a atenção volta-se invariavelmente para o fato de que isto depende de um ambiente mais amplo a fim de garantir varias formas de sobrevivência".

Encontra-se no dicionário básico de Empreendedorismo (2009) que o planejamento é um processo de tomada de decisão presente, que destina a produzir um ou mais estados futuros desejados, que deverão ocorrer, a menos que alguma coisa seja feita. Assim, no Planejamento Estratégico procuramos avaliar, antecipadamente, os possíveis impactos que seriam acarretados ao futuro pelas decisões tomadas no presente.

Estratégia exige comunicação entre os envolvidos de maneira clara que se possa entender a importância de seguir metas traçadas, podendo alcançar os objetivos propostos.

4 - Metodologia

4.1 - Tipos de pesquisa

Neste artigo, viu-se necessária a aplicação da pesquisa exploratória por ser uma maneira de melhor visualizar o conteúdo em questão.

Segundo Gil (2002, pg41) "a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses".

Desta forma, a pesquisa se encaixa melhor nos planos dos autores para uma análise mais completa e, assim, diagnosticar falta de planejamento nas empresas da cidade de Pereira Barreto/SP.

A pesquisa se limitou aos empresários da cidade, usando como base questionários contendo 20 questões. Não foi permitido que pessoas não relacionadas com a empresa as respondessem.

Para fundamentar o levantamento nesse estudo, o processo de análise de dados foi realizado por meio das seguintes etapas:

1. Pesquisas bibliográficas, objetivando a análise de dados de natureza teórica sobre o assunto pesquisado (empresas, planejamento, mercado e estabilidade). A pesquisa bibliográfica constitui parte da pesquisa descritiva, quando é feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos.

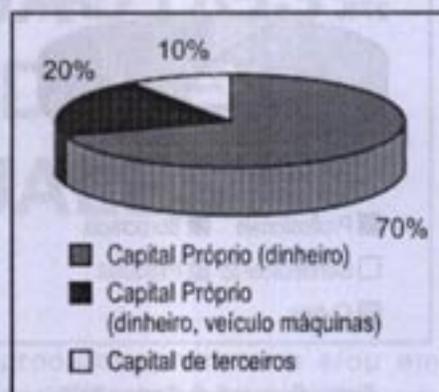
2. Pesquisa descritiva de caráter exploratório, realizada durante o mês de maio de 2009, por meio dos seguintes instrumentos de análise de dados.

- a. Questionário, aplicado a 30 (trinta) empresários contendo perguntas fechadas e de múltipla escolha.

4.2 - Coleta de dados

Gráfico 1

Qual o tipo de capital que iniciou a empresa.



Fonte: Pesquisa de campo 2009

Os dados acima citados apontam que a maioria dos empresários prefere iniciar com capital próprio (dinheiro) 70%, seguido do capital próprio (imóvel, veículo, máquinas) 20% e, posteriormente pelo capital de terceiros 10%.

Gráfico 2

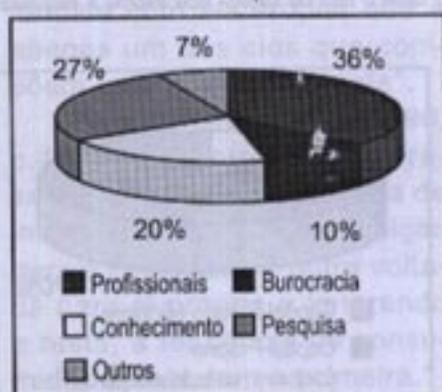
Qual o tempo de atuação no mercado.



Fonte: Pesquisa de campo 2009

De acordo com o gráfico 02, pode se notar que a maioria das empresas pesquisadas duram pelo menos 2 anos, ou seja, 40% e 27% sobrevivem no mercado há 6 anos. Isto indica que a maioria delas tem conseguido passar pela dificuldade do primeiro ano.

Gráfico 3
Qual a principal dificuldade
ao abrir a empresa.



Fonte: Pesquisa de Campo 2009

No gráfico 03, observe-se que a falta de profissionais é a principal dificuldade correspondendo 36%, a pesquisa representa 27%, o conhecimento 20%, a burocracia 10% e por outros 7% das empresas consideradas pelo local do ponto.

De acordo com os gráficos, verificamos que a maior dificuldade para se manter em funcionamento foi a falta de experiência quando se começar um negócio e de uma pesquisa mais aprofundada sobre o ramo de atividade. Muitos, simplesmente, abrem a empresa e espera que ela caminhe por si só.

5 - Considerações finais

A relevância da análise desta pesquisa, pode se observar que os empresários das empresas anteriores, assim, pesquisadas e analisadas para amostragens dos gráficos obtive a falta de planejamento estratégico para uma estrutura de uma empresa para obter uma estabilidade eficaz. A uma escassez de empresários a procura de um profissional qualificado para sua devida orientação, ao planejar uma estrutura de uma empresa. Pois, muitos empresários não buscam orientação de um profissional qualificado para um planejamento estratégico.

Por isso, vem sendo uns dos grandes responsáveis pelo precoce fechamento das empresas desconhecem os motivos necessários dos mesmos indispensáveis para o começo de qualquer tipo de negócio.

Porém, não basta ter capital e um bom planejamento estratégico, se não houver qualquer tipo de conhecimento para administrar um ótimo negócio, e um profissional qualificado para auxiliá-lo nas áreas buro-

cráticas. Assim, com a falta de conhecimento, pesquisa e burocracia levam as empresas a fecharem suas portas em pouco tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Organizações & Métodos ed. Atlas 1998.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa 4. ed. São Paulo. Atlas. 2002.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. 1. ed. São Paulo. Atlas 1996.

OLIVEIRA, Djalma de Pinheiro Rebouças. Planejamento Estratégico Conceito, Métodos e Práticas. 22. ed. São Paulo. Atlas 2005.

www.vidadura.org/dicionarioempreendedor.doc

UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO CICLO PDCA NA PIONEIROS BIOENERGIA S/A

Camila da Silva Ferreira - e-mail:

camila_silvaferreira@hotmail.com

Carlos Eduardo Gonzaga da Silva - e-mail:

carlosedugonzaga@hotmail.com

Profª. Renata de Sampaio Valadão - e-mail: renatacatuana1@hotmail.com
Faculdades Integradas Urubupungá - FIU - Pereira Barreto/SP

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar a eficácia do método PDCA, como ferramenta indispensável para o gerenciamento das organizações. Para atender ao objetivo proposto, este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica, onde foram analisados os resultados que a Pioneiros Bioenergia S/A obteve ao utilizar essa ferramenta para o aperfeiçoamento de suas técnicas de gestão.

PALAVRA CHAVE: PDCA; Qualidade; Eficiência;

1. Introdução

Hoje em meio às mudanças organizacionais, onde pode ser destacado o conhecimento e a informação como sendo os bens mais apreciáveis, as empresas têm buscado a reformulação de seus processos, comportamentos e estratégias para se manterem competitivas e auto-sustentáveis, prevalecendo assim à satisfação

plena de seus clientes e usuários.

Sendo as organizações sistemas complexos é possível salientar o ciclo PDCA como uma ferramenta eficaz que poderá ser utilizado como modelo de gestão para se atingir resultados satisfatórios, garantindo assim o sucesso nos negócios.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar conceitos sobre o ciclo PDCA, analisando de maneira teórica a implantação desta ferramenta na Pioneiros Bioenergia S/A, destacando assim seus resultados, a interação entre os grupos e sua eficácia nos processos administrativos.

2. Metodologia

O método de pesquisa é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que, com maior segurança permite atingir os objetivos propostos, indicando o caminho a ser seguido (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Segundo Fachin (2006, p. 29) "o método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados", ou seja, é a escolha dos procedimen-

tos metodológicos para a elaboração de um trabalho.

Esta investigação utiliza a pesquisa bibliográfica como base, que segundo Gil (1999), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.

Para Fachin (2006, p. 122) "entende-se por levantamento bibliográfico todas as obras escritas, bem como a matéria constituída por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente pelo leitor".

Portanto, neste estudo, foram utilizados materiais existentes sobre PDCA, como livros, periódicos e artigos extraídos de sites especializados no assunto, buscando apresentar algumas considerações acerca do tema abordado, assim como materiais fornecidos pela Pioneiros Bioenergia S/A, para a contextualização do ciclo PDCA como fator primordial para os profissionais e organizações que a todo o momento estão sendo desafiados a atingirem objetivos e a se adaptarem às mudanças organizacionais

3. Ciclo PDCA

O Ciclo do PDCA foi desenvolvido na década de 1930 por Walter A. Shewhart nos Estados

Unidos, no Bell Laboratories. Ele analisou estatisticamente o controle de processos e criou um modelo para ser aplicado na abordagem de qualquer problema, qualquer situação. Deming, famoso estatístico americano, propagou essas idéias no Japão do pós-guerra e, como resultado, tivemos a popularização pelo mundo da técnica e da qualidade dos produtos japoneses. (SKORA, 2006)

Para Aguiar (2002) é possível integrar as ferramentas da qualidade aos métodos de soluções de problemas ao alcance de metas PDCA, ou seja, é possível utilizar este método para manter, melhorar e inovar os processos, aumentando, assim, a eficiência no alcance das metas estabelecidas pela empresa.

Campos (1.999, p.172), destaca o ciclo PDCA como "um método de trabalho que leva pessoas a assumir responsabilidades, a pensar, a desejar o desconhecido e, portanto, a ter vontade de aprender novos conhecimentos".

Segundo Skora (2006, p. 01) "basicamente o ciclo PDCA consiste em agir em quatro fases, representada pelas iniciais, em inglês, dos procedimentos a serem adotados: plan, do, check, act."

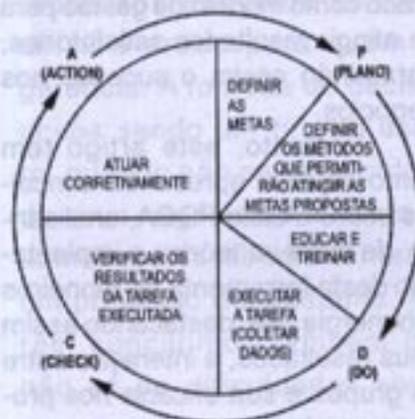
O processo se inicia com o "planejamento, que envolve estabelecer objetivos, definir recursos, estratégias e selecionar indicadores. Depois, o planejamento é implantado em duas etapas. Uma consiste em capacitar o pessoal em relação ao planejado. A outra, na execução das ações propriamente ditas. O ciclo continua com o monitoramento dos procedimentos e resultados que são observados como indicadores previamente estabelecidos." (Skora, 2006)

Com os processos anteriores já implantados é feito um comparativo dos resultados obtidos

com aqueles previstos no momento do planejamento, e, a partir dessa fase, a organização tem que agir corretivamente, buscando assim a melhoria contínua, evitando e ou estando preparado para as adversidades que poderão surgir, ao longo do caminho.

Para uma melhor compreensão deste ciclo, a figura a seguir exemplifica a aplicação do ciclo PDCA, tomando-se por base que o ciclo inicia-se pela fase do P (Plan), passa-se pelas fases do D (do) e do C (check), e encerra-se com a fase do A (action).

Figura 1 – Ciclo PDCA



Fonte: CICLO DE DEMING OU CICLO PDCA. O Ciclo PDCA para Controle de Processos. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/negocios/processos2002/ciclo_pdca.htm>

Percebe-se que o ciclo PDCA proporciona organização e visão de futuro para a empresa, através do planejamento de metas, solução de problemas e envolvimento da equipe para o cumprimento dos objetivos propostos.

Portanto, para que se obtenha sucesso nos métodos de PDCA, é necessário que os colaboradores da empresa estejam envolvidos para conhecerem melhor o ambiente em que estão inseridos e identificar o que e para que está desenvolvendo determi-

nada atividade, despertando assim interesse em executá-las, ou seja, o funcionário tem que se sentir parte integrante dos processos organizacionais, além de perceberam que a sua postura profissional será fator determinante para o sucesso de toda equipe.

4 A aplicação do ciclo PDCA na Pioneiros Bioenergia S/A

4.1 Breve histórico da empresa

Baseado nos documentos internos cedidos pela empresa, será descrito um breve relato sobre o desenvolvimento da organização para uma melhor compreensão do objetivo proposto por este trabalho.

Fundada no dia 04 de outubro de 1979, com o objetivo de gerar novos empregos, a Fazenda Santa Maria da Mata foi substituída por uma destilaria de álcool. Em Julho de 1980, iniciou-se o embrião da empresa na cidade de Sud Mennucci, região Noroeste do Estado de São Paulo.

As dificuldades para a implantação da empresa foram muitas, pois os trabalhadores estavam acostumados a trabalhar com a pecuária, o que era bastante diferente da agroindústria canvieira.

A primeira produção da empresa, em 1981 foi de 6 milhões de litros de álcool, contando com apenas 192 funcionários. No ano seguinte a produção dobrou para 13 milhões de litros e na terceira safra foram produzidos 21 milhões de litros de álcool.

A partir de 1994 a Pioneiros investiu em seu parque industrial e deixou de ser apenas Destilaria de Álcool, passando a partir de então, a produzir também açúcar.

No ano de 2002, iniciou-se o processo de ampliação de seu parque industrial, visando cogeração energia. Dentro desse projeto, a Pioneiros está implementando o projeto da Unidade Termelétrica Pioneiros, anexa à unidade industrial, inserida em um processo de cogeração a partir do bagaço de cana. O processo de preparo de cana e moagem da Pioneiros é o primeiro 100% eletrificado do Brasil, comprovando mais uma vez o pioneirismo da empresa.

O projeto da Pioneiros tem a maior geração de energia elétrica por tonelada de cana moída do Brasil e o marco desta nova fase aconteceu no dia 09 de maio de 2006, com o início da comercialização de energia elétrica para a Eletrobrás. Conforme consta em contrato, a Pioneiros deverá fornecer por ano 81.125 MWh.

Atualmente, a Pioneiros Bioenergia S/A gera aproximadamente 2.600 empregos diretos, através de suas atividades industriais, agrícolas e administrativas, figurando como a maior empregadora do município de Sud Mennucci. A empresa é orientada pelos princípios de confiança, ética, parceria, progresso e valorização do potencial humano, e é hoje um conjunto de colaboradores, parceiros, consumidores e comunidade, orientada para oferecer produtos e serviços percebidos pelos seus valores e diferenciais.

4.2 Implantação do ciclo PDCA

Visando à integração dos processos, à satisfação de seus clientes e colaboradores a Pioneiros Bioenergia S/A está sempre em busca de técnicas que facilitem as atividades internas, que proporcionem segurança nas tomadas de

decisões e acima de tudo obtenham resultados eficientes, pois sendo assim conseguirá atender as expectativas de todos os envolvidos no processo de gestão da empresa, sejam eles, acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, comunidade, etc.

Pensando, nestes aspectos, a empresa buscou métodos que proporcionassem integração entre os setores, assim como a interdependência dos mesmos, através da retenção do conhecimento, pois existia uma preocupação em relação funcionário-setor, ou seja, quando um determinado funcionário se ausentasse, o setor era abalado, uma vez que o conhecimento estava com o funcionário, isso levava um declínio na produção até que ele retornasse ou que o seu substituto adquirisse a expertise da atividade. Acontecendo isso, todo planejamento poderia não surtir o efeito esperado, ou seja, a empresa não conseguiria atender aos objetivos estabelecidos. A partir dessas constatações, surgiu a idéia de utilizar o ciclo PDCA para buscar soluções eficazes para o referido problema, assim como outros detectados pelos gestores.

Antes da implantação desta técnica, a empresa buscou informações sobre a mesma e após analisar a eficiência do método PDCA em outras organizações, percebeu que a mesma seria fundamental para a disseminação da idéia da empresa em buscar a qualidade e a eficácia em todos os seus processos.

A partir daí, criou-se a princípio a UGB (Unidade Gerencial Básica), ou seja, um conceito de que cada célula da empresa é "independente" para tomar suas principais decisões, não dependendo somente dos funcionários que exe-

cutavam as tarefas e sim da documentação do que era necessário ser feito para que qualquer colaborador que realizasse as atividades, fosse capaz de garantir o bom funcionamento do processo.

O PDCA foi implantado, especialmente para dar mais agilidade na solução de problemas da UGB, além de buscar eficiência para as solicitações da diretoria. Sendo assim, a UGB tinha suas metas em seu plano de ação, e quando estas metas não eram totalmente cumpridas, o PDCA aplicava ações corretivas, como por exemplo, criando "espinhas de peixe" que identificavam os fatores negativos, que segundo Ishikawa (2009, p.1) se trata de "uma ferramenta gráfica utilizada pela Administração para o Gerenciamento e o Controle da Qualidade (CQ) em processos diversos de manipulação das fórmulas", assim, essa ferramenta é utilizada em conjunto com o PDCA proporcionando um controle minucioso dos resultados.

O método foi implantado individualmente nos setores. Após os resultados e necessidades detectadas aplicava-se em outras áreas. Neste período o setor de educação e treinamento da Pioneiros Bioenergia S/A, entrou em ação para que todos tivessem conhecimento do projeto e percebessem da importância individual do grupo para o sucesso de toda a organização.

4.3 Análise dos Resultados

Ao analisar os resultados, após a implantação da técnica de PDCA, pode-se considerar que a empresa obteve resultados positivos, pois conseguiu promover a integração dos setores fazendo com que os objetivos propostos

fossem atingidos.

Um dos exemplos de integração após a implantação, foi detectado no departamento administrativo, onde uma das UGB's que obteve reflexos positivos foi o setor Contábil / Fiscal. Antes da implantação do PDCA, a direção determinava uma data para a entrega dos balancetes mensais (oitavo dia útil). A contabilidade, por sua vez, para entregar o balancete dependia de informação de outros setores e como os processos não estavam completamente integrados, gerava atrasos na entrega dos relatórios por parte do setor fornecedor, causando assim informações inconsistentes, gerando com isso, a insatisfação dos gestores, além de comprometer as tomadas de decisões.

Com a implantação do ciclo PDCA, foi possível criar indicadores que permitissem o monitoramento e identificação de cada fase do processo de fechamento, analisando as causas de atraso nos processos e fazendo com que todos os envolvidos trabalhassem para superar as dificuldades para atender às expectativas de toda organização.

A área agrícola, também foi destacada pelos resultados positivos que obteve após a implantação do PDCA. Com esta ferramenta foi possível criar indicadores de desempenho das colhedoras que são monitoradas diariamente. Esse indicador mede quantas toneladas de cana cada máquina colhe, em um dia de trabalho. Quando verificado que o indicador não alcançou a meta estabelecida, imediatamente abre-se um plano de ação para identificar a causa do problema e garantir que ele não ocorra novamente. Essa checagem diária possibilita a empresa identificar rapidamente se existem inconvenien-

tes e que tenha condição de agir imediatamente para que os objetivos não sejam comprometidos.

Assim, como nos setores citados acima, o ciclo PDCA foi utilizado pela empresa em outras áreas, como na fabricação de álcool, por exemplo, sempre com o intuito de promover a eficiência do setor assim como criar plano de ação para combater a causa do problema nos casos do não alcance da meta estipulada, resultando processos mais dinâmicos e interligados com a filosofia da organização.

Considerações finais

Conforme estudos realizados, conclui-se que, toda empresa necessita de um método que proporcione informações claras e objetivas para tomada de decisão eficiente, pois ela garante que a organização mantenha-se competitiva e auto-sustentável. O ciclo PDCA mostrou-se como um modelo de gestão eficiente e de fácil execução, podendo ser utilizado em qualquer momento, servindo tanto para detectar problemas urgentes, quanto para manter e melhorar a situação atual.

Analisando os resultados obtidos pela Pioneiros, percebe-se que a mesma conseguiu atingir os objetivos propostos, que era a integração e a interdependência dos setores, fazendo com que os processos fossem mais eficientes e que os colaboradores participassem das ações propostas pelo ciclo PDCA. Com a ferramenta foi possível que a empresa identificasse as perdas existentes no processo de industrialização, e, através desses indicadores, tivesse condição de propor ações corretivas objetivando processos cada vez mais eficientes e resultados satisfatórios para toda a organiza-

ção.

Sendo assim, percebe-se a eficácia do método PDCA, pois quando ele é implantado de maneira correta o sucesso nos processos e resultados tomam-se evidentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Silvio. *Integração das Ferramentas da Qualidade ao PDCA e ao programa Seis Sigma*. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2002.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-Dia*. 7.ed. Minas Gerais: DG (editora de desenvolvimento gerencial), 1999.

CICLO DE DEMING OU CICLO PDCA. O Ciclo PDCA para Controle de Processos. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/negocios/processos2002/ciclo_pdca.htm>. acesso em: 22 nov. 2009

FACHIN, Odília. *Fundamentos de Metodologia*. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

ISHIKAWA, Kaoru. Diagrama de Ishikawa. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Diagrama_de_Ishikawa 17:17>. Acesso em 21 nov. 2009.

LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SKORA, Claudio Marlus. *PDCA: O ciclo mágico*. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/pdca_o_ciclo_magico/995/>. Acesso em: 22 nov. 2009.

A ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS FAMILIARES

Daniela da Silva Macedo

Graciana Hirao Kono

Prof^{as}: Renata de Sampaio Valadão

Faculdades Integradas

Urubupungá - FIU, Pereira Barreto

RESUMO: A quantidade de empresas familiares no Brasil vem crescendo cada vez mais, portanto manter-se num mercado tão grande e em expansão, é necessário que esses tipos de empresas passem a buscar conceitos novos de administrar; que os tornem atualizado, pois muitas dessas empresas ainda utilizam métodos antigos de administração.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Administração; Empresas.

1 - Introdução

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de apresentar uma análise das pequenas empresas familiares. Onde se observam sua importância, e também, na maioria dos casos, a falta de controle administrativo interno, que é demonstrado pela ausência de técnicas de administração, que nada mais é do que organizar, planejar, controlar, liderar e executar.

Essas empresas movimentam uma fatia considerável

da economia brasileira, porém com a mesma velocidade em que surgem, também se encerram, por falta de organização e estrutura das mesmas.

Na maioria dos casos, quando se trata desse tipo de empresa familiar, um controle de caixa quase sempre se torna impossível, visto que muitos não separam despesas pessoais com despesas da empresa. A maior parte desse controle se resume em, pagar as despesas gerais, sem dar importância as suas entradas e saídas, ou seja, nunca se sabe qual o lucro/prejuízo obtido durante o mês.

Empresas, assim, dificilmente se tornam prósperas, pois não tem visão de futuro, vive o dia a dia, raramente se modernizam e conservam o que foi aprendido de geração em geração, sem importar com as mudanças e progressos dos dias atuais.

Outra dificuldade importante encontrada nesses tipos de empresas é o convívio entre si. Por serem pessoas da mesma família, ou parentes próximos, as diferenças entre eles, resultam na falta de negociações construtivas, gerando desconforto, desentendimentos, que, na maioria das vezes, tornam-se em vão. Não se tem

um cargo definido, todos se sentem donos, todos querem mandar, e, às vezes, as rivalidades pessoais acarretam sérios problemas no lado profissional.

Vale lembrar que são poucas empresas familiares que tem um domínio de sua administração, e controles internos que separam a "família" da "empresa". E são exatamente esses conceitos que devem ser seguidos por todos os tipos de empresas, a fim de obter os resultados desejados.

2 - Metodologia

Vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como, atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. Minayo (1993: p.23),

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, pode ser:

Pesquisa Bibliográfica:

quando elaborada a partir de material já publicado, constituindo principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet. GIL (1991).

Neste trabalho foram utilizados materiais existentes sobre o assunto abordado, como periódicos e livros especializados no assunto, e pesquisa pela internet, buscando apresentar algumas considerações acerca do tema em estudo.

3 Empresa familiar

3.1 Conceito

Existem diversos conceitos sobre empresa familiar. Alguns autores caracterizam essas empresas de forma muito restrita e outros de forma muito ampla.

A empresa familiar é aquela que se identifica com uma família há pelo menos duas gerações, resultando numa influência recíproca na política geral da empresa e nos interesses da família. BERNHOEFT (1996).

O mesmo autor ressalta ainda que a empresa familiar nasce apenas com a segunda geração de dirigentes, e ainda na gestão do fundador, situa-se apenas no campo de uma empresa pessoal, havendo somente um arranjo de relações muito pessoais entre eles e seus colaboradores, isto é empregados e membros da família. BERNHOEFT (1996).

Segundo Leone, (1999: p. 92), define:

No Brasil, essas empresas, são normalmente de estrutura tradicional, com um estilo de gestão centralizada que normalmente é localizada na figura do sócio fundador. As pequenas e médias empresas foram identificadas como sendo mais centralizadas, com estrutura organizacional simples, necessitando de quantidade menor de unidades ou funções administrativas.

O conceito de empresa familiar se estende em inúmeras teorias, mas seu fundamento é um só, nasce a partir de um projeto familiar, ou entre famílias.

3.2 A importância da empresa familiar e sua administração.

Existem milhares de empresas familiares no Brasil, que somam boa parcela para a economia e o desenvolvimento do país, gerando empregos, e impulsionando o mercado brasileiro.

Porém, a maioria delas ainda são administradas de maneira bastante antiga. Possuem conceitos ultrapassados, mas que, de alguma forma ainda estão presente no mercado. Esse tipo de empresa normalmente "colhe os frutos do dia", sem previsão de "colheitas" fu-

turas. Há ainda a sobreposição entre os membros da família, tornando seu relacionamento, que deveria ser de união, mais difícil.

Nos dias de hoje, com o avanço da tecnologia, globalização, informatização, é indispensável que essas empresas se modernizem e passem a buscar novos conceitos, explorar maneiras modernas de administrar, controlar e gerir seus negócios. Deixar de agir como empresa familiar, é um bom começo. Distribuir funções para cada membro da família, responsabilizando-os cada um pelo seus cargos, manter controle interno de suas atividades, de seus serviços, de suas contas a pagar, sabendo separá-los devidamente, é seguir rumo a um caminho de desenvolvimento.

Um conjunto de informações de natureza administrativa e contábil se faz necessário, auxiliando quem administra nas tomadas de decisões, utilizando de forma racional os seus recursos.

Segundo (Walton, 1993, p. 85):

Muitas organizações continuam a basear-se em técnicas de controle e submissão que tem sido aperfeiçoadas por muitas décadas: clara demarcação entre planejamento e execução; cargos simples e de pouca qualificação; responsabilidade individual; padrões de desempenho mínimo; supervisão rígida e tratamento do trabalho como um custo variável.

Nesse cenário, observamos a falta de planejamento estratégico, um dos itens essenciais para obter bons resultados administrativos.

Stoner (1987, p.73), "caracteriza o planejamento estratégico como sendo o processo de planejamento formalizado e de longo alcance empregado para se definir e atingir os objetivos organizacionais".

Bethlem (2004, p.20), diz que "a estratégia é um conceito que precisa ser aprendido". (Aprender significa saber utilizar; sem saber utilizar um conceito não há como aplicá-lo). Define ainda que, "a estratégia para ser tornada real, ou seja, bem executada, tem que ser aprendida por várias pessoas e aceita por todas elas".

Saber aceitar, é cooperar, para que o empreendimento dê certo, é buscar melhorias e aprendizados para seu desenvolvimento e fazer com que todos de uma forma geral progridam dentro dessa empresa.

Embora, qualquer empreendimento ofereça riscos, quando bem executados, controlados e planejados, a probabilidade de fracassar ser torna menor.

As técnicas de administração são regras simples e básicas: Planejamento, organização, liderança, controle e execução.

Segundo Megginson; Mosley e Pietri: (1986: p.27), definem: "Planejamento é escolher ou estabelecer objetivos da

organização e depois determinar as políticas, projetos, procedimentos, métodos, sistemas, orçamentos, padrões e estratégias necessários para sua consecução".

Resumidamente, planejar é preparar-se para decisões futuras, um conjunto de ações intencionais, que possibilita identificar antecipadamente métodos a serem tomados.

Esses mesmos autores, Megginson; Mosley e Pietri: (1986:p.27), definem organização como: Organizar é determinar que recursos e atividades sejam necessários para serem atingidos os objetivos da organização, combiná-los em grupos que funcionem, atribuir a responsabilidade por sua realização aos subordinados que detêm tal responsabilidade e delegar a esses indivíduos a autoridade necessária para a execução de suas atribuições.

Ou seja, organização é a realização dos propósitos, determinados para um único objetivo, reunindo esforços físicos essenciais ao seu fim.

Maximiano, (2005:p.96), conceitua Liderança como: "Um processo complexo, que compreende diversas atividades e competências dos administradores, como coordenação, direção, motivação, comunicação e participação".

A liderança conduz pessoas, influenciando-as de manei-

ra positiva a gerarem resultados, transformando-as em equipe que contribuem significativamente para qualquer tipo de organização.

Megginson; Mosley e Pietri (1986:p.28), diz: "Controle é a criação de meios e maneiras de assegurar que o desempenho planejado seja realmente conseguido". É verificar e assegurar que seus resultados sejam realmente alcançados.

E, por fim, temos o conceito de execução, que nada mais é do que a realização de todo planejamento, de forma a conduzir o trabalho, depois de muito bem organizado, controlado e liderado, seja o mais disciplinado possível, para a funcionamento de uma empresa, seja ela familiar ou não.

Na opinião de Gonçalves (2000: p.12), as famílias estão assumindo uma postura consciente de que o profissional tem uma função essencial no auxílio do crescimento patrimonial. A governança familiar tem âncoras comuns, nas quais se destacam:

a) **Transparência:** nas relações que permeiam a empresa e a família é a principal forma de assegurar que todos os participantes estejam cientes das necessidades e expectativas de cada um;

b) **Objetivo comum:** as pessoas têm sempre objetivos individuais, no entanto, é necessário desenvolver um projeto para os objetivos comuns;

c) Visão de futuro: deve ser construída a partir de negociação baseada em fatos concretos, alicerçada em fundamentos, não em sonhos;

d) Respeito mútuo: tendo crescido com as disputas naturais de irmãos e primos, podem se previr relações tensas. Não há domínio para impor amor, mas pode trabalhar para atingir o respeito mútuo;

e) Estruturas definidas: existe uma tendência de pensar que o núcleo familiar não exige relações formais. Pelo contrário, é necessário, para que assuntos que gerem conflitos não fiquem em segundo plano.

A partir dessas premissas, cabe descrever alguns dos mecanismos societários que compõem uma estrutura básica familiar, como a criação de um conselho, cujo objetivo é reunir a família em torno de uma agenda comum, servir como fórum de debate e onde o membro da família possa levar as suas reivindicações.

Também é importante implantar mecanismos para treinar as novas gerações. Não é suficiente treinar academicamente ou profissionalmente os potenciais sucessores, é preciso exercitar a sociedade, o que implica conviver com seus pares e com os progenitores de forma profissional.

É a conscientizar, para que as relações devam ser estruturadas juridicamente, fazendo com que as empresas passem a conduzir de maneira profissional os seus negócios.

4 - Considerações finais

Através deste trabalho procuramos mostrar algumas dificuldades encontradas nas chamadas empresas familiares. O convívio entre membros da mesma família, quando misturados aos negócios se torna difícil e árduo para quem os gerencia. A tomada de decisão acaba sendo um tiro no escuro, quando não se tem controle de seus negócios e a tarefa de administrar acaba se tornando um processo desgastante. Porém concluímos também que não só de dificuldades vivem essas empresas, pois se todos desempenharem suas devidas tarefas, executando-as de forma planejada e organizada, podem-se chegar ao que sempre idealizou.

Vimos o quanto é importante saber planejar, administrar e não parar no tempo utilizando tais ferramentas com eficiência, sabendo-se de sua real importância no processo decisório de uma empresa familiar. Concluímos então que administrar corretamente é a base de toda a estrutura empresarial, seja ela de pequeno, médio ou grande porte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNHOFET, Renato. Como criar, manter e sair de uma sociedade familiar (sem brigar), Rio de Janeiro, Ed. Senac, 1996.

BETHLEN, Agrícola. Estratégia Empresarial: Conceitos, processo e administração estratégica. 5ª ed, São Paulo: Ed. Atlas S/A, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>

GONÇALVES, Sérgio de Castro. Patrimônio, família e empresas: Um estudo sobre as transformações no mundo da economia empresarial, Ed. Negócio, 2000.

LEONE, N.M. As especificações das pequenas e médias empresas. Revista de Administração, São Paulo, p. 91-94 Abr/Jun, 1999.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru, Teoria Geral da Administração: Da revolução urbana à revolução digital. São Paulo, 5ª edição, Ed. Atlas, 2005.

MEGGINSON; MOSLEY ;PIETRI. Administração: Conceitos e aplicações, Ed. Habra, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>

STONER, J. A. F. & FREEMAN, R. Edward - Administração. Prentice Hall do Brasil: Rio de Janeiro, 1992: Disponível em Google: www.professorjoao-roberto.hpg.com.br/planejamentoconceito.doc

WALTON, Richard E. Tecnologia de informação: O uso de TI pelas empresas que obtêm vantagem competitiva: São Paulo, Ed. Atlas, 1993.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA VISÃO DOS MAIORES EMPREGADORES DO MUNICÍPIO DE JALES

Fernanda Rodrigues de Souza
Broccoli
ferbrockollina@hotmail.com

Joice Reis de Souza
joice_s3twear@hotmail.com

Orientadora: Sílvia Barbosa
silvia.barbosa3@terra.com.br

Resumo: A integração de mercado e a queda de barreiras comerciais acirraram competições entre empresas. Neste ambiente, organizações se deparam com o mercado mundial onde procuram aproveitar oportunidades ampliando potenciais. Contudo, é necessário mudar as estratégias de negócio. Neste sentido a responsabilidade social tornou-se tema de discussão na gestão empresarial. Assim, este trabalho tem como objetivo verificar a percepção dos maiores empregadores de Jales, em relação às práticas de responsabilidade social das empresas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. O ambiente foi o município de Jales, localizado no interior do Estado de São Paulo. A seleção dos dados para amostra foram obtidos junto ao ministério do tra-

balho, correspondendo a 84 empresas, com número acima de 10 funcionários. O questionário aplicado foi um modelo adaptado da BDO Trevisan com 20 questões de múltipla escolha. O mesmo foi entregue e aplicado pessoalmente pelo pesquisador às empresas, tendo em vista o rápido retorno das respostas. A intenção desta pesquisa não foi indicar que os resultados obtidos representam a realidade da maioria das empresas, mas apenas conhecer o trato dado à responsabilidade social corporativa por este grupo específico de empresários.

Palavras Chave: Responsabilidade Social; Empresários; Tomada de Decisão.

1. Introdução

A maximização do patrimônio na atual conjuntura global não é o único propósito a ser conquistado pelos gestores, incorporar outros atributos como: qualidade do produto, satisfação do cliente, gestão ambiental, responsabilidade ética e social com fornecedores e colaboradores, a inovação em

produtos, processos e/ou em serviços também levados em consideração no momento de qualquer tomada de decisão, além de indispensáveis ao sucesso das empresas.

No limiar o tema responsabilidade social, era visto como um diferencial adotado somente por empresas de grande porte para reconhecimento na comunidade, e atualmente estas têm se esforçado para serem reconhecidas como empresas socialmente responsáveis. Tendo em vista que cada vez mais difunde-se nos vários setores da sociedade a idéia de que a situação do mundo requer atenção especial por parte das organizações com a legitimidade social de sua atuação.

É notável o esforço das empresas para desenvolver práticas de gestão socialmente responsável, mas o principal desafio é encontrar uma forma de gerenciar os negócios, não apenas atendendo às exigências da competitividade, mas também contemplando aspectos do desenvolvimento sustentável e atendendo às reivindicações da sociedade civil.

Grèy (Ethos, 2005) diz que: "apesar de ser um tema muito

explorado pela mídia em geral, responsabilidade social corporativa ainda é muito confundida com filantropia, que é apenas um dos elos que compõem uma grande corrente".

Para CHIAVENATO (1999, p.447), "(...) entre uma empresa que assume uma postura de integração social e contribuição para a sociedade e outra voltada para si própria e ignorando o resto, a tendência do consumidor é ficar com a primeira."

2. Responsabilidade Social

2.1 Definições

O tema relacionado à responsabilidade social ainda causa polêmica e debates quanto a sua definição, no entanto, atualmente, existem diversas definições, sendo que cada autor direciona o foco da definição para uma área específica de atuação ou de abrangência, mas se observa que todas se inter-relacionam no tocante à atitude e comportamento da empresa, em face às exigências sociais.

Mas, para que seja facilitada a compreensão do significado essencial de responsabilidade social, apresenta-se, primeiramente, a definição de responsabilidade e, posteriormente, a de Social.

Responsabilidade é a possibilidade de prever efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo com base em tal previsão. Responsabilidade é diferente de imputabilidade, que significa a atribuição de uma ação a um agente, considerado seu causador (RESPONSABILIDADE, 1998, pg. 855).

Social significa que, pertence à sociedade ou que tem em vista suas estruturas ou condições. Neste sentido fala-se em ação social, movimento social, questão social etc. sociedade 1º: campo de relações intersubjetivas, ou seja, das relações humanas de comunicação, portanto também: 2º: a totalidade dos indivíduos entre os quais ocorrem estas relações, 3º um grupo de indivíduos entre os quais estas relações ocorrem em alguma forma condicionada ou determinada (SOCIAL, 1998, p.912).

Estas definições podem ser inseridas no ambiente empresarial, de forma que se entenda como uma empresa socialmente responsável aquela que prevê e realiza suas ações para o benefício de todos os públicos. Com a finalidade de especificar detalhadamente este conceito Grajew, (2001) define responsabilidade social empresarial como atitude ética da empresa em todas as suas atividades e com todos os grupos de interesse, sendo que estes preceitos podem inclusive balizar todas as atividades políticas empresariais.

Asheley (2002) amplia o conceito expondo que: "A responsabilidade social pode ser o compromisso que a empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral"

Na concepção de Melo Neto e Froes (2001) "Responsabilidade social é a decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que a organização está

inserida e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce...".

Para Lima (2001): "Responsabilidade social pode ser entendida como opção dos empresários, conscientemente tomada, de investir estrategicamente no campo social".

Nesse sentido, Ferrel (2001), complementa que o social não pode ser visto como um mero gasto, mas como um importante investimento. Principalmente quando estiver vinculado à promoção do desenvolvimento humano e social.

Quando as empresas incorporam os aspectos sociais ao seu planejamento estratégico, elas lidam com investimentos sociais que extrapolam a caridade e abrange toda sua rede de relacionamento (GOMES, 2004).

Esta consciência requer transparência e ética, que abrange e se estende as práticas utilizadas pela empresa para a colocação de seus produtos no mercado e também a comunicação transparente com todos os grupos de interesse, que se relacionam, afetam e são afetados pela organização e suas atividades (ORCHIS; YUNG; MORALES, 2002)

Considerando a amplitude do aspecto ético da gestão de responsabilidade social corporativa a Comissão de Estudos Especial Temporária de Responsabilidade Social da ABNT, apresentada pela NBR 16.001, a responsabilidade social esta definida como: "Relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando

seu desenvolvimento sustentável (ABNT, 2004, p. 3).

Para GUEDES (2000, p.57), uma empresa que age com responsabilidade social consegue aumentar suas relações com os stakeholders e também, com a exposição em mídia espontânea:

Outros autores manifestam um posicionamento contrário ao tema, alegando que a missão das empresas é servir às sociedades através da oferta de seus produtos e serviços, e que qualquer esforço, além disso, seria uma espécie de intromissão em questões de alçada governamental. Friedman apud Ashley (2000), baseado nos direitos da propriedade, é o mais famoso defensor desta idéia, argumentando que a direção corporativa como agente dos acionistas não tem o direito de fazer nada que não atenda ao objetivo de maximização dos lucros, mantidos os limites da lei. Agir diferente é uma violação das obrigações morais, legais e institucionais da direção da corporação.

Observa-se, pela diversidade de opiniões em torno da proposta de uma definição ou conceito para responsabilidade social corporativa, que o mesmo é um alvo em movimento, e não há limites para a variedade de ramificações discutíveis que podem surgir a partir de cada proposta (Oliveira, 1984).

3. Resultado e Análise da Pesquisa

O resultado correspondente refere-se ao levantamento efetuado junto aos empresários, através das questões elabora-

das no instrumento de pesquisa. Dessa maneira apresentam-se os gráficos a seguir.

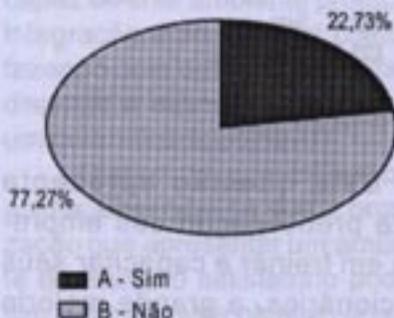
Gr. 01 Definição de Responsabilidade Social Corporativa:



Fonte: autores

Verifica-se através do gráfico nº. 1 que a compreensão sobre responsabilidade social corporativa ainda é ambígua por parte dos empresários, levando à confusões que dificultam compreender esta prática. Percebe-se que há necessidade de discussão sobre as diversas abordagens do tema, a fim de clarificá-lo e torná-lo compreensível.

Gr. 02 Há setor responsável na empresa por assuntos de responsabilidade social.

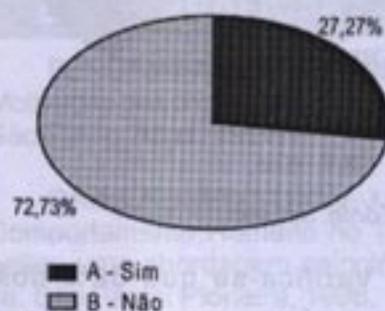


Fonte: autores

Constatou-se que a grande maioria das empresas não pos-

sui este setor, ainda que demonstrem interesse sobre a questão.

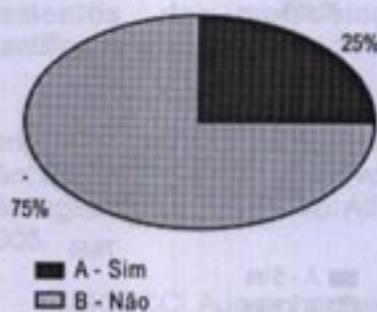
Gr. 03 Empresas que fazem elaboração de relatórios ou balanços sociais.



Fonte: autores

Observa-se que um pequeno percentual das empresas pesquisadas utilizam deste ferramenta, isto complementa a informação anterior, haja vista que um setor específico auxilia na importância da elaboração e divulgação dessas informações.

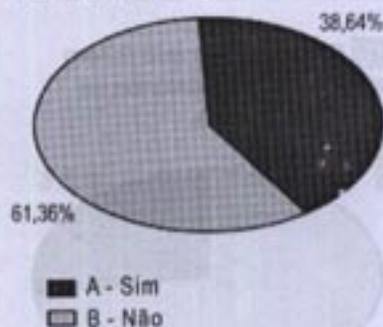
Gr. 04 Dentro da empresa existem práticas de responsabilidade social?



Fonte: autores

Um quarto das empresas demonstra aplicar práticas de responsabilidade social, considerando o forte impacto na mídia e cobrança por parte da sociedade do tema em questão as empresas ainda estão aquém a tais práticas.

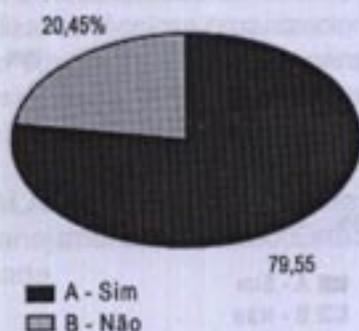
Gr. 05 Empresas que estimulam a participação de seus colaboradores em sindicato



Fonte: autores

Verifica-se que 38% dos empresários se preocupam com esta questão, e isto vai de encontro com o que revela o primeiro gráfico sobre a ambigüidade da definição do tema, pois no item anterior um percentual menor a este demonstra que não há prática de responsabilidade social.

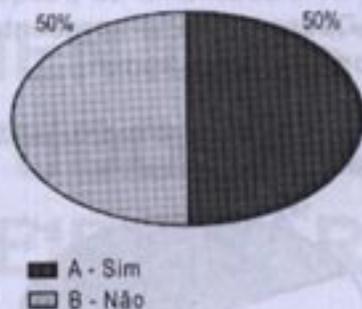
Gr. 06 Empresas que possuem critérios de recolocação de funcionários demitidos



Fonte: autores

Este gráfico revela que um número bem reduzido de empresas trabalha a questão de recolocação de funcionários demitidos.

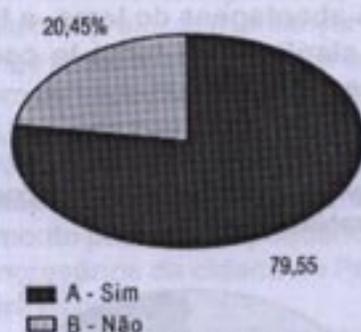
Gr. 07 Empresas que identificam as necessidades de seus colaboradores por meio de pesquisa



Fonte: autores

Através deste gráfico percebe-se uma preocupação maior dos empresários em identificar as necessidades de seus colaboradores. Justificam que atender às necessidades destes resulta em maior satisfação e, conseqüentemente, melhor produção.

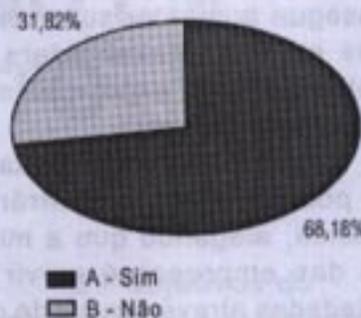
Gr. 08 Empresas que investem em treinamentos e capacitação profissional



Fonte: autores

Esta questão apresenta forte preocupação das empresas em treinar e capacitar seus funcionários, a grande maioria dos empresários destaca a parceria das empresas com a associação comercial e industrial local.

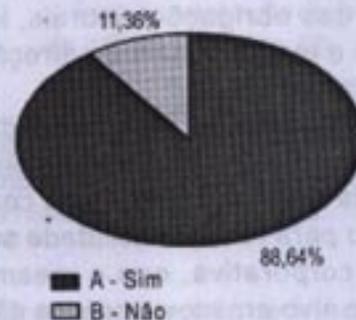
Gr. 09 Possuem programas de melhoria no ambiente de trabalho e qualidade de vida dos funcionários



Fonte: autores

Este item divulga que o ambiente de trabalho é um aspecto relevante para os empresários, os programas conforme afirmam os empresários resumem-se em reuniões, lazer, revisões periódicas nas instalações das empresas, planos odontológicos e de saúde etc.

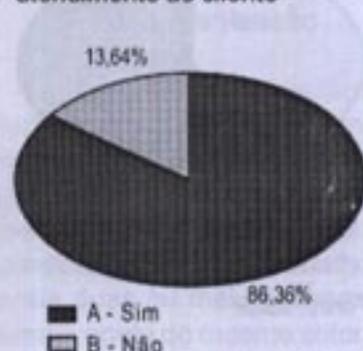
Gr. 10 Diversidade de etnias



Fonte: autores

A questão diversidade de etnias destaca que as empresas atendem bem estes requisitos. Dentre os itens abordados encontra-se a contratação de negros, mulheres e deficientes físicos.

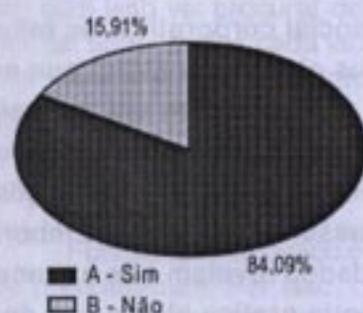
Gr. 11 Possuem serviço de atendimento ao cliente



Fonte: autores

O gráfico 11 apresenta que 86,36% das empresas tem serviço de atendimento ao cliente. Os empresários destacam que este serviço são executados por eles mesmos ou por seus gerentes direto com os clientes.

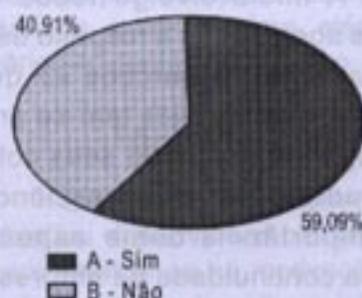
Gr. 12 Conscientização dos profissionais sobre o Código de Defesa do Consumidor



Fonte: autores

Este gráfico revela que 84% das empresas se preocupam em conscientizar seus profissionais, principalmente, na área de vendas, quanto ao código de defesa do consumidor.

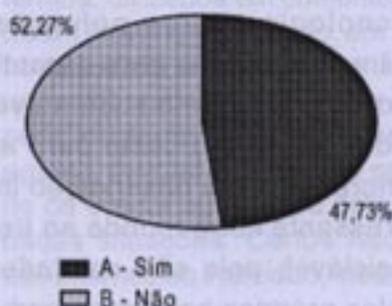
Gr. 13 Empresas que executam ações com seus clientes e fornecedores para erradicação do trabalho infantil



Fonte: autores

Percebe-se através deste gráfico significativa importância dada a respeito da erradicação do trabalho infantil. Há cartazes de combate à exploração de trabalho fixado em várias empresas, conforme esclarecimento dos empresários esta é uma parceria com o conselho tutelar do município.

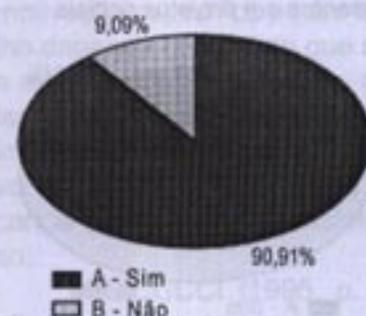
Gr. 14 Empresas que estimulam a participação dos colaboradores em trabalhos voluntários.



Fonte: autores

Quando questionados os empresários sobre este item, consideraram tal abordagem importante, porém, a pesquisa revela um percentual menor de empresários que estimulam seus colaboradores a participarem em trabalhos voluntários do que aqueles que não estimulam.

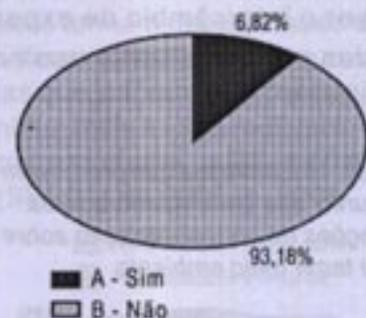
Gr. 15 Empresas que investem e contribuem em projetos comunitários



Fonte: autores

Um percentual elevado das empresas investem e contribuem em projetos comunitários, conforme revela os empresários estes investimentos abrangem desde brindes para quermesses, (igrejas, associações, clube esportivos) a projetos sociais para creches, fundações educacionais e instituto do câncer.

Gr. 16 Empresas que utilizam incentivos fiscais para as áreas ligadas à Cultura

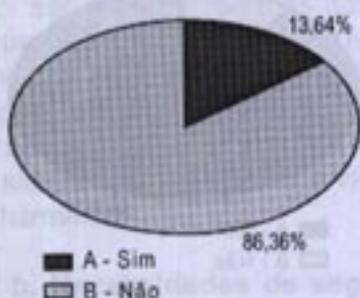


Fonte: autores

Poucas empresas utilizam incentivos fiscais para áreas ligadas a cultura, alegam não ter conhecimento sobre os benefícios oferecidos por tais incentivos e que os investimentos na grande maioria são destinados

a projetos de assistência social.

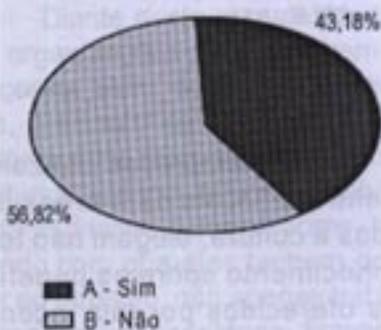
Gr. 17 Empresas que avaliam o impacto social de seus investimentos em projetos sociais



Fonte: autores

Conforme demonstra a pesquisa poucos empresários elaboram formalmente o impacto social de seus investimentos em projetos sociais, muitos enfatizam que a sociedade comenta sobre os investimentos efetuados e este é o melhor resultado. Não se recorre, portanto, a avaliações externas de instituições ou de pessoas especializadas, o que seria importante para ampliar o conhecimento sobre o que é feito promover o intercâmbio de experiências e racionalizar o uso dos recursos.

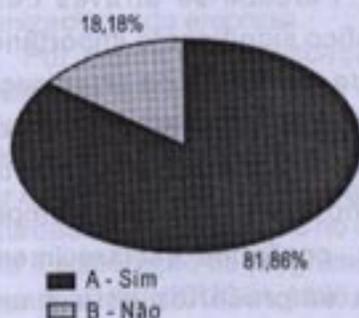
Gr. 18 Empresas que promovem junto aos seus colaboradores ações de conscientização sobre o tema meio ambiente



Fonte: autores

A mídia divulga todos os dias abordagens a respeito deste assunto, e percebe-se que vários empresários tem-se preocupado orientando seus colaboradores sobre a consciência e importância deste aspecto para continuidade da empresa.

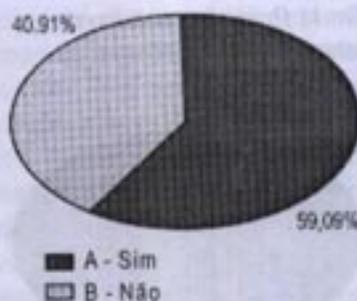
Gr. 19 Empresas que utilizam material reciclável e tecnologia menos poluente



Fonte: autor

Observa-se elevado percentual de preocupação com este item. Para os empresários, a reciclagem e utilização de tecnologia menos poluente, além de contribuir para garantir o desenvolvimento sustentável reduz também o custo para as empresas. Uma observação interessante corresponde ao lixo reciclável, pois são coletados pelos próprios colaboradores e estes criaram uma espécie de associação onde os recursos financeiros obtidos pela venda deste material, destinam-se a uma conta específica utilizado em momentos de lazer entre todos na empresa.

Gr. 20 Empresas que tiveram acesso ao protocolo de Kyoto e de Montreal.



Fonte: autor

Verifica-se, nesta questão, a predominância de 59% dos empresários no acesso ao protocolo de Kyoto e de Montreal, os demais alegam desconhecer determinados protocolos, apesar de já terem ouvido falar.

4. Conclusões Finais

Diante da hipótese de que os maiores empregadores do município de Jales conhecem as práticas de responsabilidade social corporativa, os resultados obtidos mostram que estes não possuem um conceito definido e nem conhecimento sobre as práticas e aplicações do assunto em pauta. Embora, os dados revelam que a grande maioria pratica algum tipo destas ações.

Observa-se que o tema "responsabilidade social corporativa", não é difundido no meio empresarial do município de Jales, e que ainda assim existe um percentual considerado de empresas que apresenta setor específico e elabora algum tipo de informação sobre o assunto, podendo concluir que se trabalhado e discu-

tido este conteúdo, pode ser ampliado consideravelmente à participação das empresas neste processo.

De maneira geral, percebe-se que grande parte dos empresários pesquisados desenvolve práticas de responsabilidade social corporativa em todos os aspectos da empresa, mesmo sem saber que o fazem. Poucos empresários possuem a consciência de que ao incorporarem a Responsabilidade Social Corporativa, em suas organizações, além de proporcionarem diversos benefícios para a sociedade como um todo pode gerar inúmeros benefícios para si mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16001 : responsabilidade social empresarial – requisitos para um sistema de gestão**. Rio de Janeiro, 2004.
- ASHLEY, P.A. et al. (2002) - **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. São Paulo: Saraiva.
- CHIAVENATO, I. **Administração nos Novos Tempos**. 14ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 1999.
- DUARTE; DIAS, J. M. M. **Responsabilidade Social: A Empresa Hoje**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- FERREL, O.C. (2001) - **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. Tradução Cecília Arruda. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso Editores.
- GRAJEW, Oded. **Evolução e perspectivas da responsabilidade social**. Valor Econômico. São Paulo, edição 301, 12 de jul. de 2001.
- GUEDES, Rita de Cássia. **Responsabilidade social e cidadanias empresariais: conceitos estratégicos para as empresas face à globalização**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: PUC/SP, 2000.
- GOMES, Kandeny, N. M. **Responsabilidade social das empresas: uma nova postura empresarial**. In: COSTA, Adalberto Vieira et al. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo, SP. Peirópolis, 2004. v. III, p. 34-73.
- DUARTE; D.M. **Responsabilidade Social: A Empresa Hoje**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- INSTITUTO ETHOS. (2005) - **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo, 2007. Disponível em: www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Indicadores_Ethos_2007.pdf Acesso em: 15/07/2009.
- LIMA, P.R.S. (2001) - **Responsabilidade Social: A experiência do selo empresa cidadã na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MELONETO, F.P.; FROES, C. (2001) - **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O Caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- OLIVEIRA, A.A.V. **Responsabilidade Social Corporativa: uma Revisão do Estado da Questão**. COPPEAD/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação de Mestrado.
- ORCHISM, A.; YUNG, M.T.; MORALES, S.C. **Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais**. In: Garcia, Brino Gaspar et al. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo, SP: Peirópolis, 2002.
- RESPONSABILIDADES. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SOCIAL. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES.

Anderson Bomfim de Menezes
Eliane Yoko Morobosi Viana
Profª. Renata de Sampaio Valadão

RESUMO: Devido à consciência ambiental do ser humano criou-se um novo perfil do consumidor, fazendo com que as organizações mudassem a sua postura com relação as suas atitudes ambientais e sociais, sendo assim este artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é apresentar a importância da responsabilidade ambiental para o desenvolvimento das organizações.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Meio ambiente; Responsabilidade Ambiental;

1. Introdução

Hoje o mundo está atento para uma questão de grande relevância, que é a preservação da natureza e a perpetuação da espécie humana, pois estão conscientes de que o meio ambiente não tem capacidade de se auto renovar, ou seja, não é mais possível ter uma visão extrativista, visualizando a natureza como fonte superabundante de matéria-prima.

É possível perceber a conscientização das pessoas com relação ao seu papel de responsabilidade junto ao meio onde estão

inseridos, pois analisaram que para manter o equilíbrio entre homem e natureza é preciso pensar de maneira responsável e ter ações cujos resultados deverão ser positivos tanto no presente quanto no futuro.

Com esta nova visão dos consumidores, as empresas que buscam a perpetuação no mercado, perceberam que para garantirem a sobrevivência de sua marca e de seus produtos deverão ter atitudes responsáveis em todos os âmbitos, sejam eles sociais e/ou ambientais.

Sendo assim, as organizações deverão desempenhar um papel de grande responsabilidade perante a sociedade e o meio ambiente, pois o novo contexto econômico se caracteriza por uma rígida postura dos clientes voltada à expectativa de interagir com empresas que tenham atitudes éticas e que devolva de maneira positiva, tudo que tiraram da natureza para o seu crescimento e desenvolvimento.

Portanto, com base nos conceitos acima, o objetivo deste trabalho é apresentar a importância da responsabilidade ambiental para o desenvolvimento das organizações, tendo em vista o poder de transformação que elas têm em mãos.

2. Metodologia

Segundo Tobias (1992, p. 13)

"a metodologia é a ciência que trata do método, o qual, por sua vez sendo parte da lógica material é o caminho seguido pela razão humana para a aquisição da verdade".

O método de pesquisa é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que, com maior segurança permite atingir os objetivos propostos, indicando o caminho a ser seguido (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Para Fachin (2006, p. 29)

"o método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados", ou seja, é a escolha dos procedimentos metodológicos para a elaboração de um trabalho."

Segundo Cruz e Ribeiro (2004, p.17) "pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar é, portanto buscar compreender a forma como se processam os fenômenos observáveis, descrevendo sua estrutura e funcionamento".

Sendo assim, este artigo utiliza a pesquisa bibliográfica como base para fundamentação teórica, que, segundo Gil (2006, p. 44), é "desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos".

Cruz e Ribeiro (2004, p.17),

afirmam que "é na pesquisa que se tenta conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no universo percebido pelo homem. Em outras palavras, uma pesquisa científica tem o propósito de descobrir respostas às questões proposta".

Uma pesquisa bibliográfica pode visar a um levantamento dos trabalhos realizados anteriormente sobre o mesmo tema estudado no momento, pode identificar e selecionar os métodos e técnicas a serem utilizados, além de fornecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura. (CRUZ E RIBEIRO, 2004, p.19)

Portanto, neste estudo, foram utilizados materiais existentes relacionados ao assunto, como livros, periódicos e artigos extraídos de sites especializados, buscando apresentar algumas considerações acerca do tema abordado.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceito de responsabilidade ambiental

Segundo Correia (2009, p. 01),

"as transformações do mundo moderno impuseram às organizações uma nova visão de negócio, para que pudessem garantir a sobrevivência delas no mundo corporativo. Hoje essas empresas tentam consolidar as suas ações dentro do tripé: imagem, identidade e reputação."

A responsabilidade ambiental faz com que as empresas busquem alternativas plausíveis para melhorar a qualidade de seus recursos para o desenvolvimento dos produtos, fazendo com que as suas ações afetem minimamente os aspectos relacionados ao meio ambiente, configurando assim,

imagem positiva perante seus clientes, fornecedores, comunidade, etc.

"A Responsabilidade Ambiental surgiu com a percepção de que os recursos naturais podem se esgotar com a ação predadora do homem" (ADMINISTRADORES, 2009), ou seja, este conceito foi elaborado a partir do momento que ocorreram terríveis acidentes industriais, onde populações foram mortas, além da degradação dos recursos naturais que serviam de matéria-prima para as empresas.

Percebe-se, portanto, que as empresas hoje têm grande responsabilidade na preservação ambiental, pois além de terem condição de promoverem a preservação e melhoria do meio onde estão inseridas, também são responsáveis em disponibilizar produtos e serviços que poderão fazer com que os consumidores tenham consciência e valorizem a disseminação de idéias ambientalmente corretas.

3.2 Breve histórico: Política Ambiental no Brasil.

No Brasil, as estratégias adotadas desde os anos 50, com relação ao meio ambiente, assumem a característica que privilegia o crescimento econômico rápido mediante a modernização acelerada das organizações.

Segundo Donaire (1999) "nos últimos quarenta anos a política ambiental brasileira nasceu e se desenvolveu como grande resultado de ações e movimentos sociais locais e de pressão vinda de outros países". Durante o período do pós-guerra até o ano de 1972 na conferência de Estocolmo, ainda não existia um conceito de política ambiental, mas sim políticas que conscientizavam as questões

ambientais.

A preocupação com a poluição ambiental inspirada pela 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente proporcionou o começo de uma nova fase no Brasil, onde se manifesta explicitamente problemas de ordem ambientalista.

Segundo Seiffert (2005)

"como consequência a esse período fica evidente a posição sustentada pelo Brasil na conferência de que a preocupação com o meio ambiente ficaria em segundo plano e não prioritário para os países em ascensão econômica e nem mesmo para os próprios brasileiros".

Diante desse acontecimento, o governo brasileiro lançou um plano nacional de desenvolvimento para o período de 1975/79 que definiria através de normas um controle mais eficaz da poluição e suas consequências.

Apesar dos avanços e a adoção da política ambiental, o Brasil está longe ainda de resolver seus problemas ambientais já que os níveis de degradação, poluição e desmatamento ainda são muito elevados.

Sendo assim, o primeiro passo para a implantação da responsabilidade ambiental dentro de uma organização, é constituído de políticas que visam estabelecer os propósitos, objetivos e as metas para que todos estejam integrados com as ações propostas pela empresa com relação à preservação ambiental.

Enfim, a política ambiental se faz de diversos modos, tanto na esfera local, estadual, regional, nacional, continental e mundial, ou seja, a empresa é uma das grandes responsáveis em conscientizar todos para ações conjun-

tas que possibilitem resultados positivos para a natureza, sociedade e para a própria organização.

4. A importância da Responsabilidade Ambiental dentro das organizações.

Hoje as organizações devem ser responsáveis ao ponto de se pensar primeiramente nas consequências de suas ações para com o meio ambiente, tendo em vista que os resultados sejam eles positivos ou negativos, trarão retornos que fará com ela permaneça ou seja extinta do mercado.

A iniciativa privada, com ou sem a parceria do Estado, devem criar projetos sociais que tenham como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, diminuindo a desigualdade social e atraindo para si, a atenção dos clientes, fornecedores e investidores. Mas para que isso aconteça, tomou-se importante para preservação a valorização do colaborador como parte integrante da empresa e do processo de responsabilidade ambiental, bem como a preocupação em criar medidas que assegurem sua qualidade de vida dentro da organização, ou seja, a empresa tem que fazer com que o funcionário esteja ciente de que ele é parte importante para as questões ligadas a ações ambientalmente corretas, além de dar condições adequadas de trabalho, pois a responsabilidade começa por este caminho.

Sendo assim, ao se pensar na maximização dos lucros deve-se observar o quanto isso pode se tornar prejudicial para o meio ambiente caso a empresa não tenha consciência de que tem que devolver para a natureza tudo o que ela ofereceu para o seu crescimento e desenvolvimento no meio empresarial.

Portanto, destaca-se de suma

importância que a empresa implemente estratégias de responsabilidade ambiental, pois isso fará com que elas sejam vistas de maneira positiva, garantindo assim a consolidação de sua imagem e de seus produtos junto ao mercado consumidor.

5. Considerações finais

Ao analisar as informações obtidas para a elaboração deste trabalho, percebe-se a importância de se ter ações condizentes que visem à preservação ambiental por parte dos indivíduos e principalmente por parte das organizações, tendo em vista que os seus processos caso não sejam realizados de maneira eficiente e eficaz poderão perpetuar a destruição do meio ambiente.

Hoje, os consumidores estão cada vez mais exigentes no que diz respeito ao ato de compra, inclusive no que tange a responsabilidade social e ambiental das organizações, e isso tem feito com as empresas mudem a sua postura com relação as suas atitudes perante a comunidade, onde estão inseridas.

Sendo assim, destaca-se de fundamental importância que as empresas proponham ações que visem à preservação ambiental do planeta, pois ela tem que ter consciência de que deverão devolver para a natureza tudo que retirou dela para o seu desenvolvimento e, agindo, assim, transmitirá uma imagem positiva para seus clientes.

Portanto, se cada um fizer a sua parte será possível minimizar os prejuízos que a humanidade tem causado à natureza, pois não adianta falar é necessário praticar. E praticando os resultados serão positivos para todos: empresa, colaboradores, acionistas, comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica: teoria e prática**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Axel Books, 2004.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Responsabilidade Social e Ambiental. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/responsabilidade_social_e_ambiental/22264/>. Acesso em: 24 nov. 2009.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 Sistema de gestão ambiental: Implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2005.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otavio Bernardes. **Gestão sócio ambiental: Estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TOBIAS, José Antonio. **Como fazer sua pesquisa**. São Paulo: AM Edições, 1992.

ORÇAMENTO PÚBLICO: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO

Fabrizio Pereira dos Santos
José Ronaldo Pereira Lacerda
Orientadora Profª. Eliane Vargas
Garcia de Oliveira
FIU – Faculdades Integradas
Urubupungá - Pereira Barreto/SP

RESUMO: O presente artigo objetivou analisar a relevância do orçamento como instrumento da gestão pública, onde e quando se possibilita o acréscimo de sua eficiência e a identificação imediata de distorções que possam gerar problemas aos gestores públicos, como premissas a serem observadas na concepção e execução das leis orçamentárias.

PALAVRAS-CHAVES: Orçamento, Público, Planejamento, Gestão.

1. Introdução

Esta pesquisa bibliográfica objetivou analisar a relevância do orçamento como instrumento da gestão pública demonstrando o impacto das informações contábeis nessas gestões, onde e quando se possibilita o acréscimo de sua eficiência e a identificação imediata de distorções que podem gerar problemas aos gestores públicos.

[...] com a chegada da Lei Complementar nº. 101/2000, o orçamento ganhou mais força com a implementação do orçamento-programa, integrado aos sistemas de contabilidade pública. Em direito administrativo, o orçamento público é uma ação administrativa através do qual o Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo a realizar determinada despesa pública. ALVES (2003: p. 109).

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal o orçamento pode ser um poderoso instrumento de distribuição de renda como a oferta de educação, saúde, transporte público, entre outros, mas como instrumento indispensável com relação ao apoio à gestão administrativa e financeira, destacando a importância em demonstrar o orçamento não somente como uma mera peça contábil, mas também como ferramenta de controle, fiscalização e monitoramento por parte da sociedade e dos órgãos internos e externos de fiscalização correta a aplicação dos recursos públicos, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/2000), que traz em seu bojo, novas exigências

objetivando a um melhor controle sobre os gastos públicos.

[...] o orçamento é o instrumento legal que deve integrar todo o processo administrativo e financeiro, direcionando a alocação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, para as grandes ações do Governo de forma planejada e integrada, quer seja na manutenção das atividades, quer seja na execução dos projetos para atender as necessidades públicas. KOHAMA (2000: p. 38).

Ao analisar o orçamento público como instrumento de planejamento nas tomadas de decisões na gestão municipal, é indispensável avaliar a importância do orçamento público como instrumento de controle das finanças, avaliar a utilização do orçamento nas tomadas de decisões da gestão, a fim de cumprir com sua finalidade maior que é de corresponder as necessidades públicas com eficiência e eficácia.

2. Orçamento Público

Conforme exposto na Lei na 4.320/64, O Orçamento Público é o planejamento feito pela

Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio do planejamento das receitas a serem obtidas e pelos gastos a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade.

O orçamento é um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz, em termos financeiros, para determinado período, os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de modo a assegurar a contínua e oportuna liberação desses recursos.

[...] no entanto o mais viável seria ver o orçamento público como um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve efetuar em um exercício são um instrumento da moderna administração pública. Dentro deste orçamento público geral devemos citar que, para efetuar a estimativa da receita, devem ser levados em consideração alguns fatores de suma importância como: aumento da população; variação de preços de mercado; mudança na política tributária; alterações de alíquotas; uma maior eficiência na cobrança de contribuintes negligentes e intensificação na fiscalização. ANGÉLICO (1996: p. 45).

O orçamento anual de custeio visa à manutenção dos bens e serviços de competên-

cia do Poder Público que são de benefícios para a população, temos como exemplo a manutenção de vias públicas urbanas e rurais, máquinas e equipamentos, materiais de consumo e parte geral de recursos humanos, etc.

O orçamento público é uma das primeiras ferramentas de planejamento sendo o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização, e quando bem elaborado, transforma-se em instrumento de planejamento, deixando de ser apenas formalidade legal. Como reflexo de tal afirmação, o orçamento evoluiu para aliar-se ao planejamento, surgindo o orçamento-programa como especialização.

Através dessa conceitualização, é possível definir o orçamento público como uma tradução financeira de um plano de ação. No processo de planejamento, cada fase de decisão de natureza política corresponde a uma fase de natureza financeira. O processo de confecção da peça orçamentária representa a elaboração de um plano de trabalho que articula e organiza um vasto conjunto de ações em diversos setores pelo período de um ano. Esse planejamento é onde o gestor depositará suas intenções, buscando a realização das suas ações e programas de governo, e para concretização dessas ações e programas faz-se necessário o profundo conhecimento das receitas que serão arrecadadas.

3. PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO

O planejamento municipal tem a função de pensar a curto, médio e longo prazo e compatibilizar as políticas setoriais e as intervenções pontuais com os objetivos ali estabelecidos. Dentro desta perspectiva, caberia ao planejamento a tarefa de realizar estudos e pesquisas que forneçam subsídios para a formulação de políticas, bem como para análises do seu impacto sobre a estrutura urbana. Tais reflexos permitiram avaliar os benefícios potenciais destas políticas, focando alguns efeitos perversos que possam vir a produzir os obstáculos que cercam a implementação.

"o planejamento é entendido como um processo racional para definirem objetivos e determinar os meios para alcançá-los, escolhendo as alternativas prioritárias e compatibilizando-as com os meios disponíveis para colocá-las em execução". PISCITELLI (2002 p. 62).

O planejamento está ligado ao controle, onde a Administração Pública embasa a gestão pública, as peças de planejamento e a contabilidade, o controle interno na administração pública e ao atendimento às normas legais. Certamente não há sentido em estabelecer formas de controlar a sua execução e em casos como desvio, executar ações de alinhamento ao objetivo e estabelecer os ajustes que a realidade impõe, ao longo do tempo.

Pode-se verificar que na administração pública, o planejamento passa por métodos rotineiros e específicos a fim de proporcionar ações que possam dar condições de atingir determinados objetivos. Sendo assim, é um dos instrumentos que mais se destacaram e se consolidaram como diferencial da administração informal, pautando o profissionalismo e a conformidade legal.

4. O SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

O Sistema orçamentário é composto de:

- a) Plano Plurianual;
- b) Lei das Diretrizes Orçamentárias; e
- c) Lei do Orçamento anual.

A) – Plano Plurianual – PPA

O PPA é uma peça de planejamento estratégico orientada para um período de quatro anos. Todas as previsões constantes no PPA estão distribuídas por funções, subfunções e programas, onde o plano plurianual estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública.

Esses órgãos de planejamento elaboram esses estudos e definem os novos investimentos, estabelecem seus graus de prioridade; fazem os projetos, orçam os custos, traçam os cronogramas físicos e financeiros e prevêm as épocas de início de cada programa.

[...] A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. E nenhum investimento cuja execução ultrapasse em exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. KOHAMA (2000: p. 72).

O § 1º do artigo 165 da Constituição Federal preceitua que [...] a lei que institui o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas de correntes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Em síntese, o plano plurianual é lei meramente formal, consubstanciando-se em mera orientação, que deve ser observada pelo Executivo, mas que não vincula o Legislativo quando da feitura da lei orçamentária. O plano plurianual deve conter a previsão das despesas de capital, compreendendo-se aí: as despesas de investimentos (dotações para o planejamento e execução de obras), as inversões financeiras (dotações destinadas à compra de imóveis, ou de bens de capital) e as transferências de capital (dotações destinadas à amortização da dívida pública), artigo 12, §§ 4º, 5º e 6º da Lei nº 4.320/64.

B) - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

A LDO é uma peça do sistema de planejamento que, a partir dos programas e das determinações do PPA, dispõe sobre um conjunto de elementos que, necessariamente, deve ser observado quando da elaboração do orçamento anual: (I) metas e prioridades da administração pública, (II) despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, (III) alterações na legislação tributária, (IV) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, (V) equilíbrio entre receitas e despesas, (VI) critério e forma de limitação de empenho, (VII) controle de custo, (VIII) avaliação de resultados.

A LDO tem a finalidade principal orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual - LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA.

A lei de diretrizes orçamentárias é, em suma, um planejamento prévio, fundamentado em análises sócio-econômicas, para posterior estudo e elaboração do Executivo, do Legislativo (Constituição Federal, arts 51, IV e 52, XIII), do Judiciário (Constituição Federal, art. 99 § 1º) e do Ministério Público (Constituição Federal, art. 127, § 3º).

Convém esclarecer, que a lei de diretrizes orçamentárias, ao dispor sobre alterações na

legislação tributária, acarrete aumento ou diminuição na arrecadação, abrangendo isenções e incentivos fiscais em geral, vindos antes da sua vigência, razão pela qual, caso a lei isentiva entrasse em vigor no curso do exercício financeiro em execução, resulta em situação de irreversível desequilíbrio orçamentário.

C) - Lei Orçamentária Anual - LOA

A LOA é um documento que formaliza o conjunto de decisões políticas relativas às fontes dos recursos repassados ao setor governamental e às aplicações dos mesmos em bens e serviços, cujo destino final deve ser a satisfação do interesse público. Em tese, é um documento que expressa as escolhas públicas realizadas por um determinado grupo social em relação a quanto estão dispostos a pagarem para dispor da cesta de bens requerida junto ao governo.

O orçamento anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO. O orçamento é um processo contínuo dinâmico e flexível, que traduz, em termos financeiros, os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos. Na LOA serão compreendidas todas as despesas e todas as receitas do Estado, inclusive as de operações de créditos autorizados em lei, com exceção das emis-

sões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro; é o princípio da universalidade.

"A lei que aprova a receita orçamentária não pode conter matéria estranha ao orçamento; isso significa que a lei orçamentária não disporá sobre assunto que não se relacione estritamente com o orçamento..."ANGÉLICO (1996: p. 82).

Finalizando, podemos dizer que a lei dos orçamentos é o instrumento utilizado para a conseqüente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados, visando ao melhor atendimento e bem-estar da coletividade.

5. Conclusão

A questão orçamentária, no Brasil, reveste-se de grande relevância. Sem dúvida, o assunto ganhou ainda maior importância notadamente com a chegada da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veio restringir sobremaneira os gastos públicos indevidos e ilegítimos no interesse da coisa pública.

Por meio do levantamento bibliográfico, constatou-se que o Orçamento Público constitui-se numa ferramenta para auxiliar uma administração pública coerente, responsável e transparente que deve priorizar o planejamento como um esboço dos objetivos da administração, como meio para alimentar a execução e permitir o controle

do que se busca.

O planejamento da gestão pública coloca o administrador no caminho gerencial e na direção definida pelas leis em cumprimento da responsabilidade social depositada sobre as entidades públicas, quando a boa contabilidade comprová todas suas previsões e realizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8.ed.-São Paulo:Atlas,1996.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2000.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 7.ed. ver., ampliada e atualizada- São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, J. Teixeira. **A Lei de Responsabilidade Fiscal**

MACHADO, J. Teixeira. **Lei 4.320/64**

ALVES, Benedito Antônio. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e Anotada**.

http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/PPA/Elaboracao:PL: Acessado dia 04/11/2009.

AUTOMAÇÃO COMERCIAL, UM PROCESSO IRREVERSÍVEL NO SETOR VAREJISTA

Fabrcio Pereira dos Santos (FIU)
José Ronaldo Pereira Lacerda
(FIU)
Professora: Silvia Barbosa de
Melo (FIU)

RESUMO: A automação comercial chegou para ficar, é um processo irreversível, e esta é uma certeza que se encontra apoiada às constantes mudanças de paradigmas e evolução das tecnologias. O objetivo deste estudo é elucidar o que é automação comercial, seus benefícios, algumas tecnologias associadas a mesma, e também relacionar alguns pontos importantes a serem avaliados no processo de automatização de uma empresa, visando contribuir com informações para que o setor varejista mantenha-se viável e lucrativo, bem como enfatizar sobre as exigências a serem cumpridas, não somente as impostas pelos legisladores, mas principalmente as vitais para poder continuar contando com a peça chave de seus negócios, o CLIENTE.

PALAVRAS CHAVE: Automação comercial; Tecnologia; Mudança.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o setor varejista passou por muitas mudanças de paradigma, principalmente, em relação aos processos operacionais da organização. Tarefas até então consideradas rotineiras como precificação de produtos, logística, controle de estoques, relacionamento com clientes e fornecedores entre outras, passaram a ocupar papéis de suma importância dentro das empresas.

O crescente aumento da competitividade e as mudanças de hábitos dos consumidores, foram fatores fundamentais que forçaram mudanças significativas no setor, que foi obrigado a reduzir custos, agilizar o atendimento, conhecer melhor seus consumidores para sobreviver e se manter competitivo no mercado.

Novas técnicas eram necessárias para gerenciar, tratar informações e tomar decisões com base nas mesmas. Foi então, que empresas do setor, passaram a fazer uso de computadores equipados com programas de automação, para

auxiliar e acelerar estes processos, dando início a automação comercial.

2. Automação comercial

Segundo EAN (2006), "automação consiste na informatização de todas as operações internas da empresa, bem como a integração desses processos internos com o mundo externo (fornecedores, bancos, serviços de proteção ao crédito, operadoras de cartão de crédito etc.) e, até mesmo, com os consumidores".

Também é importante ressaltar que, nos dias de hoje os preços de equipamentos e sistemas para automação, são bem menores que os praticados há cinco, dez anos ou mais, sendo assim, acessíveis as micro e pequenas empresas que podem usufruir dos benefícios da automação.

"A redução no tempo de atendimento ao cliente, segurança e rapidez na liberação de cheques e cartões de crédito, negociação de preços ou prazos com os fornecedores, agilidade na devolução e troca de

produtos, redução de erros por conta da captação, processamento e uso de informações confiáveis e baratas e eliminação de transcrições", ADDMARK (2006), são alguns dos benefícios gerados com o emprego da automação comercial.

3. Como automatizar?

Para que o processo de automação seja bem sucedido, é importante que se faça um projeto minucioso para um levantamento de tudo o que deverá ser feito na empresa, como, quando e por quem será realizado, a fim de atingir os objetivos desejados. Recomenda-se dividir este projeto em três fases: Planejamento, Preparação e Implantação.

3.1 Planejamento

Como em outras atividades empresariais, o planejamento é um fator determinante de sucesso ou fracasso do processo de automação. É, nesta fase, que se identifica as tarefas que serão automatizadas, os objetivos, recursos, funcionários envolvidos, enfim, todas as informações necessárias para execução do processo.

3.2 Preparação

Nesta fase, é importante obter ajuda especializada, visto que será necessário definir os equipamentos, os programas aplicativos e possíveis alterações no leiaute da empre-

sa.

Os equipamentos adquiridos devem ser compatíveis com as exigências do programa aplicativo que será instalado, levando-se em conta um determinado período em anos que estes deverão ser utilizados antes de serem substituídos, este cuidado é para que não se tornem obsoletos muito rapidamente em função de subdimensionamento, por outro lado, o super dimensionamento também não é interessante tendo em vista que os equipamentos serão sub utilizados em razão do investimento realizado.

Para LAUDON (2005, p. 201), "Software aplicativo é aquele voltado a executar as tarefas dos usuários finais.", este software aplicativo, ou programa aplicativo no caso da automação, é uma peça fundamental do processo. Não adianta adquirir equipamentos de última geração, se o programa não for capaz de atender às necessidades levantadas, anteriormente.

Em relação ao programa, pode-se contratar uma empresa para desenvolver o programa ou mesmo adquirir um pacote pronto.

A primeira opção seria a solução ideal, visto que seria desenvolvido o programa com base nas necessidades específicas da empresa, mas o seu custo é elevado, já os pacotes prontos, possuem preços acessíveis, e também podem atender aos anseios da empresa na maioria dos casos. Independente da opção escolhida, é importante levar em conta o fornecedor do programa, a experiência do mesmo, idoneidade e refe-

rências. Verifique a forma de assistência, treinamento, continuidade e evolução que este fornecedor lhe oferece.

3.3 Implantação

Depois de adquiridos equipamentos e o programa, chegou a hora da implantação. O sucesso desta fase depende do bom andamento das fases anteriores.

A instalação dos equipamentos é um dos primeiros passos. Contratar uma empresa para passar os cabos, realizar configurações de rede, é uma decisão recomendada.

O próximo passo é a implantação e configuração do próprio programa aplicativo. O nível de dificuldade desta tarefa irá depender exclusivamente da complexidade do mesmo. Em alguns casos, deverá ser realizada por um profissional da empresa fornecedora, e, em outros casos um funcionário com algum conhecimento técnico já será o suficiente.

Depois de implantado o programa, é hora de iniciar o uso do mesmo. Um bom treinamento dos funcionários é importantíssimo, pois o programa será operado por eles. Dedicar um tempo razoável em treinamento, agora, significará economia de tempo no futuro, além disso, os clientes serão atendidos com maior agilidade, transmitindo assim uma imagem de empresa moderna. Por outro lado, os próprios funcionários percebem que está havendo investimento no seu aprimoramento profissional, sentir-se-ão valorizados e motivados, e isto resultará em maior produtividade.

de para a empresa.

4. Algumas tecnologias envolvidas na automação

Várias tecnologias surgiram desde o início da era da automação. Muitas delas estão de certa forma ligadas diretamente, e principalmente a automação comercial, porém três delas fazem parte do convívio diário das pessoas, e serão tratadas a seguir, são elas: Códigos de barras, ECF e TEF

4.1 Código de barras

O aparecimento dos códigos de barras nos supermercados ocorreu por volta do ano de 1988. Trata-se basicamente de um conjunto de barras normalmente pretas e brancas, representando números 0 (zero) e 1 (um), formando uma combinação que um leitor óptico é capaz de decodificar.

Esta codificação atende um padrão universal. No Brasil é utilizado o padrão EAN cujo órgão gestor é a EAN - Brasil.

Cada fornecedor possui seu código registrado na EAN - Brasil, e no código constam informações do país origem do produto, do fabricante e do produto em si, sendo o código de barras EAN-13 o padrão brasileiro, formado por 13 dígitos respectivamente 789 EEEEE PPP D onde, 789 - representa o país origem do produto, no caso do 789 o Brasil, EEEEE - identifica o fabricante, PPP - referência ao produto do fabricante e D - dígito verificador obtido por meio de cálculo

algorítmico.

Ao contrário do que a maior parte das pessoas pensa, a descrição do produto, preço e outras informações do mesmo, não estão contidas no código de barras. Ocorre que, através do sistema de automação comercial, o código de barras é associado a todas as demais informações do produto, tais como a descrição, preço, imposto, foto, e outras, bastando ao sistema localizar no banco de dados dos produtos cadastrados o código que foi lido para ter acesso às demais informações do mesmo.

Os leitores de código de barras podem ser fixos ou manuais, e são basicamente emissores de luz (laser ou mesmo diodos emissores de luz - LEDs), o seu funcionamento baseia-se na emissão de luz sobre o conjunto de barras, e, imediatamente, capturam o reflexo, decodificando o código através da largura das barras, e, após isto, enviam a informação através de cabo para o computador.

Esta tecnologia exerceu grande impacto no ponto de vista dos consumidores, que observaram confiabilidade nas operações realizadas, agilidade no atendimento, possibilidade de conferência dos produtos adquiridos através da descrição entre outras.

4.2 ECF - Emissor de Cupom Fiscal

Segundo ADDMARK (2006), "ECF - Emissor de Cupom Fiscal: É o equipamento de automação comercial com ca-

pacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes às operações de circulação de mercadorias ou a prestações de serviços.", em 1994 o governo federal verificando que, a informatização do processo de arrecadação de impostos, acarretaria enormes vantagens em termos de velocidade, e uma forma de inibir a sonegação entre outras, instituiu através do convênio 156/94 o uso do ECF, em substituição à emissão de nota fiscal de venda ao consumidor, para algumas empresas de acordo com o faturamento das mesmas.

Basicamente são equipamentos com capacidade de emitir cupom fiscal, bem como outros documentos de natureza fiscal, os quais possuem memória interna, esta denominada memória fiscal não volátil (não perde as informações contidas em caso de falta de energia), que possui capacidade de armazenar no mínimo 5 anos (1825 dias de movimento de vendas) de informações de interesse do fisco tais como: venda bruta, montante de impostos e outras.

Ano após ano novas empresas devido ao aumento do faturamento, entram na obrigatoriedade de utilizar o ECF. Acredita-se que no futuro todas as empresas, independente do seu porte, devam adotar o uso do ECF.

4.3 TEF - Transferência Eletrônica de Fundos

De acordo com O'BRIEN (2004, p. 252), "Os sistemas de TEF empregam diversas tecnologias de informação para

captar e processar o dinheiro e as transferências de crédito entre os bancos e as empresas e seus clientes.", desta forma, a Transferência Eletrônica de Fundos ou simplesmente TEF, é uma solução que foi desenvolvida, para que as empresas que aceitam pagamentos através de cartões de crédito ou débito realizem a operação de forma on-line, dispensando assim o uso das listas de cartões bloqueados ou mesmo do pedido de autorização via telefone.

O governo, através do convênio ECF 01/98, estabeleceu a obrigatoriedade das empresas usuárias de ECF, a integrarem as operações de vendas com pagamento, através de cartões de crédito e débito ao ECF, esta integração se conclui pela implantação do TEF. Desta forma a emissão do comprovante de pagamento, passa a ser realizada pelo ECF e não mais pelas maquinetas decalcadoras ou pelos POS's (point of sale) como eram feitos, anteriormente.

5. Considerações finais

Este estudo visou esclarecer algumas tecnologias tão comuns, e, ao mesmo tempo tão desconhecidas, bem como mostrar a importância da automação comercial como ferramenta, para que as empresas do setor varejista mantenham-se neste mercado tão competitivo. Vale lembrar que não se trata mais de um diferencial, mas sim de um item praticamente obrigatório para as empresas que buscam ser competitivas e lucrativas.

É possível verificar que, fazendo parte ativa ou não do setor varejista, todos estão de alguma forma ligados à automação comercial, ela já é parte atuante de nossas vidas.

Os empresários devem estar cientes de que o mercado não terá mais vagas para empresas meio atualizadas. Os próprios consumidores estão fazendo o papel de seletores, escolhendo através de sua preferência de compra as empresas que merecem permanecer no mercado.

Novas tecnologias e meios de controle surgem a cada dia, mudar deixou de ser uma opção e passou a ser uma necessidade.

É questão de mudar para sobreviver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDMARK Tecnologia em Automação Disponível em : <http://www.addmark.com.br/paginas.php?q=informacoes_faq&imprimir=1#8> acesso em : 26 set. 2006.

AUTOMAÇÃO COMERCIAL - UM FORTE ALIADO DO COMÉRCIO. Administração AFRAC. Disponível em : <<http://www.forumweb.com.br/foruns/lofiversion/index.php/t30570.html>>. Acesso em : 26 set. 2006

CARTILHA DE AUTO-MAÇÃO COMERCIAL. Como automatizar - Tudo sobre automação comercial. Disponível em : <<http://www.comoautomatizar.com.br/cartilha1.php>>. Acesso em : 26 set. 2006

CONVÊNIO ECF 01/98. Disponível em : <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ECF/1998/CVECF001_98.htm>. Acesso em : 26 set. 2006

CONVÊNIO ICMS 156/94. Disponível em : <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/ecf/files/cv15694.zip>>. Acesso em : 26 set. 2006

EAN do Brasil. Disponível em : <<http://www.eanbrasil.org.br/main.jsp?lumPagId=FF8080810CB59FEC010CB6337AE33F5D&lumil=FF8080810CB59FEC010CB63C666D452D&itemId=349AA757D-EFA46B0893F7DFA8057D7E3>>. Acesso em : 26 set. 2006

Disponível em : <<http://www.eanbrasil.org.br/main.jsp?lumPagId=FF8080810CB59FEC010CB6337AE33F5D&lumil=FF8080810CB59FEC010CB63C666D452D&itemId=EB6DB39B11934D54AACCC84897AF8747E>>. Acesso em : 26 set. 2006

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais : Administrando a empresa digital.** 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

MEMOCONTA Engenharia de Automação Disponível em : <<http://www.memoconta.com.br/automacao.htm>>. Acesso em : 26 set. 2006

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões na era da internet.** 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

ZIMBROS Automação Comercial Disponível em : <<http://www.zimbros.com.br/autocom.htm>>. Acesso em : 26 set. 2006

O PROFISSIONAL DA ÁREA FISCAL

Ademir da Silva
João Paulo Cardoso Correa
Tiago Adorno de Abreu

Alunos do 4ºano / Ciências
Contábeis

Orientador: Profª Ademir da Silva

Resumo

Diante da complexidade da legislação tributário-fiscal e por ser o Brasil um país aliado a uma altíssima carga tributária, ressalta-se a importância do setor de escrituração fiscal dentro do departamento contábil das organizações, que requer profissionais treinados, onde seu principal objetivo é atender às exigências e normas fiscais. Outro aspecto avaliado é a relação com o fisco (federal, estadual e municipal), auditoria contábil e tributária, clientes interno-externos e fornecedores. Destaca-se a importância de se ter um profissional capacitado no cenário empresarial moderno, principalmente neste setor de elevada responsabilidade, pois o mesmo está totalmente ligado a toda a tributação da organização, identificando o principal retorno gerado na área fiscal e, ao mesmo tempo, a todas possíveis perdas oriundas que são abrangidas pela falta do conhecimento por parte deste profissional.

Palavras-chaves: Profissional, Contábil, Fiscal.

1. Introdução

O profissional da área fiscal é hoje uma peça chave dentro da organização em que atua. Ligado aos setores contábil e financeiro, ele também atua em outros departamentos, como por exemplo, jurídico, estoques, expedição, logística, almoxarifado, diretoria. Daí, a importância mais do que comprovada deste profissional na organização.

Mas não limitado somente a isso. Como já dissemos anteriormente, ele atua em um campo vasto no mercado atual, e este presente também em setores externos. Tem sua atuação externa voltada principalmente para o fisco (federal, estadual e municipal), mas também para auditorias (tributária e contábil), fornecedores e clientes.

Juntando todas estas atribuições, temos o profissional da área fiscal. Trabalhando lado a lado com toda a equipe organizacional, ajudando a manter a idoneidade da organização e, conseqüentemente gerando ganhos para a sua empresa.

1.1 Metodologia

Segundo Fachin (2006, p. 29) "o método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita pla-

nejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados", é a escolha dos procedimentos metodológicos para a elaboração de um trabalho.

Este artigo utiliza a pesquisa bibliográfica, que, para Gil (1999), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.

Fachin (2006, p. 122) "entende-se por levantamento bibliográfico todas as obras escritas, bem como a matéria constituída por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente pelo leitor".

Neste estudo, foram utilizados materiais existentes sobre contabilidade, como livros, periódicos e artigos extraídos de sites especializados no assunto buscando apresentar algumas considerações acerca do profissional contábil da área fiscal.

2 Atuações da Área Fiscal

Para explicar melhor, vamos falar sobre algumas atribuições de origem interna e externa do profissional da área fiscal.

2.1 Origem Interna:

Internamente, uma de suas principais atribuições é a análise tributária. Ele precisa estar sempre atenta a toda e qualquer

mudança na legislação vigente.

Segundo Bonavides, (2000, p. 16)

"(...)A planificação e o desenvolvimento das referidas atribuições pressupõe a estruturação de uma equipe técnica integrada de profissionais familiarizados com a legislação fiscal, com as manifestações jurisprudenciais pertinentes e com o entendimento articulado em trabalhos doutrinários de autoria de juristas e consultores tributários de primeira linha".

Na conferência dos livros; os créditos e débitos devem estar cuidadosamente muito bem informados, pois isso gera compensações que podem gerar lucros. Multas e juros são atribuídos quando esta conferência não está totalmente confiável, e isso transforma lucros em prejuízos. É preciso ter conhecimento para auxiliar os demais setores. Os setores de recepção e emissão dos documentos fiscais, setor de compras, setor de expedição, de faturamento, e muitos outros que estão debaixo da fiscalização. A legislação sofre modificações a todo o momento, daí a necessidade do setor fiscal estar atualizado, pois dele procede todo o suporte necessário para estas áreas.

Outras atribuições deste profissional são as entregas das declarações junto aos respectivos órgãos, federais, estaduais ou municipais. Declarações que são estipuladas com prazos, e com regras previamente definidas. Informações que são transmitidas ao fisco com prazo determinado, diária, semanal, quinzenal, mensal, trimestral, semestral ou anual.

Para toda a declaração existe um prazo que deve ser respeitado. E, assim, como nos tributos onde existem prejuízos com multas e juros, as declarações também tem suas sanções no não cumprimento dos prazos.

Escrituração e conferência dos livros fiscais, registro de vendas e de compras, bem como os impostos que foram creditados ou debitados, devem estar escriturados em seus respectivos livros, para apresentação quando solicitado. Por isso, a importância de se conhecer a tributação vigente, é preciso estar sempre atento a qualquer tipo de mudança. Livros que são entregues com falhas na escrituração, geram multas, transtornos que tornam o trabalho muitas vezes inoperante, sem dar resultados.

2.1.1 Declarações e Escrituração Fiscal

2.1.1.1 Escrituração Fiscal

Os livros fiscais, como já destacados anteriormente, são informações físicas, de compra e venda de materiais e serviços e informações sobre os impostos destacados nas notas fiscais. Como já dissemos também, é preciso uma conferência bem aprimorada nestes livros.

"O contribuinte do ICMS/IPI deverá manter, em cada estabelecimento, conforme as operações ou prestações que realizar os livros fiscais".

Fonte: (art. 51, Convênio SINIEF s/nº, de 15.12.70, art. 63, e Convênio SINIEF 6/89, art. 87).

Registro de Entradas

O registro de entradas contém todas as informações sobre as compras de produtos e serviços efetuados no período. Neste registro é importante observar os dados do fornecedor, como CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), Inscrição Estadual, Razão Social correta, data de emissão da nota fiscal, o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de entrada (início dos códigos de entrada 1, 2 e 3) que trata do tipo de operação efetuada (compra de produtos para uso e consumo, compra de produtos para industrialização, compra de imobilizados, etc.). É importante analisar a linha de ICMS e IPI, o ICMS não se agrega ao produto, portanto não deve ser somado, e o IPI se agrega ao produto, e por isso faz parte dos valores na linha do IPI.

Registro de Saídas

O registro de saída contém todas as informações das vendas, saídas para terceiros, serviços prestados, efetuados no período. Neste registro assim como no de entradas, é importante a observação dos dados do cliente, como CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), Inscrição Estadual, Razão Social correta, data de emissão da nota fiscal, o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de saída (início dos códigos de saída 5, 6 e 7) que tratam do tipo de operação efetuada (venda de produtos industrializados, venda de produtos recebidos de terceiros, venda de imobilizado, ven-

da para entrega futura, etc.). Para cada tipo de venda, existe um código de operação (CFOP). É importante analisar a linha de ICMS e IPI, o ICMS não se agrega ao produto, o IPI se agrega ao produto.

Registro de Apuração do ICMS

O livro de apuração do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) destaca toda a operação de crédito e débito do ICMS nas compras e vendas de produtos no período. Este registro auxilia o analista fiscal na apuração do imposto, se vai ser preciso ou não recolher o ICMS devido, ou em caso de valor positivo o aproveitamento deste imposto em meses posteriores.

Registro de Apuração do IPI

O livro de apuração do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), assim como o de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) também destaca o imposto que foi apurado no período. Da mesma forma auxilia o analista na apuração do imposto, se vai ser preciso ou não o recolhimento do IPI devido, ou em caso de valores positivos, o aproveitamento deste imposto para meses posteriores.

2.1.1.2 Declarações / Preparo, Prazos, Multas e Finalidade

Existem vários tipos de declarações que o setor fiscal precisa preparar para envio ao fisco. Informações de faturamento, de créditos, débitos, de apuração de impostos, etc. Formatos que são criados

pelo próprio fisco, através de programas, planilhas, arquivos TXT, que devem ser passados respeitando os prazos e condições impostas.

A preparação destas informações é fixada de acordo com o modelo da declaração. É muito importante uma conferência analítica dos dados que serão lançados nas declarações. Para isso o profissional da área fiscal precisa que todos os controles internos sejam confiáveis e dêem segurança para o envio. Uma boa maneira é manter sempre atualizados os controles, alimentando periodicamente. Isso facilita uma conferência final no momento da transmissão.

Parte importante das declarações são os prazos e as penalidades que também são colocados pelo fisco. Prazos para serem seguidos e multas quando estes prazos não são seguidos. A agenda de obrigações é uma grande ajuda do profissional da área fiscal, pois ela informa os prazos e as obrigações conforme as datas. Esta agenda pode ser encontrada no site da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br), e é de onde surgem a maior parte das obrigações.

Quanto as declarações, mostraremos algumas de origem federal. Falaremos sobre as informações nelas inseridas, as finalidades, os prazos e as penalidades para o não cumprimento.

GIA/ICMS (Guia do Imposto Arrecadado - Imposto de Circulação Sobre Mercadorias e Serviços)

A GIA/ICMS é uma declaração mensal onde as informa-

ções se refletem nos lançamentos efetuados no registro de ICMS e tem por finalidade demonstrar o ICMS apurado no período, assim como outras informações econômico-fiscal. A GIA/ICMS deve conter especialmente as informações de ICMS dentro e fora do estado, bem como as operações de exportação.

OPERAÇÕES PRÓPRIAS - Informações relativas à apuração do ICMS das operações de compras e vendas realizadas dentro do estado do estabelecimento.

OPERAÇÕES INTERESTADUAIS - Informações relativas às operações de circulação de mercadorias e/ou aquisições ou prestações de serviços fora do estado do estabelecimento.

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS - Operações realizadas fora do país do estabelecimento.

O programa é encontrado no site do Posto Fiscal Eletrônico (www.pfe.gov.br) e deve ser atualizado quando existirem atualizações, no próprio site. A GIA/ICMS pode ser preparada por qualquer representante da empresa e deve ser obrigatoriamente, enviada pela internet (www.pfe.gov.br), através de um arquivo gerado pelo sistema da Nova Gia que também pode ser instalado através de downloads realizado no mesmo site.

O prazo de envio esta ligado ao último dígito do CNPJ/CPF do estabelecimento que esta enviando a GIA/ICMS, por exemplo, o CNPJ que termina com 0, o prazo para envio é até o dia 16 do mês subsequente

ao mês declarado. Segue abaixo tabela com os dias de vencimento:

De acordo com o Posto Fiscal Eletrônico – Prazo Entrega GIA/ICMS, (2009).

FINAIS	VENCIMENTO
0 e 1	Até dia 16
2, 3 e 4	Até dia 17
5, 6 e 7	Até dia 18
8 e 9	Até dia 19

Fonte: - www.postofiscal.com.br.

Quando a data de vencimento não for dia útil (sábados, domingos e feriados) esta entrega deve ser antecipada. Em caso de falta ou atraso na entrega, haverá multa no valor de 100 (cem) UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo); após o prazo conforme tabela, multa de 2% (dois por cento) do valor das operações de saída ou das prestações de serviços realizadas no período, aplicada cumulativamente com a anterior multa no valor de 100 (cem) UFESPs; não existindo operações de saída ou prestações de serviço, multa no valor de 100 (cem) UFESPs, aplicada cumulativamente com a anterior multa no valor de 100 (cem) UFESPs; em qualquer caso, as multas serão aplicadas por guia não entregue. Nota: Para se calcular o valor do UFESP, deve-se observar a tabela com os valores atualizados. Em caso de não entrega da GIA/ICMS no mês de janeiro/2009, deve-se observar na tabela UFESP, o valor atualizado no ano.

DIRF (Declaração Imposta Retido na Fonte)

A declaração do imposto retido na fonte é uma declaração anual, que tem por finalidade demonstrar ao fisco todos os recolhimentos dos impostos retidos na fonte, de pessoas físicas e jurídicas. O IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuições para Fins Sociais) e CSLL (Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido) retidos na fonte. Todo o imposto de renda que for retido sobre folha de pagamento (código receita 0.561), todo o imposto de renda que for retido de autônomos (código da receita 0.588), todo o imposto de renda retido de pessoas jurídicas (código da receita 1.708) e todo o PIS/COFINS/CSLL (código da receita 5.952) retido de pessoas jurídicas devem ser informados na DIRF. Os prazos para entrega desta declaração, são definidos no ano subsequente ao ano apurado, pela própria Receita Federal.

Informações previdenciárias (INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social) também devem ser informadas ao fisco, salvo se os rendimentos do contribuinte forem menores que R\$ 6.000,00 no ano. Informações sobre 13º salário, assim como férias, abonos salariais, indenizações, processo trabalhista, também precisam ser informadas na declaração. Estas informações que são imputadas no programa da DIRF serão cruzadas quando o contribuinte (pessoa física ou jurídica) fizer a sua declaração de imposto de renda anual. Também com os DARFs (Docu-

mento de Arrecadação da Receita Federal), que foram recolhidos no período. E se as informações da DIRF não estiverem equivalentes aos valores informados nas declarações dos contribuintes, e com os DARFs recolhidos, o fisco pode autuar o contribuinte, e também a fonte pagadora, ou seja a empresa que preparou toda a declaração. A famosa "malhaina" da Receita Federal coloca todos os contribuintes que estiverem com divergências em suas declarações.

O programa deve ser baixado no site da Receita Federal do Brasil, no ano de entrega da declaração. Só será usado no ano de envio, não havendo atualizações.

Para entrega fora do prazo, multa mínima de R\$ 200,00 em caso de pessoas físicas ou pessoas jurídicas inativas, para os demais casos de pessoas jurídicas, multa mínima de R\$ 500,00. Esta multa poderá ser reduzida à metade, caso a declaração ainda que entregue em atraso, seja retificada antes de qualquer procedimento de ofício. Se houverem intimações e a declaração for entregue no prazo da intimação, haverá redução de 25% do valor mínimo.

'Receita Federal do Brasil (2009), Art. 7º da Lei nº. 10.426/02 e art. 19 da Lei nº. 11.051/04) Ato Declaratório Interpretativo SRF nº. 10/02'.

DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais)

Esta declaração abrange o PIS-COFINS não-cumulativos, ou seja, todo o PIS-COFINS que for apurado no período deve ser

informado na DACON. Este imposto que é incidente sobre as vendas e compras. O profissional da área fiscal precisa ter controles de faturamento, para saber os valores incidentes de PIS-COFINS não cumulativos, enquadrado para as empresas que recolhem o IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido). O imposto apurado nas compras poderá ser abatido, se utilizadas as mesmas alíquotas que nas vendas, conforme regra estabelecida pela Receita Federal do Brasil. Alíquota do PIS não cumulativo: 1,65% (código da receita 8.109) e da COFINS não cumulativa: 7,65% (código da receita 5.856). A multa será de 2% ao mês-calendário, incidente sobre a COFINS apurada no período, não havendo débito de COFINS, se estenderá para o PIS.

Multa mínima de R\$ 200,00 para pessoas físicas e jurídicas inativas, e de R\$ 500,00 para outras pessoas jurídicas, podendo ser reduzida à metade, caso a declaração, ainda que entregue em atraso, seja retificada antes de qualquer procedimento de ofício. Se houverem intimações e a declaração for entregue no prazo da intimação, haverá redução de 25% do valor mínimo.

'Base legal: art. 19 da Lei 11.051/2004, que alterou o art. 7o da Lei no 10.426/2002'.

DCTF (Declaração de Créditos e Tributos Federais)

A DCTF tem por finalidade demonstrar para o fisco todas as compensações ou pagamentos realizados de tributos

federais (IRRF, PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte, IPI, PIS-COFINS cumulativos e não-cumulativos, etc.); todos os tributos de origem federal. Os tributos estaduais, municipais ou de origem previdenciária não serão informados nesta declaração. Todos os impostos de origem federal que forem recolhidos no período precisam ser informados na DCTF. Os impostos federais que forem compensados com saldos de outros impostos federais, também precisam ser informados na declaração. O prazo para entrega da declaração é o décimo quinto dia útil do segundo mês ao fato gerador apurado. Uma declaração que gera multas pesadas para o não cumprimento dos prazos; desta forma, o profissional da área fiscal deve estar atento aos prazos de vencimento desta declaração.

O programa deve ser baixado no site da Receita Federal do Brasil, e deve ser atualizado quando houver novas versões no site. As penalidades ficam para os casos da não apresentação da declaração, por omissão de dados, por dados errados, ou por falta de esclarecimentos em caso de notificação, as multas será de 2% ao mês-calendário, incidentes sobre os impostos declarados na DCTF. Multa mínima de R\$ 200,00 para pessoas físicas e jurídicas inativas, e de R\$ 500,00 para outras pessoas jurídicas.

'Legislação que disciplina a DCTF: Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº. 903, de 30 de dezembro de 2008'.

2.1.2 Arrecadação de Tributos

Auxílio na hora de efetuar a compra; o setor fiscal deve es-

tar sempre atento nas negociações, usando sempre seus conhecimentos tributários para obter vantagens legais no aproveitamento dos créditos, nas compras ou vendas. Por isso, faz-se importante um vasto conhecimento nas alíquotas de impostos aplicadas a cada estado, produto, dentre outros fatores.

2.1.3 Carga Tributária

Gerar lucros, resultados, atingir metas, o algo a mais; isso todas as empresas buscam em seus profissionais. E o profissional da área fiscal também precisa gerar estes resultados que a direção espera. Quando ele conhece os direitos fiscais de determinada operação, quando ele atua em buscar as melhores condições para a compra e a venda, ele estará gerando ganhos para a organização, créditos que podem ser usados de diversas formas.

'A carga tributária no Brasil é muito grande, pois, até a presente data, existem 58 (cinquenta e oito) tipos de tributos. Estevam, Consultoria Empresarial (2008).

2.1.4 Preparo da Auditoria

A auditoria está quase totalmente voltada para o setor contábil, mas o profissional da área fiscal tem a responsabilidade de preparar toda a carga de informações que será utilizada pelos auditores. Levantar os dados, para um bom andamento dos trabalhos de auditoria.

'O trabalho de auditoria de tributos inicia-se com o levan-

tamento de dados factuais da empresa necessários à elaboração do programa de revisão dos procedimentos tributários adotados por seus diversos estabelecimentos. (BONAVIDES, 2000, p. 18)".

2.2 Origem Externa

2.2.1 Auditoria

A auditoria contábil como o próprio nome já aponta, necessita muito mais do setor contábil, na apresentação de relatórios contábeis. Mas o setor fiscal também colabora com os trabalhos nas amostragens. Na apresentação de dados fiscais: como notas fiscais, livros fiscais, cálculos realizados, apurações devidas de impostos. Para que este processo seja bem sucedido, o analista fiscal deve ter sempre em mãos os livros fiscais, bem como as notas fiscais, que devem ser mantidas conforme a vigência, assim como os relatórios de análises e de apurações de impostos. A auditoria vem para buscar divergências nos processos de apuração dos impostos e de tomada de crédito, por isso a importância de estar em conformidade as declarações transmitidas com o recolhimento dos tributos e créditos tomados. Retificações serão indicadas conforme parecer dos auditores em casos de erros.

2.2.2 Fornecedores e Clientes

Também existem mais vínculos com os setores de financeiro e de compras. Mas o setor fiscal auxilia estes setores,

especialmente nos dados cadastrais das empresas. Tudo aquilo que for de ordem tributária, previdenciária e contratual, como nos casos de crédito de impostos, substituição tributária, até informações de cadastro junto à Receita Federal ou SINTEGRA (Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços), recolhimentos obrigatórios a fornecedores e clientes, tudo para dar segurança nas negociações com terceiros, e atentar para a carga tributária que é imposta sobre cada tipo de produto ou serviço.

2.2.3 Fisco

O órgão externo que mais necessita do setor fiscal. Administrações municipais, estaduais e federais estão entre os primeiros da lista do setor fiscal. Toda e qualquer declaração é criada pelo fisco. Existem diversos tipos de declarações, com finalidades distintas, mas com único intuito, apresentar informações das empresas. O fisco "conhece" todas as organizações, tem ciência daquelas que deixam de enviar suas declarações ou não respeitam os prazos estipulados para o envio. Fazem uso de um cruzamento de informações muito hábil, onde tudo se cruza, e, então, são descobertos os erros, as falhas e as fraudes. Quando tudo é constatado, o fisco faz uso de altos de infração e notificações, que depois de consumados, geram as multas para pagamento e retificações das declarações. Podem

também através de notificações, solicitar documentos físicos ou em arquivos. Desta maneira, o profissional da área fiscal tem ampla responsabilidade para com o fisco.

O fisco tem um controle severo de todas as empresas, muitos acreditam que não serão jamais "contemplados" neste sorteio onde ninguém quer ganhar. Mas para não se ter problema fiscal, é importante agir sempre com transparência. A melhor forma de não atrair o fisco, é não chamando a sua atenção. O fisco não tem "pena" daqueles que são apanhados na fraude.

"A não regularização da(s) pendência(s) apontada(s) em até 90 (noventa) dias, prazo contado a partir da data de expedição do comunicado, implicará na sua inscrição no CADASTRO INFORMATIVO DOS CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL (CADIN), conforme Lei Federal nº. 10.522 de 19/07/2002, Secretaria do Tesouro Nacional – Gestora do CADIN".

Considerações Finais

Observamos que o profissional da área fiscal tem importância comprovada na organização em que atua. Uma constante mudança nos quadros tributários, mudanças que geram desconforto, e por assim dizer, prejuízos altos, quando desatualizados. Hoje, o profissional da área fiscal, tem atuação nas grandes empresas, tendo atuação quase totalmente nos grandes centros de trabalho; ainda não deram conta da

funcionalidade deste profissional, não mensuraram sua atuação e importância dentro da organização.

No mundo de hoje, o fisco tem trabalhado de forma a se integrar de todos os dados tributários das organizações; como grande exemplo de integração entre FISCO X CONTRIBUINTE, tem a **Nota Fiscal Paulista**, uma medida que está sendo tomada pelos contribuintes que não faziam o uso do pedido do documento fiscal em suas compras. O fisco criou incentivos, e este projeto tem a cada dia novos números. Portanto, com a grande rede de informações que o fisco tem criado, suas chances de avaliar erros, e fraudes aumentam, e empresas que não estão preparadas, que não se dão conta disso, podem e vão ficar para trás, além de, claro, sentirem financeiramente os prejuízos fiscais.

Não podemos, então deixar de lançar uma pergunta no ar; O que será das empresas que não tiverem seus profissionais atualizados e prontos para tendências futuras? Uma pergunta que fica para cada um de nós, profissionais de todos os setores. O capital intelectual, as qualidades como pessoa, como profissional, aquilo que nos diferencia; pois se somos seres humanos, logo somos todos iguais na aparência, mas a capacidade intelectual que cada um tem, somada aos recursos aplicados, é o que nos torna ao mesmo tempo, hábeis e mais prontos para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETINS ONLINE
CENOFISCO – Centro de Orientações Fiscais, **Regulamento do ICMS/IPI**, boletim semanal, São Paulo, CENOFISCO Editora, 2009.

BOLETINS MENSAIS IOB, **Agenda de Obrigações Fiscais**, São Paulo, Edição IOB, 2009, Agosto de 2009.

BORGES, Humberto Bonavides. Auditoria de Tributos (IPI, ICMS e ISS). São Paulo: Atlas, 2002.

ESTEVAM CONTABILIDADE E CONSULTORIA EMPRESARIAL, Setor Fiscal – Gestão de Tributos. São Paulo, SP, Brasil, <<http://www.estevam.consultoria.org>> Acesso em: 01 de setembro de 2009.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MANUAIS IOB, Consultoria de Tributos, 1ª edição, São Paulo, Edição IOB, 2009.

MINISTÉRIO DA FAZENDA – Tesouro Nacional. CADIN – Comunicados e Normas. Brasília, DF, Brasil. <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em 04 de setembro de 2009.

PORTAL TRIBUTÁRIO, Conceito das Declarações do Setor Fiscal. Curitiba, PR, Brasil, <<http://www.portaltributario.com.br>> Acesso em: 12 de agosto de 2009.

PORTAL SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços. Inscrição Estadual, Validador Sintegra. São Paulo, SP, Brasil, <<http://www.sintegra.gov.br>>. Acesso em 21 de agosto de 2009

PREVIDÊNCIA SOCIAL – Ministério da Previdência Social, Rendimentos Tributáveis DIRF. Brasília, DF, Brasil, <<http://www.previdencia.gov.br>> Acesso em: 28 de agosto de 2009.

SILVA, Daniel Salgueiro; GODOY, José Antonio; CUNHA, José Xavier, Coordenação de: NETO, Pedro Coelho. Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas. 5ª edição, Brasília, SEBRAE, 2002.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Legislação Tributária e Agenda de Obrigações. Brasília, DF, Brasil, <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> Acesso em: 01 de setembro de 2009.

SECRETARIA DA FAZENDA – Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. Nota Fiscal Paulista - Programa <<http://www.nfp.fazenda.sp.gov.br>>. Acesso em 14 de setembro de 2009.

SECRETARIA DA FAZENDA – Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. GIA/ICMS – Prazos/Multas <<http://www.nfp.fazenda.sp.gov.br>>. Acesso em 26 de agosto de 2009.

UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – Tabelas e Cálculos. São Paulo, SP, Brasil. **Cotação UFESP** <<http://www.ecrel.com.br/ufesp.htm>>. Acesso em 26 de agosto de 2009

FLUXO DE CAIXA - FERRAMENTA IMPORTANTE NO PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO PARA O DESEMPENHO EMPRESARIAL

João Paulo Cardoso Correa
José Carlos Franco Farinha
Silvana de Souza Redoval Moura

Alunos do 4º ano / Ciências Contábeis

Orientador: Prof. José Carlos Farinha

Resumo

A crescente complexidade do processo administrativo leva os gestores a buscarem incansavelmente alternativas para superar os desafios encontrados no dia-a-dia, onde a constante evolução do ensino de Finanças determina uma grande necessidade de conteúdo conceitual e operacional direcionado aos problemas de gestão nas empresas modernas. A contabilidade, em uma de suas qualidades, visa à apresentação de resultados, focando a análise, controle, administração do capital de giro e coordenação de todos os recursos financeiros da empresa, destacamos, então, que o fluxo de caixa demonstra sua importância com informações relevantes, transmitindo aos investidores condições de se fazer projeções para decisões extraordinárias, pois é ela uma ferramenta fundamental e indispensável para a gestão das empre-

sas, conceituando-o e demonstrando os métodos dos quais poderá ser utilizado, para que se consiga uma forma de análise que seja adequada à realidade de cada empresa.

Palavras-Chaves: Planejamento, Gestão, Fluxo de Caixa.

1 Introdução

Este artigo tem a finalidade de divulgar a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), atualmente exigido pela nova Lei nº 11.638 de 28/12/2007 (conhecida como nova Lei das S/A's), substituindo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Embora a DOAR seja uma demonstração mais rica em informações, mas no que se diz às variações de capital circulante líquido, estas mesmas não são muito bem compreendidas por seus usuários, destacando então a DFC com uma linguagem clara, atuando com uma comunicação simples com a maior parte da clientela das operações financeiras.

A importância desse instrumento na gestão empresarial e em suas decisões, verificando e obtendo informações precisas da situação finance-

ra e patrimonial das empresas, como por exemplo: ter o conhecimento diário do saldo de seu caixa para que se torne viável honrar com os compromissos e suas obrigações.

Tais informações relatam se o caixa terá capacidade de repor os estoques, e até possíveis financiamentos, divulgando as reais necessidades do capital de giro, adequando à geração de recursos do mesmo, evitando possíveis imprevistos futuros, e, conseqüentemente, evitando assim distorções na tomada de decisões.

Segundo Marion (1998, 380),

"(...) a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda o Resultado do Fluxo Financeiro".

O objetivo da DFC está em fornecer informações complacentes sobre os rendimentos e pagamentos de caixa de uma empresa em determinado período. Contribuindo para uma base financeira com capacidade da empresa gerar riquezas, elaborando seus planejamentos

e relatando como foi gerado o recurso e como foi utilizado.

Segundo IUDÍCIBUS, a contabilidade pode ser conceituada como sendo "(...) o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação".

Não podemos deixar de destacar que todas as demonstrações são importantíssimas à contabilidade, porém destaca-se o fluxo de caixa pela capacidade de avaliar os valores presentes ou futuros de caixa e até mesmo de qualquer tipo de empresa ou ramo atividade, pois ele demonstra a programação financeira de todas as entradas e saídas do caixa.

1.1 Metodologia

Para Fachin (2006, p. 122) "entende-se por levantamento bibliográfico todas as obras escritas, bem como a matéria constituída por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente pelo leitor".

Ou seja, a pesquisa bibliográfica tem por base a busca por resoluções dos problemas e ou hipóteses através de teorias publicadas, dados impressos, arquivos eletrônicos, trazendo um maior conhecimento do assunto estudando e enfocando as perspectivas do tema que foi abordado na área de contabilidade, tendo por objetivo demonstrar a importância de um controle das finanças nas organizações, seja ela pequena, média ou grande porte.

Portanto, este artigo foi

elaborado com informações já existentes com o intuito de transmitir que uma empresa tem a competência para tomadas de decisões acertadas, desde que possua um fluxo de caixa no comando de seus recursos financeiros.

2 Conceito e importância do fluxo de caixa

É de suma importância que uma decisão de investimento seja tomada segundo um critério racional que envolva mensurar os fluxos de caixa associados a propostas de investimentos, avaliando sua atratividade econômica pela comparação com o custo dinheiro. O fluxo de caixa nada mais é do que o controle gerencial de todas estas informações financeiras.

A confiabilidade sobre os resultados de alguns investimentos é dependente em grande parte dos acertos com que os fluxos de entradas e saídas de caixa foram projetados, pois é ele mensurado de acordo com as suas movimentações.

Seja qual for o tipo de empresa física ou jurídica, destaca-se a importância de que haja um controle interno, administrando, assim, o ativo e passivo da empresa e ao mesmo tempo, obtendo informação sobre o grau de liquidez e rentabilidade.

Através do fluxo de caixa, torna-se viável ao administrador planejar e controlar seus recursos financeiros, mesmo na situação de estar se obtendo lucro e ou prejuízo.

MATARAZZO (1998, p.12) cita que "(...) a Demonstração do Fluxo de Caixa é peça imprescindível na mais elementar

atividade empresarial e mesmo para pessoas físicas que se dedicam a algum negócio".

As informações são obtidas através dos departamentos de contas a pagar, contas a receber, vendas e ou qualquer outro que esteja interligado com as entradas e saídas dos recursos financeiros, devendo existir um direto relacionamento do financeiro em relação ao administrador, para que haja sintonia e conhecimento de todas as saídas que serão necessárias a todos ou a cada departamento, com programação dos pagamentos.



Fonte: Sá (1998, p. 10), adaptado.

Figura 1 - O fluxo de caixa - produto final do Contas a Receber e Contas a Pagar.

Uma correta administração no fluxo de caixa alcança resultados positivos à empresa, com melhores capacidades de geração de recursos. A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo dinheiro que entrou no caixa em determinado período, e consequentemente o resultado de seu fluxo financeiro.

Suas informações são de extrema importância, pois através dele se é possível auxiliar a distribuição de dividendos, evidenciando e explicando as disponibilidades, mas ao mesmo tempo afirmamos que estas

disponibilidades não indicam lucro, e, ao mesmo tempo, lucro não significa que há disponibilidade no caixa.

A administração financeira é a arte e a ciência de administrar os recursos financeiros para maximizar a riqueza dos acionistas" (LEME, et al, 2002, p.8).

Por ser um excelente e indispensável sinalizador dos rumos financeiros dos negócios, em seu contexto econômico diante da exigência do mercado, o fluxo de caixa é o facilitador do planejamento dos recursos, pois é necessário ter um controle eficaz dentro da organização, onde se detectem os pontos fortes e fracos, reduzindo assim os custos financeiros.

Para Zdanowicz (1992, p17) "o fluxo de caixa é o instrumento de programação financeira, que corresponde às estimativas de entradas e saídas de caixa em certo período de tempo projetado".

Na gestão empresarial, o fluxo de caixa é um dos instrumentos mais usados pelo administrador, com o máximo de informações possíveis, reais e que realmente apresente a verdadeira situação da empresa no período do levantamento, gerando a capacidade de tomada de decisão de acordo com o que foi projetado.

Sendo assim, o fluxo de caixa nos dá uma visão das atividades e operações financeiras do ativo e passivo circulante, diante das disponibilidades do grau de liquidez da empresa e que a projeção é uma excelente ferramenta para que o administrador controle seu ativo que gerará a riqueza de sua empresa.

3 Benefícios, tipos e objetivo do fluxo de caixa.

Para que o empreendedor obtenha lucro e cumpra com os seus compromissos financeiros, é necessário que tome decisões certas na hora certa, para isso é necessário que tenha um bom fluxo de caixa.

A clareza e veracidade das informações é uma das principais ferramentas no fornecimento de dados extraídos do fluxo de caixa para a tomada de decisões.

Cabe ressaltar que um dos principais benefícios que se obtém do fluxo de caixa está em saber sobre as alterações do dinheiro, seja ele passado ou futuro, isto é as projeções das disponibilidades financeiras e através deste conhecimento, se é possível arcar com as dificuldades.

É necessário que se tenha uma excelente regulação e atenção às projeções de receitas de vendas, recebimentos de cobranças, desembolsos com compras, despesas com pessoal e despesas financeiras, para que não se tenha surpresas desagradáveis.

Para elaborar qualquer uma das demonstrações financeiras, devem-se extrair dados dos registros contábeis da empresa e para a Demonstração do Fluxo de Caixa precisa de um balanço patrimonial levantado em 31/12/X1, fatos ocorridos durante o exercício de X2, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Balanço Patrimonial levantado em 31/12/X2.

É evidente que uma vez que se tenha em mãos todos os registros contábeis realizados durante o exercício social, não haverá dificuldades para se elab-

orar esse demonstrativo através de dois métodos: Método Direto ou Método Indireto.

3.1 Método direto

Esta metodologia do modelo de método direto divulga as informações com maior complexidade e de melhor qualidade. Sendo assim, a maneira para se obter o valor dos compromissos assumidos durante o exercício será mediante consulta direta nas fichas do razão (livro de razão contábil) das respectivas contas. Obviamente, não se incluem nesse grupo os compromissos já inscritos nos grupos anteriores.

Deve-se considerar o saldo inicial, constante do balanço do exercício anterior, acrescido dos demais pagamentos efetuados durante o exercício, se ocorrer. Podem consultar esses pagamentos diretamente nas fichas do razão, as empresas, conforme os que estabelece a legislação tributária poderão estar sujeitas a recolhimentos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, por períodos menores que um ano, gerando saídas de dinheiro do caixa.

Na aquisição de investimentos para o ativo permanente, a maneira correta de apurar o valor é consultando diretamente as fichas do razão das respectivas contas. Já os pagamentos por aquisição de bens do imobilizado, a forma adequada para se obter esse valor é consultar as fichas do razão das contas do ativo permanente, elaborando um papel de trabalho para se apurar o valor exato das aquisições.

Neste método direto, sua apresentação é por transação, ou seja, recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, entre outros, destacando

que a única diferença existente entre método direto e indireto está na apresentação das atividades operacionais.

3.2 Método Indireto

O modelo de método indireto é bem mais simples, e obviamente requer menos trabalho para sua elaboração. Os recursos são demonstrados a partir do lucro líquido do exercício, ajustados pelas despesas e receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetam o Caixa da empresa, isto é, que não representaram entradas e saídas de dinheiro.

Neste método, apresenta-se uma conciliação entre lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais, lembrando que esta informação também é divulgada no método direto e, geralmente, com notas explicativas às demonstrações financeiras.

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

- Venda de mercadorias e serviços (+)*
- Pagamento de fornecedores (-)*
- Salários e encargos sociais dos empregados (-)*
- Dividendos recebidos (+)*
- Impostos e outras despesas legais (-)*
- Recebimento de seguros (+)*
- Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)*

Fluxo de caixa das atividade de investimento:

- Venda de imobilizado (+)*
- Aquisição de imobilizado (-)*
- Aquisição de outras empresas (-)*
- Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)*

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

- Empréstimos líquidos tomados (+)*
- Pagamento de leasing (-)*
- Emissão de ações (+)*
- Caixa líquido das atividade de financiamento (+/-)*

Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - início do ano

Caixa a equivalentes de caixa - final do ano

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

- Lucro líquido*
- Depreciação e amortização (+)*
- Provisão para devedores*

- duvidosos (+)*
- Aumento/diminuição em fornecedores (+/-)*
- Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-)*
- Aumento/diminuição em contas a receber (+/-)*
- Aumento/diminuição em estoques (+/-)*
- Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)*

Fluxo de caixa das atividade de investimento:

- Venda de imobilizado (+)*
- Aquisição de imobilizado (-)*
- Aquisição de outras empresas (-)*
- Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)*

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

- Empréstimos líquidos tomados (+)*
- Pagamento de leasing (-)*
- Emissão de ações (+)*
- Caixa líquido das atividade de financiamento (+/-)*

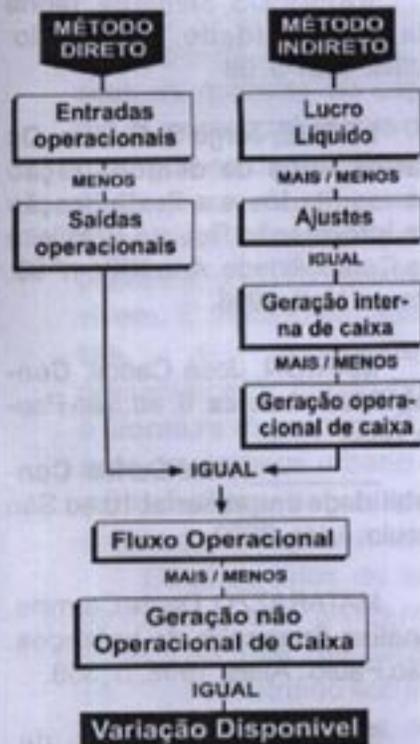
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - início do ano

Caixa a equivalentes de caixa - final do ano

Fonte: Teles (1997, p.69), adaptado.

Figura 3 - Demonstração do fluxo de caixa - Método direto



Fonte: Sá (1998, p.36), adaptado.

Figura 2 - Método Direto x Método Indireto

Para Assaf Neto e Silva (1997, p.35), "o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo".

4 Componentes do fluxo de caixa

Caixa são movimentações a curtíssimo prazo, como recebimentos e pagamentos em dinheiro já os equivalentes de caixa são os financiamentos e investimentos a títulos de liquidez imediata, com retornos de no máximo 30 dias. Há três elementos que compõem o Fluxo de caixa:

4.1 Atividades operacionais

É toda operação com o produto de venda de bens ou serviços relacionados com o objetivo social da empresa, como recebimento de mercadorias vendidas ou serviços prestados a clientes e pagamentos feitos a fornecedores.

4.2 Atividades de investimentos

São operações não relacionadas com o objetivo social da empresa como, aquisições de ações de outras empresas, venda de ações, compra de ativos para serem utilizados na produção ou prestação de serviços não ligados a atividade da empresa.

4.3 Atividades de financiamentos

São operações realizadas para adquirir recursos imediatos para serem amortizados a longo prazo como, os empréstimos bancários.

5 Considerações finais

Diante de todo exposto, e pela complexidade da economia concluímos que o fluxo de caixa é uma poderosa ferramenta de planejamento financeiro, trazendo benefícios de grande valia às organizações,

fornecendo informações e transmitindo uma visão clara e objetiva aos interesses dos gestores, no que se diz em rentabilidade, liquidez e riqueza.

A administração financeira da empresa necessita de instrumentos que a auxiliem em seu planejamento e em todas as atividades operacionais para que se consiga alcançar os objetivos almejados.

Esta pesquisa bibliográfica procurou demonstrar e enfatizar de forma clara a real importância do fluxo de caixa dentro de uma empresa, ressaltando a importância da gestão financeira no processo empresarial, sendo a administração do ativo de grande relevância, para que se possam identificar os pontos fortes e fracos da organização.

É de suma importância que o administrador financeiro saiba gerir todos os recursos patrimoniais existentes na organização, no sentido de auxiliar os administradores nas decisões tanto de busca como de aplicação de recursos, ou seja, tanto financiamentos como investimentos.

A demonstração do fluxo de caixa (DFC) aponta as diretrizes importantes nas três atividades que a compõem: as operacionais, investimentos e financiamentos. Estes são os três elementos que nos indicam a avaliação mais adequada permitindo saber se o caixa está com disponibilidades para saldar seus compromissos efetuando uma previsão coerente quanto aos investimentos com retornos a curto prazo e financiamentos a longo prazo.

O fluxo de caixa demonstra possíveis imprevistos ocorridos fora do previsto fazendo com que se adotem medidas em tempo hábil, evitando problemas futuro.

Enfim, o sucesso de um fluxo de caixa está na cultura de planejamento da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração de capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, Hugo Rocha. **Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei nº 11.638, de 28/12/2007**. São Paulo: Atlas, 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GONÇALVES, Eugênio Celso & BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997 p. 08

LEONE, Jorge S. Guerra. **Os vários tipos de demonstração de resultados e a flexibilização da informação**. Revista Brasileira da Contabilidade. Ano XXV, nº 98. Março/Abril, 1996.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. São Paulo: Atlas, 1998, p. 369.

SÁ, Carlos Alexandre de. **Gerenciamento do fluxo de caixa**. Apostila, São Paulo: Top Eventos, 1998.

ANÁLISE DA CONTABILIDADE À LUZ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Autores: Carlos Eduardo Gonzaga da Silva – email:

cadugonzaga@gmail.com

Camila Silva Ferreira – email:

camila_silvaferreira@hotmail.com

Orientadora: Eliane Vargas G. de

Oliveira – email:

evoliveira@usinasantaadella.com.br

Faculdades Integradas Urubupungá –

FIU – Pereira Barreto/SP

RESUMO: O presente trabalho destina-se a analisar a profissão do contador à luz dos princípios fundamentais da contabilidade, analisando a origem da contabilidade seu desenvolvimento na atualidade, determinando a importância da atividade do contador na sociedade frente aos princípios fundamentais do Conselho Federal de Contabilidade.

PALAVRAS-CHAVES: Contabilidade. Princípios fundamentais. Contador.

1. Introdução

A sociedade contemporânea exige uma reformulação sobre a contabilidade, abandonando velhos conceitos e aderindo às novas perspectivas de atuação profissional. As origens da contabilidade remontam à antiguidade, encontrando respaldo, inclusive, na Bíblia, mas, como toda ciência hu-

mana, evoluiu ao longo dos tempos juntamente com a história da humanidade, devendo ser interpretada de acordo com os parâmetros impostos pela sociedade, em cada período histórico.

Atualmente, o papel do contador é muito maior que o desenvolvimento de funções de escrituração e fisco. A contabilidade bem feita é capaz de influenciar em todo o desenvolvimento da empresa, pois há uma gama de usuários externos à entidade, que se utilizam dos relatórios e demonstrativos contábeis como parâmetros para a análise da saúde da empresa.

Nesse contexto, a atividade do contador não pode ser desenvolvida sem critérios objetivos a serem seguidos. Assim, surgem os princípios fundamentais editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, que contém um núcleo essencial a ser seguido em qualquer atividade do contador, de caráter vinculativo e obrigatório, que disciplina todo o regramento das normas contábeis e da atividade dos profissionais da área.

Assim, este artigo visa, de forma objetiva e clara, analisar a evolução da contabilidade, a importância do contador para o desenvolvimento da empresa, e, principalmente, a relevância da aplicação dos princípios no cotidiano da contabilidade.

2. Metodologia

Segundo Fachin (2006, p. 29) "o método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados", ou seja, é a escolha dos procedimentos metodológicos para a elaboração de um trabalho.

Dentro de uma empresa, diuturnamente os administradores tomam decisões vitais para o sucesso do negócio. Por isso, é necessário a coleta de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão. Nesse contexto, ensina Marion (2003, p.23) que:

a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

A contabilidade não deve ser encarada apenas para atender as exigências fiscais da empresa, pois não se podem tomar decisões sobre produção, marketing, investi-

mentos, financiamentos, custos, sem a contabilidade.

Consoante ensinamentos de MARION (2003), as informações apuradas pela Contabilidade não se restringem à empresa, sendo utilizadas também por outros segmentos alheios aos limites empresariais. Por exemplo, os investidores identificam a situação econômico-financeira da empresa por meio dos relatórios contábeis; os fornecedores de bens e serviços a crédito usam os relatórios para analisar a capacidade de pagamento da empresa compradora; os bancos também utilizam os relatórios para aprovar crédito; o governo usa os relatórios de diversas maneiras, seja para arrecadar impostos ou como base para estatísticas.

A contabilidade pode ser definida como "a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio das entidades com fins lucrativos ou não" (GUIMARÃES, 2001, p.42).

O objetivo fundamental da contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras.

A função do contador é "produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões" (MARION, 2003, p.25), embora sua função tenha sido distorcida ao longo dos anos para satisfazer apenas as exigências do fisco.

A finalidade da contabilidade, segundo GUIMARÃES (2001), é a de controlar o Patrimônio com o objetivo de fornecer informações sobre a sua composição e suas variações. Para atingir sua finalidade, utilizam-se técnicas exclusivas, denominadas técnicas contábeis, a saber: escrituração, demonstra-

ções contábeis, análise de balanço e auditoria.

3. Evolução histórica da Contabilidade

Conforme ensina MARION (2003), a contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem. Segundo ele, a contabilidade se encontra na Bíblia, no livro de Genesis, que traz uma espécie de competição no crescimento da riqueza (rebanho de ovelhas) entre Jacó e seu sogro Labão, há aproximadamente 4.000 anos antes de Cristo. No livro de Jó, também, há a descrição sobre a sua riqueza, nos mínimos detalhes. Também são conhecidos cuneiformes em cerâmicas que relatavam as transformações entre egípcios e babilônicos, destacando-se pagamentos de salários e impostos (aproximadamente 3.000 anos antes de Cristo).

Contudo, somente no século XIII e XVI d.C que a contabilidade atingiu sua maturidade, com o desenvolvimento do comércio com as Índias, ascensão da burguesia, renascimento, mercantilismo. O frade francês Luca Pacioli publicou, em 1494, um tratado sobre contabilidade, que ainda possui utilidade no estudo da contabilidade. A Escola Italiana de Contabilidade dominou o cenário mundial até o Século XX.

No Século XX, os Estados Unidos desenvolveram e aperfeiçoaram as técnicas contábeis, principalmente, após a grande depressão de 1929.

No Brasil, a origem e desenvolvimento da Contabilidade se deu com a criação da Escola de Comércio Álvares Penteado, em 1902, na cidade de São Paulo. Inicialmente, o Brasil era adepto do modelo europeu de contabilidade.

Após a inauguração da Faculdade de Economia e Administração da USP, em 1946, e com o advento das multinacionais anglo-americanas, a Escola Contábil Americana começou a ser aplicada no país.

MARION (2003, p.31) salienta que "o domínio da Escola Contábil Americana, iniciado com a Circular nº 179/72 do Banco Central, tornou-se evidente com o advento da Lei nº 6.404/76, Leis das Sociedades por Ações, que passa a adotar uma filosofia nitidamente americana.

4. Princípios Fundamentais da Contabilidade

Os Princípios fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância.

GUIMARÃES (2001) pondera que os princípios sempre estarão presentes na formulação de normas brasileiras de contabilidade, pois são os pilares do sistema de normas, que estabelecerão regras sobre a apreensão, o registro, relato, demonstração e análise das variações sofridas pelo patrimônio, buscando descobrir suas causas, de forma a possibilitar a feitura de prospecções sobre a Entidade e não podem sofrer qualquer restrição de sua observância.

Os princípios não se confundem com os objetivos da contabilidade, mas são a forma, o meio e a estrutura de que a disciplina utiliza para chegar aos objetivos da contabilidade.

Quanto ao conteúdo dos prin-

cípios, GUIMARÃES (2001, p.22) preceitua que:

os princípios dizem respeito à caracterização da Entidade e do Patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutuações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido. Como os princípios alcançam o patrimônio na sua globalidade, sua observância dos procedimentos aplicados resultará automaticamente em informações de utilidade para decisões sobre situações concretas. Esta é a razão pela qual os objetivos pragmáticos da contabilidade são caracterizados pela palavra informação.

De acordo com IUDICIBUS e MARION (2007), a emissão de pronunciamentos sobre Princípios da Contabilidade para orientação de contadores teve início nos Estados Unidos, na década de 30, após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, quando houve uma maior preocupação com a uniformização dos princípios que pudessem dar embasamento às normas e regras contábeis.

No início da normatização dos princípios, a IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores) teve relevante papel ao publicar, em 1986, um trabalho intitulado Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.

IUDICIBUS e MARION (2007) ensinam que, "em 1981, através da Resolução nº 530, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC havia se pronunciado acerca dos princípios contábeis".

Atualmente, os princípios fundamentais da contabilidade são previstos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750, de 29 de dezembro de 1993, e são eles: I princípio da entidade; II - princípio da continuidade; III - princípio da oportunidade; IV - princípio do

registro pelo valor original; V - princípio da atualização monetária; VI princípio da competência; e VII - princípio da prudência.

Imperioso salientar que a observância dos princípios fundamentais de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), nos termos do artigo 1º, §1º, da Resolução nº 750/93. Independentemente da forma jurídica, a contabilidade deve traduzir primordialmente o efeito econômico da transação é o que se denota do §2º do artigo 1º da resolução.

Passa-se a explicar sucintamente o conteúdo e objetivo de cada princípio da contabilidade.

Quanto ao princípio da entidade cabe salientar que o patrimônio é o objeto da orientação, do controle e do registro contábeis. É necessário diferenciar o patrimônio da Entidade do patrimônio dos sócios ou proprietários. FERREIRA (2002) traz um exemplo da aplicação desse princípio: uma ação trabalhista deve ser proposta contra a pessoa jurídica empregadora, e não contra seus sócios, ainda que eles, por disposição contratual, pratiquem atos e nome da pessoa jurídica, pois a entidade é sujeito de direitos e obrigações.

O princípio da entidade apresenta importante corolário: "as somas e agregações de patrimônios de diferentes Entidades não resultam em nova Entidade" (GUIMARÃES, 2001, p.27). Esse dado é importante para as demonstrações contábeis consolidadas de Entidades sob controle único, gerando uma unidade de natureza econômico-contábil.

Com relação ao princípio da continuidade, FERREIRA (2002, p.25) ensina que "salvo disposição legal, contratual ou evidências em

contrário, presume-se que a vida da entidade é contínua e que ela deverá desempenhar suas atividades por um período indeterminado".

O princípio da oportunidade exige o registro de todas as variações sofridas pelo patrimônio da entidade no momento em que elas ocorrem, ainda que de forma estimada, como ocorre com a depreciação. O registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários. Deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade em um período e tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

Quanto ao princípio do registro pelo valor original, FERREIRA (2002) pondera que os elementos que compõem o patrimônio de uma entidade podem ter origem em transações com os sócios ou com terceiros. São os valores contratados nessas transações que representam os valores originais.

Importante mencionar que a Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária das demonstrações contábeis para os efeitos comerciais e fiscais. No entanto, o princípio da atualização monetária continua a vigorar quanto aos direitos e obrigações em que há previsão de correção por acordo entre as partes, denominado correção negocial ou contratual. A atualização monetária não representa um aumento do valor real, tratando-se de mero mecanismo de manutenção do poder aquisitivo original dos valores registrados contabilmente.

O princípio da competência pondera que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se

correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

De acordo com IUDÍCIBUS e MARION (2007, p.132), "o princípio da competência determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição do patrimônio líquido, estabelecendo as diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da oportunidade".

O princípio da prudência será aplicado na avaliação de provável efeito de determinado fato sobre o patrimônio, diante de duas ou mais alternativas igualmente possíveis de ocorrer, onde deverá ser adotada a alternativa que resulte menor valor para o ativo ou maior valor para o passivo exigível.

A aplicação do princípio da prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolva incertezas de grau variável.

Finalmente, cabe ressaltar que a inobservância de qualquer dos princípios fundamentais da contabilidade gera sanções para o profissional, que poderá ser de multa e até suspensão do exercício profissional.

Os doutrinadores IUDÍCIBUS e MARION (2007) explicam que há diferença de abordagem dos princípios fundamentais da contabilidade da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (ECBC) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A ECBC trata os conceitos de forma hierarquizada: postulados, princípios propriamente ditos e convenções. No presente trabalho, adotaram-se os princípios fundamentais postulados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

CONCLUSÃO

Conforme salientou-se no presente artigo, a contabilidade não deve ser encarada apenas como uma atividade complementar ao físico, mas, sim, como uma atividade de extrema relevância para a sociedade em geral. No contexto da sociedade moderna, a contabilidade não pode se resumir a meras atividades registrarias e pagadora de impostos, ela deve ser encarada como verdadeira auxiliadora do desenvolvimento empresarial.

Por meio da aplicação das técnicas contábeis, o contador consegue produzir informações úteis para todos os ramos da entidade, ajudando, inclusive, na administração da empresa. Por exemplo, um investidor analisa os relatórios de demonstrativos contábeis para estudar a viabilidade do investimento, da mesma forma um banco analisa a saúde contábil da empresa e sua consistência para conceder algum empréstimo ou financiamento.

Diante da importância da atividade contábil para a empresa, o contador deve se pautar em instrumentos morais, éticos, seguindo certos e determinados parâmetros norteadores da direção a ser seguida. É nesse contexto, que surgiram os princípios fundamentais contábeis, para regulamentar a atividade profissional.

Os Princípios são os conceitos básicos que constituem o núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da contabilidade, que consistem em apresentar informação estruturada para os usuários. São as vigas mestras do desenvolvimento da atividade contábil, garantindo o embasamento a todo o regramento contábil.

Os princípios são de aplica-

ção obrigatória em qualquer atividade a ser desenvolvida pelo contador, vinculando sua atuação, porque norteiam todo o arcabouço normativo da contabilidade. Para garantir o cumprimento dos princípios, existem sanções previstas para o caso de seu descumprimento.

Em suma, os princípios são importantes balizadores e norteadores do comportamento ético-profissional do contador. Os princípios contábeis garantem a melhor forma para se atingir os objetivos da contabilidade. São guias de direção, que levam ao alcance dos objetivos almejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade avançada e intermediária. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2002.

GUIMARÃES, Marcos Freire. Contabilidade geral. 9ª Ed. Brasília: Editora Vestcon, 2001.

IUDÍCIBUS, Sergio de. Teoria da Contabilidade. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.



Faculdades Integradas Urubupungá
PEREIRA BARRETO - SP